

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM PSICOLOGIA**

LAURA CASAGRANDE LEON DOS SANTOS

**PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E A VIDA COTIDIANA:
REFLEXÕES A PARTIR DO LUGAR DE MORADIA**

CAMPINAS

2020

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM PSICOLOGIA**

LAURA CASAGRANDE LEON DOS SANTOS

**PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E A VIDA COTIDIANA:
REFLEXÕES A PARTIR DO LUGAR DE MORADIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

155.94
S237p

Santos, Laura Casagrande Leon dos

Psicologia comunitária e a vida cotidiana: reflexões a partir do lugar de moradia /
Laura Casagrande Leon dos Santos. - Campinas: PUC-Campinas, 2020.

153 f.: il.

Orientadora: Raquel Souza Lobo Guzzo.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de
Campinas, Campinas, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Psicologia comunitária. 2. Habitação. 3. Planejamento urbano. I. Guzzo,
Raquel Souza Lobo. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro
de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD - 22. ed. 155.94

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM PSICOLOGIA
LAURA CASAGRANDE LEON DOS SANTOS
PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E A VIDA COTIDIANA: REFLEXÕES A
PARTIR DO LUGAR DE MORADIA

Dissertação defendida e aprovada em 04 de fevereiro de 2020 pela Comissão Examinadora



Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo

Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
(PUC-Campinas)



Profa. Dra. Vera Lucia Trevisan de Souza

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
(PUC-Campinas)



Profa. Dra. Beatriz Borges Brambilla

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP)

AGRADECIMENTOS

Agradecer sempre foi desejo primeiro desde quando o passo foi dado por esse caminho. Agora, já quase no final dessa direção e na chegada de alguma outra coisa, me faltam palavras. Talvez porque falar nunca foi considerado por mim uma tarefa fácil, eu precisava sentir. Manifestar o coração é, para mim, um ato de coragem.

Estar aqui, diante dessa pequena construção, me coloca de frente comigo mesma. Eu, que nunca fui muito de me expor, aqui estou, de peito aberto, na tentativa de alguma coisa, de sei lá o quê, ou, quem sabe, de poder colocar em palavras, ciência e vivência, que façam algum sentido no entendimento e fazer de alguém.

Esse movimento, difícil ao longo de tempos mais difíceis ainda, foi se consolidando com tamanha força que, embora eu tenha descoberto uma grande força em mim mesma, pude, aos poucos, reconhecer aqueles que contribuíram para que eu pudesse concluir – embora sempre na busca de alguma continuidade –, este momento da minha vida.

Como agradecer sempre foi parte de mim, vou começar por aquela que a vida inteira brigou comigo me lembrando que, às vezes, eu agradecia até demais. Mãe, obrigada por me ensinar a lutar pelos meus direitos e que, por eles, eu não tenho que agradecer. Agradeço por ser você aquela que com toda essa força maior insiste em me manter com os dois pés no chão. Se tem alguém que foi generosa comigo por toda a vida, esse alguém é você, mama.

Ao meu pai, grande mestre da minha vida e de muitas outras, que me ensina até hoje a aprender com um só olhar. Paizinho, você é luz em momentos de escuridão. Agradeço por ser sua filha e pelo privilégio de aprender com a sua história – que, com a maior admiração e respeito, faço como condição que se prolongue na minha.

À Raquel. Referência aos meus olhos de mulher forte, que com toda a sua trajetória cruzou o meu caminho e acreditou em mim. Raquel, você é a minha fonte primeira de despertar do que fazer da Psicologia. Sem você, certamente, meu caminho seria outro e eu sou muito grata por ser você a grande responsável de eu estar onde estou: em um estado de eterna aprendiz. Muito obrigada!

Aos meus colegas de grupo de pesquisa, onde alguns puderam se tornar grandes amigos ao longo do tempo: obrigada pelas trocas, afetos, desafetos e conversas estendidas, cada momento citado tem grande representação no meu avanço. Desses amigos, alguns que me lembram que apesar do mundo real, eu não estou só: Mari, minha amiga, *mi hermana*, que na loucura da nossa montanha-russa compartilhada, me faz querer sempre mais um pouco de vida no mundo. Ju, que sorte a minha que nas andanças dessa vida quiseram os caminhos nos colocarem juntas no trabalho, no mestrado e no afeto. Du, meu querido, que com suas doces palavras nos ensina a aprofundar e enxergar melhor o mundo. Tami e Jac, de longas e tantas. O amor resistirá. Obrigada!

Às professoras Doutoras Vera Lucia Trevisan de Souza e Beatriz Borges Brambilla que, com suas valiosas e sensíveis contribuições, me fizeram sentir mais profundamente as possibilidades de seguir com este trabalho.

Angélica, parceira do trabalho para a vida, que com seu coração puro e gigante acabou ganhando o meu. Se cada espaço desse mundo tivesse uma assistente social como você, certamente as pessoas seriam vistas como devem: humanas.

À Izabel, que com toda a sua luta, história e resistência, me permitiu fazer parte de uma política tão contraditória e de infinitas potencialidades – quando tocada por quem se lembrado que foi a real história desse país –, meu profundo agradecimento.

Ao meu companheiro, que sem sua paciência e delicadeza, os dias difíceis teriam sido

impossíveis, mas graças a sua presença e parceria, podemos falar aqui de possibilidades.

Lindo, que seja sempre assim.

À comunidade, que me acolheu com tanto carinho. Principalmente as crianças, que me possibilitaram a sorte cotidiana de estar junto e poder reconhecer tamanha força que elas têm. A força de ser, apesar de tudo. A força de poder sorrir. Vocês me ensinaram tanto, que me fizeram uma pessoa melhor. Por isso, agradeço. Pela confiança, alegrias e anseios, pelo tudo ou nada. Pelo amor, todo o amor que sempre esteve ali, esperado, ligeiro, gritado e, por vezes, derramado.

Que a infância seja sempre cuidada.

Ao tempo das coisas, que confio infinitamente.

Aos meus irmãos, que me ensinaram através da ausência a significar tudo o que me moveu até aqui.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de

Financiamento 001

RESUMO

Santos, Laura Casagrande Leon. *Psicologia Comunitária e a Vida Cotidiana: Reflexões a partir do lugar de moradia*. 2020. 155f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2020.

O presente estudo parte da necessidade de rever de que maneira a Psicologia se coloca como ciência e profissão diante da vida dos sujeitos. A partir da inserção na Política de Assistência Social e atuação em uma comunidade periférica do município de Campinas, o objetivo aqui proposto foi o de identificar, descrever e analisar como se dá a vida cotidiana, tomando a moradia como lugar essencial de organização e condução da vida dos sujeitos. Uma vez norteadas pelo aporte teórico da Psicologia Crítica e a Psicologia Comunitária como fonte de atuação, esta pesquisa acontece baseada, fundamentalmente, no Materialismo Histórico Dialético, uma vez que buscamos contextualizar o sujeito imerso em um processo histórico e social. Por se tratar de uma Pesquisa Ação-Participação, se utilizou como fontes de informação: 1) Plano Nacional de Habitação; 2) Plano Diretor Municipal de Campinas; 3) Diários de Campo produzidos pela trabalhadora e pesquisadora em campo, enquanto a leitura das informações coletadas foi fundamentada na Análise Construtiva-Interpretativa. Os resultados que encontramos ao longo do processo de pesquisa, nos apontam para a urgência de políticas públicas territoriais, principalmente no que se refere ao público mais afetado pelo abismo social escancarado no Brasil. O cotidiano aqui, organizado e marcado pela privação, nos remete à reflexão de que maneira a Psicologia pode e deve atuar em contextos que prevê o horizonte de superação como possibilidade digna de vida.

Palavras-chave: Psicologia Comunitária; Vida Cotidiana; Política de Habitação; Habitação; Moradia

ABSTRACT

Santos, Laura Casagrande Leon. *Community Psychology and Everyday Life: Reflections from the place of living*. 2020. Dissertation (Master's Degree) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2020.

This study starts from the need to review how Psychology stands as a science and profession in front of the subjects' lives. From the insertion in the Social Assistance Policy and acting in a peripheral community of the city of Campinas, the objective proposed here was to identify, describe and analyze how daily life occurs, taking housing as an essential place of organization and conduct of the subjects' lives. Once guided by the theoretical contribution of Critical Psychology and Community Psychology as a source of action, this research is based, fundamentally, on Dialectical Historical Materialism, since we seek to contextualize the subject immersed in a historical and social process. As it was an Action-Participation Survey, we used as sources of information 1) National Housing Plan; 2) Campinas Municipal Master Plan; 3) Field Diaries produced by the field worker and researcher, while the reading of the collected information was based on the Constructive-Interpretive Analysis. The results we found throughout the research process point us to the urgency of territorial public policies, especially regarding the public most affected by the gaping social gap in Brazil. The daily life here, organized and marked by deprivation, brings us to the reflection on how Psychology can and should act in contexts that foresee the horizon of overcoming as a possibility worthy of life.

Keywords: *Community Psychology; Everyday life; Housing Policy; Housing; Home*

*Se cada hora vem com a sua morte
Se o tempo é um covil de ladrões
Os ares já não são tão bons ares
E a vida é nada mais que um alvo móvel
Você perguntará por que cantamos
Se nossos bravos ficam sem abraço
A pátria está morrendo de tristeza
E o coração do homem se fez em cacos
Antes mesmo de explodir a vergonha
Você perguntará por que cantamos
Se estamos longe como um horizonte
Se lá ficaram as árvores e céu
Se cada noite é sempre alguma ausência
E cada despertar um desencontro
Você perguntará por que cantamos*

*Cantamos porque o rio está soando
E quando soa o rio, soa o rio
Cantamos porque o cruel não tem nome
Embora tenha nome seu destino
Cantamos pela infância e porque tudo
E porque algum futuro
E porque o povo
Cantamos porque os sobreviventes e nossos mortos
Querem que cantemos
Cantamos porque o grito só não basta
E já não basta o pranto nem a raiva
Cantamos porque cremos nessa gente
E porque venceremos a derrota
Cantamos porque o sol nos reconhece
E porque o campo cheira a primavera
E porque nesse talo e lá no fruto
Cada pergunta tem a sua resposta
Cantamos porque chove sobre o sulco
E somos militantes desta vida
E porque não podemos nem queremos
Deixar que a canção se torne cinzas*

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 – Mapa das regiões de Campinas.

Figura 2 – Número de unidades habitacionais do PMCMV por região em Campinas.

Tabela 01 – Código dos Diários de Campo Selecionados.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
DC	Diários de Campo
ECOAR	Espaço de Convivência, Ação e Reflexão
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONU	Organização das Nações Unidas
PMC	Prefeitura Municipal de Campinas
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNH	Política Nacional de Habitação
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
1.1 A vida no Capitalismo e as Questões de Habitação	22
1.2 Moradia e a Vida Cotidiana.....	29
1.3 Processos Psicossociais, Psicologia Comunitária e a Vida Cotidiana	37
2. OBJETIVOS.....	45
3. MÉTODO	46
3.1 Fundamento do Método.....	46
3.2 Contexto: de onde falamos?.....	49
3.3 Cenário.....	51
3.4 Fontes de informação, instrumentos e passos	54
3.5 Participantes.....	56
3.6 Considerações Éticas	56
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	57
4.1 Plano Nacional de Habitação	60
4.2 Plano Diretor Municipal de Campinas	65
4.4 Diários de Campo.....	71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
6. REFERÊNCIAS	114
APÊNDICES	119

JUSTIFICATIVA

Gostaria de começar dizendo que este trabalho ao qual estou vinculada mudou a minha vida. No momento, não me considero uma pessoa feliz. Estou bem, dentro do possível que este mundo me possibilita estar, mas não estou feliz. A dureza das relações me impactou de tal forma, que eu preciso confessar antes de aprofundarmos por este caminho que a minha fé nesse mundo, tal como o conhecemos, está por um fio. Não pelas crianças, que são aquelas que me permitem segurar firme, mas por nós mesmos. Nós, trabalhadores e pesquisadores, que cheios das boas intenções não fomos preparados para enfrentar uma realidade tão dura. Não fomos capazes de alcançá-la. Nós e o capitalismo, que nessa relação dialética e de sobrevivência não nos possibilita ser mais do que podemos ser. Nos aprisiona. O fio que ainda me resta de fé repousa em Holzkamp, quando diz que embora estejamos presos em gaiolas, temos a possibilidade de avançar para a chave da libertação. Escrevo na tentativa de encontrar.

Depois de dois anos de inserção no projeto ECOAR – Espaço de Convivência, Ação e Reflexão¹ – um projeto de enfrentamento à violência dentro das escolas municipais da região Noroeste de Campinas, cheguei à assistência social de um dos territórios mais precarizados do município. Por meio do contato direto com o cotidiano da comunidade – mais particularmente dentro dos condomínios das Unidades Habitacionais do bairro²-, surgiu em mim o questionamento de que maneira a Psicologia pode (e deve) cumprir o seu papel em relação à tomada de consciência dos sujeitos? Como podemos, de fato, tocar cada sujeito em sua singularidade para que ele ou ela se movimente em direção à ação de suas próprias demandas? A partir do momento que me deparei com essas questões e da participação concreta do diálogo

¹ ECOAR: é um projeto de extensão do grupo de pesquisa Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação” do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Campinas. Formado por uma equipe de psicólogas (os) e estagiárias (os) do último ano de Psicologia, tem como objetivo construir práticas psicossociais que contribuam para o desenvolvimento das crianças e jovens ao longo do seu processo de escolarização, entendendo a prevenção como uma prática emancipatória dos estudantes no enfrentamento às diferentes formas de violência que vivem em seu cotidiano.

² Território periférico situado na região noroeste de Campinas.

com os moradores da região, entendi que, para que esse movimento ativo aconteça nessa realidade, existe a necessidade de uma reflexão profunda na dialética da relação entre o fazer da Psicologia e a vida na comunidade.

O bem-estar social é tema de discussão antigo na ciência. Segundo Montero (2004), pensar em uma sociedade próxima ao ideal, onde a igualdade seria ponto de partida do desenvolvimento humano, remete-nos a inúmeros fatores, como o equilíbrio das necessidades pessoais, relacionais e coletivas. A subjetividade está intimamente ligada à política, uma vez que a construção de condições para o enfrentamento cotidiano está dada, ao passo que as condições estruturais favorecem ou dificultam esse processo. Por muito tempo, pensamos a Psicologia como ciência que atua somente nas manifestações pessoais, exaltando o sofrimento psíquico como doença e individualizando as dinâmicas estruturais que movimentam o processo de subjetivação. Simultaneamente, ao considerarmos os processos políticos e materiais como parte externa ao sujeito, acabamos nos distanciando do que, de fato, seria o horizonte do bem-estar social, como nos explica Prilleltensky e Montero (2004, p. 07)

construir el bienestar como si fuese estrictamente psicológico sería equiparable a hablar de almas sin cuerpos, en tanto que definirlo como estrictamente comunitario sería equivalente a hablar de culturas sin gente. Ninguna de las categorizaciones captura todas las necesidades y orígenes del bienestar.

Falar de almas sem corpos, tal como de culturas sem gente, é negar a relação dialética que alimenta a constituição humana. Falar de vida cotidiana sem considerar as condições estruturais que delimitam essa organização, a partir de múltiplas realidades, seria como considerar que os sujeitos mesmos se colocam nas situações como primeira e única escolha.

Não. A ideia deste estudo é apresentar como primeira necessidade o quanto a

aproximação da compreensão do dia a dia dos sujeitos é essencial para que se possa, posteriormente, acessar a subjetividade, uma vez que, inúmeras subjetividades vivem múltiplas vidas cotidianas, ao passo que esse encontro é o nó da constituição humana. Procuramos elucidar aqui que é papel fundamental da Psicologia revolucionar o conceito da vida cotidiana, aprofundando-o, para que, com muita cautela, a subjetividade possa ser introduzida na ciência psicológica de maneira concreta e responsável, posta em relação com o mundo – e não isolada como aquilo que surge a partir do próprio sujeito (Dreier, 2016).

A Psicologia, como profissão, apresenta um histórico de construção de modelos de intervenção em ambientes artificiais, uma vez que desconsidera a vida cotidiana como a própria essência das urgências e potencialidades dos sujeitos. Por não conhecer suas próprias amarras, como nos ensina Martín-Baró (1996), a Psicologia estruturou-se como uma ciência que produz conhecimento distante de onde a vida acontece, muito pouco podendo oferecer possibilidades reais de enfrentamento às contradições que pertencem ao modo concreto de vida. Partindo do pressuposto de que somos constituídos histórica e socialmente, é nessa vida cotidiana que existem elementos importantes para uma análise crítica da realidade, é nessa vida cotidiana que a Psicologia precisa mergulhar para romper com a visão individualista e patologizadora das dinâmicas sociais.

Parker (2014) muito nos diz em relação a essa psicologização da estrutura do sistema capitalista, de forma que o problema identificado acaba por ser de responsabilidade do sujeito e não uma soma de acontecimentos experienciados no cotidiano em uma determinada condição de vida. Ao invés de uma ciência que busca estar comprometida com a conscientização acerca das interações sociais e suas significações, acaba por designar patologias àqueles que não se adaptam a uma sociedade que afirma constantemente que a ordem fatal das coisas é natural e estática.

Ao longo da minha inserção, tanto na escola quanto na comunidade, pude entrar em

contato com pequenos grupos em espaços participativos que muito me provocaram em relação à escassez desses lugares dentro da comunidade e o quanto isso afetava diretamente as relações entre as pessoas marcadas pela violência. A dificuldade de construção coletiva acaba por impactar em um sentimento de não pertencimento aos espaços - mais especificamente no território onde inúmeras pessoas foram retiradas contra a própria vontade de lugares considerados zona de risco e transferidas para Unidades Habitacionais - forçando a ruptura da história de cada sujeito e suas respectivas construções de condução de vida.

Por estar presente cotidianamente nesse território, passei a identificar nas falas dos sujeitos que ali habitam alguns elementos que muito me impactaram: o lugar onde moram, como moram e todas as contradições presentes nesses espaços permeados por privações e o impacto direto da habitação na construção desse modo de vida. Passei a perceber, pelo incômodo, o movimento que pulsava em mim de buscar compreender como se dá o desenvolvimento da construção singular ou, como nos indica Gonzalez Rey (2007), o sentido subjetivo nessa relação – e conseqüentemente, o desenvolvimento da consciência e, em contraponto, da própria alienação.

Passei a compreender que para se chegar ao que é subjetivo, existe um mundo em que o sujeito está inserido. Embora o meu desejo muito quisesse abraçar aquilo que é de ordem subjetiva, precisei entender, a partir do que me foi expresso pela própria comunidade, que eu precisava ir com um pouco mais de calma. Não há como pular etapas se quisermos contribuir com a realidade. Se a subjetividade se torna mais palpável ao compreendermos como os sujeitos se desenvolvem a partir do mundo em que vivem, tendo a sua formação na base da vida diária, é necessário que se apreenda como se dá a relação desse mundo em sua condução da vida cotidiana para chegar ao mais próximo do que é íntimo do sujeito, conforme nos explica Dreier (2016). A Psicologia tem a possibilidade de expandir sua fidedignidade uma vez que se orienta na leitura do que acontece dia após dia, de maneira particular e socialmente organizada.

Tomamos aqui, que essa condução muito é afetada de acordo com o lugar em que se ocupa na sociedade capitalista.

Partindo da comunidade que colocou luz neste trabalho, passamos então a elaborar alguns questionamentos. É verdade que faz parte da Política Nacional de Habitação (PNH) a transferência de pessoas para novas áreas urbanas, quando se encontram em situações emergenciais. Mas é verdade também, que esse plano prevê a articulação dos programas com as políticas urbanas, ambientais, de transporte, saúde, educação e ação social – sem contar a garantia de geração de emprego e renda. Em um território onde o que de fato existe é o depósito de pessoas sem nenhuma materialidade de qualidade de vida, é minimamente contraditório justificar a transferência desses sujeitos por habitarem anteriormente uma “zona de risco”. Não me parece possível o desenvolvimento integral humano em um lugar permeado pela ausência de recursos, fato este que se contrapõe ao princípio norteador da PNH – a acessibilidade a moradia digna e a um entorno capaz de prover as principais demandas da vida cotidiana.

Por todas as questões apresentadas, esse trabalho se debruça a desvendar o trajeto de uma Psicologia do sujeito e não para o sujeito (Holzkamp, 2016), trazendo o diálogo e a reflexão como chaves em direção à ação transformadora construída dentro das possibilidades e limites dos sujeitos. A perspectiva do sujeito aqui é fundamental para que se direcione o fazer da Psicologia, uma vez que a partir da perspectiva de cada sujeito é que a ciência pode se aproximar ao entendimento do que é levar a vida, pois ele mesmo diz sobre os recursos que apresenta para lidar com a realidade. Qual é o impacto desse modo de vida, dessa condição de habitação na construção do modo de vida das pessoas? Será possível desenvolver consciência política sem que haja condições digna de vida? A partir desses questionamentos, pessoalmente, espero que o desenvolver dessa pesquisa possa alinhar a ciência a serviço do povo, promovendo a aproximação do saber como direito humano fundamental. Em relação à ciência pela ciência, que por si só já considero estar relacionada intrinsecamente ao social, insisto na busca por uma

Psicologia mais comprometida com o sujeito em suas manifestações particulares e universais, sem amarras, sem processos colonizadores e expectativas de sujeito ideal, mas sim um sujeito que em meio a tantas opressões e vulnerabilidades se ressignifique na sua potencialidade e na movimentação de sua capacidade de ação.

INTRODUÇÃO

O delineamento deste trabalho deu-se da seguinte forma: o primeiro eixo, a vida no capitalismo e as questões de habitação, concentra-se em discutir as questões habitacionais no Brasil, partindo das bases de produção capitalista, na intenção de desvelar os caminhos de constituição desta política social em um sistema que, uma vez alimentado pela própria desigualdade, apresenta por meio de garantias de direitos uma possibilidade de solução para os problemas resultantes de sua própria sobrevivência. A ideia é poder discutir, de forma crítica, como as políticas sociais fragmentadas se distanciam do horizonte de enfrentamento concreto dos fundamentos da sociedade, manifestadas no cotidiano dos sujeitos que vivem a contradição colocada por esta realidade.

O segundo eixo, moradia e a vida cotidiana, na tentativa de se aproximar um pouco mais das expressões marcadas pelas contradições apontadas, pretende discutir de que maneira as políticas de habitação – mais particularmente a moradia e as dinâmicas que permeiam essa relação - impactam a vida cotidiana e suas múltiplas maneiras de condução desta. O hábito na vida cotidiana e suas possibilidades – ou não - de transcender o ordinário, se movimentam dinâmica e dialeticamente com o entorno do mundo de cada sujeito, promovendo atribuições de sentidos de acordo com aquilo que vivenciamos e enxergamos de onde e enquanto estamos. A moradia, como lugar de ocupação cotidiana, nos provoca a refletir sobre seus plurais impactos de vir-a-ser no mundo, a partir de determinada realidade.

Por fim, o último eixo, processos psicossociais, Psicologia Comunitária e a vida cotidiana, demarca de que maneira a Psicologia, como ciência e profissão, pode se colocar diante do enfrentamento das questões anteriormente abordadas. Fundamentada na crítica, a Psicologia aqui, tem como pressuposto que não existe vida humana independente da história, de forma a se debruçar nessa leitura para entender de que construção de vida estamos falando. Na tentativa de acessar a vida cotidiana e a constituição daquilo que é humano, categoria ampla,

colocamos como ponto de partida que não é possível compreender nenhuma singularidade sem passar pela leitura da sociedade e, assim, a discussão da situação singular de cada sujeito em determinado tempo, é tomada como aspecto central tanto das possibilidades de ação, quanto da limitação delas a partir do que é concreto.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A vida no Capitalismo e as Questões de Habitação

A sociedade moderna está estruturada em torno de cidades que nem sempre são planejadas de modo a assegurar o direito à todas as pessoas. A desigualdade social³ revela-se por entre os caminhos da cidade. Compreender o desenvolvimento urbano segregado - desenvolvimento para onde e para quem? -, é compreender o capitalismo como sistema que desdobra tais caminhos: o rápido crescimento da periferização nas cidades possui marcas significativas de uma ausência proporcional de Estado e que se manifesta concretamente em seus espaços físicos (Freitas, 2005).

Vivemos um problema sério no que se refere às questões habitacionais no Brasil. Apesar dos direcionamentos fundamentados em políticas públicas para tentar minimizar os impactos da lacuna do que é moradia adequada no nosso país, parece que cada vez mais nos distanciamos de poder sanar, de fato, esse problema - que como tudo que aqui transborda na superfície, tem sua raiz estrutural. No Brasil, mais de sete milhões de famílias precisam de moradias novas – mais especificamente, 5,5 milhões em áreas urbanas e 1,2 milhões em áreas rurais – e 10 milhões de domicílios apresentam problemas de infraestrutura básica (PNH, 2004). De acordo com o documento, a maior população afetada pelo déficit habitacional se situa no Sudeste, correspondendo a 39,5% do total, seguido pelo Nordeste representado por 32,4%, concentrando a maior população urbana do Brasil.

A Política Nacional de Habitação, muito distante do que realmente é demandado pela realidade social, possui marcas importantes na sua materialização. Ainda que sua proposta seja de alcançar a população de menor renda no país, parece que a maneira como essa construção acontece não possibilita que essa direção seja, minimamente, digna. No Brasil, segundo dados

³ Aretche (2015), nos ensina que o termo desigualdade precisa ser contextualizado, uma vez que existem diversas manifestações desiguais. Nesse sentido, “entender a desigualdade requer examinar suas múltiplas dimensões” (p. 69), fato este que entendemos que está organizado de maneira complexa nos caminhos das cidades.

produzidos pela própria política (PNH, 2004), é marca notória a quantidade de moradias que carecem de infraestrutura básica – e que coloca a população em uma posição de não acesso aos serviços públicos –, além de somar em 32,1% os domicílios urbanos que apresentam pelo menos uma ausência entre água, esgoto, coleta de lixo e energia elétrica, sendo que 60,3% são de pessoas que tem como renda até três salários mínimos. Conforme a Lei nº 10.257/2001 que anuncia o Estatuto da Cidade, em seu Art. 1 “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. Aqui cabe a pergunta: interesse social e bem-estar de qual camada da população, se os dados evidenciam que o problema habitacional se objetiva em uma escala socialmente desigual?

Dialogar entre o desenvolvimento urbano e a maneira como se consolida a moradia é o ponto de partida para a compreensão de base da desigualdade social. O interesse social exposto anuncia a contradição política implícita neste processo: o que é do povo e para o povo se converte em práticas individualistas de poder. A desigualdade social é pressuposto da realidade da PNH (Brasil, 2004), uma vez que se configura em um modo de vida capitalista onde o direito é para alguns e não para todos (Maricato, 2006).

Segundo relatórios da Organização das Nações Unidas⁴ sobre a promoção e proteção de todos os direitos humanos, o direito à moradia só é possível de ser acessado em sua plenitude se entendermos a inter-relação entre o morar adequadamente e outros direitos humanos – que são base do que é dignidade de vida. A possibilidade de acesso aos serviços públicos e à cidade são princípios norteadores desta condição em uma sociedade que planeja o desenvolvimento dos sujeitos que ali circulam. O problema, talvez, é que essa circulação não seja inclusiva em uma sociedade historicamente segregada pelo sistema que a conduz, e que acaba por excluir,

⁴ Informe do Relator Especial sobre a vivenda adequada como elemento integrante do direito à um nível de vida adequado e sobre o direito de não discriminação a este respeito: Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento.

estruturalmente, as periferias e todas as responsabilidades sociais que vem com ela.

O debate urbano é parte da organização histórica brasileira. Em 1963, o Seminário Nacional de Habitação acontece no contexto das reformas sociais do momento e, segundo Rolnik, Cymbalista e Nakano (2011), traz como proposta um novo modelo de gestão: a municipal. A ideia, de acordo com os autores, era de que os governos locais tivessem mais poder em relação ao enfrentamento da questão habitacional, de forma que, a partir da elaboração dos Planos Diretores, cada município pudesse agir ao encontro de suas próprias demandas de maneira descentralizada. A proposta, porém, acabou por caminhar em outra direção, uma vez que em 1964, com a implantação da ditadura civil-militar, houve a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), que consistiria em acumular todo o capital investido em uma única camada federal e, posteriormente, traria grandes mudanças na implementação orçamentária e que se desdobra até os dias atuais. O modelo proposto, segundo os autores, pretendia vincular o BNH com o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) com o objetivo de deliberar marco regulatório e financiamento da construção dos Planos Diretores municipais.

O desvelamento deste percurso é de necessário debate, uma vez que um conjunto de diretrizes que regulam a prestação de serviços públicos por meio de agentes privados - que, através do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) são incumbidos de arrecadar recursos financeiros por intermédio do BNH e transferi-los para intermediários – acaba por constituir em sua dinâmica uma lógica fragmentada aos interesses econômicos de grupos específicos, muito vinculados ao poder político, que é imposto na regulação do desenvolvimento urbano (Rolnik, Cymbalista & Nakano, 2011). O planejamento da cidade começa a se estruturar como uma somatória do que é habitação, transporte, saneamento e finanças, ao invés do enfrentamento destes aspectos como uma totalidade urbana manifesta. A estrutura prevista é aquela que fragmenta e entende a cidade como a soma de conjuntos de múltiplos domínios: a demanda real não ressoa, e o espaço do território ampliado, de fato, não

é para todos.

Assim como a PNH, o direito à moradia é, simultaneamente, fragmentado e garantido. Fragmentado, uma vez que não dialoga com os outros direitos previstos pela ONU (2008) como dignos para o processo habitacional ideal, e, garantido por uma política de Estado, resultado histórico de lutas e mobilizações sociais. O desdobramento das fragmentações garantidas é um exemplo, de acordo com Oliveira e Yamamoto (2014), de como a política social se torna plural: como resposta às problemáticas oriundas do sistema capitalista, suas manifestações são combatidas de maneira individualizada e específica, tornando-se, portanto, políticas sociais – no plural - que não se conversam. Dessa forma, o Estado apresenta-se como um órgão que reafirma, continuamente, a falência em tentar sanar as feridas civis, mas que, por meio delas possibilita, a conta-gotas, que os conflitos permaneçam distante dos poderes, nunca tocando na raiz do sistema ao qual pertencem e apresentando parcialidade em seu enfrentamento.

Pois bem. Trata-se da contenção da pobreza em seus níveis mais extremos de expressão, ao invés de sua superação estrutural. Ao se tratar de moradia, entendemos que o abismo aqui colocado não é o único que se desvela na desigualdade social, mas sim, uma de suas formas mais reais de exclusão. Assim como ocorre a fragmentação das políticas sociais em âmbito nacional, a constante desarticulação entre os três níveis de governo é um problema histórico dentro da própria PNH, conforme apontam os Cadernos do Ministério das Cidades (Brasil, 2004). A descentralização recorrente desde que o BNH foi extinto e os recursos assumidos pela Caixa Econômica Federal, mais se tornou uma descentralização por ausência do que pelas claras demarcações de responsabilidades.

Os desdobramentos do processo histórico evidenciados pelos Cadernos do Ministério das Cidades (Brasil, 2004), anunciam a municipalização da gestão habitacional como uma possibilidade de ampliação democrática das políticas, embora seu financiamento esteja ainda no controle de nível federal, dificultando a articulação e o alcance financeiro por demanda nos

territórios. Mesmo que o Ministério das Cidades, criado em 2003, seja o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano – entendida como setor fundamental para as questões habitacionais e que, a partir deste ponto, não se restringe ao conceito de habitação como somente moradia -, o cenário atual se perpetua fundamentado em contradições, já que a busca pela garantia do direito à cidade não se tornou a realidade de milhões de brasileiros, e os interesses particulares continuam prevalecendo sobre os interesses públicos.

Ao nos aproximarmos dessa condição, passamos a compreender, conforme nos aponta Catini (2017), como o direito garantido se consolidou como mais uma das formas derivadas de mercadoria. A possibilidade de igualdade surge do Estado e de suas leis, que por sua vez, são parte da relação ideológica da vida social movimentada pelo capital, que, ao forjar o sujeito como um sujeito de direitos, garante a propriedade, mas, em absoluto, não estabelece condições de colocá-lo como proprietário. O direito, como propriedade do Estado, é concedido à população como resposta a sua própria manutenção, já que as “garantias” oferecidas não alteram as dinâmicas reais de relação de poder.

Ainda que o avanço das políticas urbanas seja um aspecto importante - afinal, é o resultado da organização de movimentos sociais - , a cidade, envolvida em uma esfera de poder público municipal que preza pelas respostas imediatas, acaba por reproduzir, segundo Rolnik, Cymbalista e Nakano (2011), a mesma exclusão territorial: o solo, fator importante dentro do desenvolvimento urbano, também escapa do alcance da PNH, de forma que a periferia, à margem, acaba sendo a possibilidade de sua concretização enquanto política pública. Longe do centro e do acesso formal, os moradores dessa mesma cidade permanecem desconsiderados, uma vez que a moradia concedida não traz impacto aos enfrentamentos estruturais da dinâmica urbana.

Embora o processo de não inclusão nos espaços da cidade seja histórico, foi só através dos movimentos participativos do planejamento urbano, - iniciados em um importante momento

de redemocratização do país a partir dos anos 80 -, que algumas respostas começaram a se materializar. O Estatuto da Cidade, já citado anteriormente e bem colocado por Rolnik, Cymbalista e Nakano (2011), como principal direção daquilo que é função da cidade e da propriedade urbana, vem na intenção de garantir o direito à cidade e da gestão democrática do urbano, trazendo o Plano Diretor como fundamento básico das políticas municipais de planejamento urbano. Os autores ainda apontam que o Ministério das Cidades, também como resposta, surge na aposta de integração nacional de base para os municípios na direção de reforma urbana, concentrando o apoio no mesmo órgão, de forma que

a promoção do direito à cidade, o desenvolvimento social, econômico e ambiental, o combate à desigualdade social, racial, de gênero e regional; diretrizes e instrumentos que promovam a integração das políticas urbanas por meio das políticas de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade, considerando o Estatuto da Cidade e a Constituição; garantia da participação da população e dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos e projetos de desenvolvimento urbano e diretrizes e orientação, que garantem que os investimentos públicos sejam aplicados no enfrentamento das desigualdades sociais e territoriais (Ministério das Cidades, 2003).

A promoção do direito à cidade é garantida e manifesta desde documentos locais, como demanda da população, até documentos de ordem mundial, como é o caso das diretrizes do que é moradia digna segundo a ONU (2008), conforme já citado anteriormente. Ainda assim, condições irregulares de habitação se multiplicam pela extensão brasileira, impedindo, de maneira explícita, o acesso básico de equipamentos de serviços públicos que são característicos do que é urbano (Rolnik, 2006). Esse limite – que não precisa de muros para ser entendido – é

o maior obstáculo na vida daqueles que também precisam de desenvolvimento humano, permanecendo em um recorte da cidade que é privado de condições favoráveis de trabalho, cultura e lazer. No Brasil, todas as cidades com mais de 500 mil habitantes apresentam ocupações de moradias em áreas irregulares de habitação (PNH, 2004). A moradia popular, ferramenta utilizada como possibilidade de enfrentamento do déficit, pode ser entendida como um processo ideológico ilusório, uma vez que se cria mais uma possibilidade de sobrelucro para os setores privados, ao invés da superação do problema, de modo que o nó habitacional permanece na relação entre a necessidade do povo, poder público e poder privado (Bonduki & Rolnik; Bolaffi, 1982).

Embora muito se diga sobre a ausência de Estado em algumas regiões das cidades, é importante ressaltar, conforme nos aponta Rolnik et al. (2015), que as dinâmicas de ocupação do território sempre foram mediadas pelo próprio Estado. Se a política habitacional (PNH, 2004) reconhece que nas regiões metropolitanas da região Sudeste há mais imóveis vagos do que pessoas sem moradia, por exemplo, devemos nos questionar quais são as bases dessa mediação de quem nos representa nos diversos níveis de governo. Apesar de se saber que a não condição estrutural dos lugares é a marca da invisibilidade de alguns setores da população perante o poder público, precisamos estar atentos que a dialética da construção da vida cotidiana dos moradores desses lugares acontece, como ponto de partida, pela relação estabelecida com a expressão do que é o Estado nesse (não) diálogo.

Para tanto, sabemos que ainda precisamos muito nos aprofundar no tema da política habitacional, uma vez que é um saber complexo, que na maior real possibilidade de alcance, nos levará para uma melhor compreensão de onde se fala e com quem. Mais uma vez, a importância de esmiuçar as artérias que surgem do coração da política habitacional é essencial para o desvelamento do percurso a seguir. Falamos da base do desenvolvimento capitalista, pois é o sistema que nos constitui: se ao longo do processo histórico, antes, a desigualdade social era

expressão pela falta de produção suficiente para todos e todas, hoje, a desigualdade se situa pela acumulação de riqueza, já que, atualmente, a humanidade produz o excedente para garantir as necessidades de toda a população que vive nesse mesmo mundo (Bolaffi, 1982). A moradia, como expressão concreta na vida cotidiana dos sujeitos, é uma grande expressão da manutenção social das relações orientadas pelo capital, que claramente se perpetua mesmo que ainda existam recursos e legislações que façam indicação de qual é o caminho que se deve pisar. Talvez não se saiba como ou não seja uma questão de planejamento, mas sim de conjuntura política (Bonduki e Rolnik, 1982).

A moradia, manifestação primeira a partir do lugar que se ocupa na vida cotidiana, é o próximo degrau da discussão que buscamos apresentar para melhor retratar a sua condição como determinante na organização do dia-a-dia de todos e todas nós.

1.2 Moradia e a Vida Cotidiana

Falar sobre moradia e vida cotidiana é extremamente complexo, embora estejamos adentrando um campo vivenciado por todos nós. É justamente aí que se encontra a amplitude: a vida tem diferentes formas de acontecer. Nesse sentido, tentaremos tratar a questão da maneira mais cuidadosa possível, pois sabemos que falar de uma parte desse universo de elementos, não se alcança o significado do todo. A vida cotidiana, múltipla em seus significados, será retratada aqui a partir de onde se mora – ponto crucial para a organização diária da vida dos sujeitos.

Como princípio norteador do desenvolvimento aqui proposto, é necessário que se faça entender que as pessoas são o que são pela dialética que constroem em determinadas realidades que ocupam (Martín-Baró, 1973). A dialética, segundo o autor, seria como um diálogo que fazemos com o mundo desde antes de nascer, até o nosso último momento de vida. Assim, não somente somos afetados por este diálogo com o que quer que seja externo a nós mesmos, mas também afetamos tudo aquilo e todos aqueles que se dispõe nessa relação.

É claro que em uma sociedade que se desdobra em várias realidades, falar da dialética

das relações sociais requer um olhar atento ao contexto no qual elas são produzidas. Quando pensamos em contexto, ainda segundo Martín-Baró (1973), devemos sempre nos remeter fundamentalmente à noção de territorialidade. Onde, como, em quais condições? Conforme nos aponta o autor, o território, o espaço, possui marcas significativas na maneira em como se constituem as relações. Não é simplesmente falar de um pedaço de terra – embora também faça parte do contexto – mas sim, de tudo o que envolve uma condição de possibilitar ao sujeito não apenas existir, mas se desenvolver a partir de sua existência.

Nós deveríamos parar por um momento e refletir sobre nosso lugar de moradia. O que há ao nosso redor? Como acabamos onde estamos por agora? Segundo relatórios da ONU (2017) sobre uma moradia adequada, é imprescindível que, para se morar bem, haja acesso – em sua multiplicidade de significados. Quem será que seríamos no mundo, se não parte do nosso mundo particular de vivência? É a partir dessa vivência que pensaremos o diálogo da moradia. A partir de onde se mora enquanto dificultador ou facilitador da condução da vida cotidiana.

Na medida em que consideramos o contexto como fonte de compreensão histórica do sujeito, é importante que se faça a leitura da experiência vivenciada de acordo com as diversas maneiras de se conhecer e construir a realidade, uma vez que, segundo Martín-Baró (1985), esse processo é singular e social. O autor defende o singular afirmando que qualquer experiência passa pela apropriação pessoal e subjetiva, de forma que o social se concretiza por meio de elaborações constituídas em um longo processo histórico coletivo. Em um estudo⁵ sobre superlotação, Martín-Baró discorre sobre os elementos que constituem essa categoria, afirmando que mesmo na falta de espaço de moradia, essa é uma experiência interpessoal, uma vez que não é uma falta de espaço por simplesmente se apresentar como um lugar pequeno, mas sim uma falta também produzida pela presença de outras pessoas.

Toda formação social, seja a de moradia ou de outros espaços, inclui um sistema de

⁵ *El hacinamiento residencial: ideologización y verdade de um problema real* (Martín-Baró, 1985).

produção, de cunho político e ideológico, que movimentam as práticas sociais (Martín-Baró, 1985). Isso tanto acontece, que o espaço onde se vive acaba por não ser de forma alguma abstrato, mas sim uma constituição concreta determinada por um sistema que, a partir de sua execução, pode impactar os sentidos muito diferentes do que é moradia, a partir de cada experiência singular dependendo da cultura ou grupo social em que se encontra, resultando em múltiplas formas de sentir o que é habitação.

É claro que na mesma medida em que somos afetados pelo conjunto de estruturas e de relações sociais, conforme já exposto como fundamento, a dialética dessa relação conduz para que nossa ação no mundo também produza condições e meios de vida, não permanecendo somente submetido às condições, mas participando ativamente nessa construção (Martín-Baró, 1985; Holzkamp, 2016) – afinal, também é o sistema e suas manifestações desiguais o que fizemos dele. Dessa forma, conforme nos aprofundarmos na discussão da condução da vida cotidiana, ao passo que os sujeitos conduzem suas vidas e participam da produção e reprodução de estruturas sociais, também experimentam possibilidades ou a falta delas através dessas mesmas estruturas.

Na tentativa de fincar nossa direção, compartilhamos com os ensinamentos de Schraube e Højholt (2016), quando delimitam que a vida cotidiana, mais do que ser meramente entendida como a nossa trivialidade, deve ser posta como o núcleo da vida humana, já que é o espaço que assume a produção e reprodução das relações sociais. Os conteúdos vivenciados são preenchidos de significados muito pertencentes aos contextos aos quais fazem parte, de forma que é nessa conduta que resiste a forma mais elementar da existência humana. Nesse sentido, de acordo com os autores, é necessário que se compreenda a relação entre sujeito e sociedade, ao passo que a condução da vida cotidiana está intimamente ligada aos arranjos estruturais da sociedade: viver a vida quer dizer se organizar em determinadas condições – que muitas vezes não acontece exatamente como se gostaria, mas sim, simultânea ao movimento do mundo.

É imprescindível que, ao falar de vida cotidiana, falarmos necessariamente de um universo particular, já que são poucas as necessidades da vida diária em comum na vida dos sujeitos. De acordo com Heller (1991), aquilo que é comum à vida humana seriam categorias como a alimentação e o sono, embora nenhuma das duas apontadas acontecem da mesma maneira da vida de todos os sujeitos, uma vez que a comida pode ser elemento de abundância ou falta em determinadas condições de vida, tal como dormir. Diante dessas questões, a autora nos recorda que a vida cotidiana também apresenta uma história, afinal, essa construção depende de processos sociais fundamentais para sua configuração, expressando-se através de sujeitos que ao se reproduzirem na vida cotidiana, reproduzem a história, bem como o sujeito particular está em um mundo concreto.

É nessa relação que o diálogo com a PNH acontece: na medida em que se torna uma política pública, descolada de suas reais demandas e reprodutora de um sistema que em seus princípios deveria enfrentar, como ficam os sujeitos que estão relacionados às determinações das execuções do poder público? Como se dá a atividade humana de um determinado grupo a partir de seu lugar de moradia? A organização da vida, muitas vezes, exige muito dos sujeitos e torna necessária a habituação. Para a melhor leitura desse processo, conceituar a condução da vida cotidiana, segundo Schraube e Højholt (2016), envolve três dimensões: o hábito na vida cotidiana, o transcender na vida cotidiana e a sensibilidade integrativa.

O hábito na vida cotidiana seria uma construção a partir da necessidade de organização – uma reprodução de repetições diárias. Acordar, fazer o café da manhã, almoço, jantar e estar preparado sempre no mesmo determinado horário ao longo dos dias, são apenas alguns exemplos que os autores trazem para a concretização do que é o hábito⁶. Importante dizer que

⁶ O hábito é, a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu, “uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade, ao captar ‘a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade’, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente” (Wacquant, 2017, p. 36).

não são rotinas que surgem automaticamente do sujeito, mas sim, através de seu desenvolvimento em um certo espaço-tempo, integrado e acordado na relação com outros sujeitos.

Enquanto o hábito é como uma reprodução, Schraube e Højholt (2016) trazem que a prática do dia a dia também conta com os momentos produtivos, que refletem a chamada dimensão de transcender na vida cotidiana. Essa quebra acontece quando se transcende os ciclos de ordinários para extraordinários, na ruptura com os acontecimentos já conhecidos e pré-estabelecidos. São esses momentos extraordinários que os autores precisamente dizem que é “onde a vida realmente acontece” (tradução nossa, p. 06). Em diálogo com Heller (1991), a autora nos traz a noção de que a vida cotidiana se distancia, embora essa distância seja tênue, da cotidianidade ou do não-cotidiano quando transcendemos o que é de cunho reprodutivo. Isso significa dizer que aquilo que é de ordem extraordinária, conforme vimos anteriormente, seria a superação do próprio cotidiano, pois seria a cotidianidade presente no que ultrapassa a particularidade reprodutiva.

A última dimensão, sensibilidade integrativa, quer dizer o que seu próprio nome sugere: a integração entre os aspectos ordinários do hábito e aqueles extraordinários que transcendem o que nos é comum. Os autores abordam como o sujeito dá sentido de maneira específica aos elementos das duas dimensões de sua vida e, embora muitas vezes não de maneira consciente, faz o que tem que fazer do jeito que faz, de acordo com o seu entendimento de sua própria história e também do caminho que percorre. É claro que nada disso fica separado em caixas dentro da organização do sujeito em sua vida cotidiana. Falar sobre o dia a dia de qualquer sujeito, na busca do significado singular das ações organizadas de acordo com as condições estruturais, é um trabalho que exige muito cuidado e respeito.

Cuidado, porque se as pessoas vivem na organização de suas vidas, conforme nos apontam Schraube e Højholt (2016), em uma complexa rede de explorar possibilidades e

privações estruturais, precisamos estar atentos para a não individualização dos processos – ainda mais em uma sociedade onde a individualização crescente das instituições acaba por exigir novas formas de organização de ser no mundo. Nesse sentido, Martín-Baró (1985) nos convida à superação de concepções mecanicistas ao dizer que as condições objetivas de vida não produzem automaticamente efeitos psicossociais. Segundo o autor, cada situação é apropriada pelo sujeito de acordo com aquilo que lhe faz sentido dependendo do lugar que se ocupa e das normas culturais que o afetam. O respeito, é para que não se repita tudo o que a Psicologia já fez na contramão desse processo, retomando sempre que possível toda a complexidade da compreensão da vida cotidiana, para que não se caia na armadilha de buscar a significação pela falsa ideia de causa-efeito.

A partir de uma perspectiva crítica, fazemos uma elaboração que qualquer situação que seja emergente na vida do sujeito, não faz parte do todo. As pessoas não estão meramente localizadas em um ponto de suas vidas, elas são a situação em si de uma vida que já está em curso (Dreier, 2016). A própria moradia, aqui tratada, é o ponto de partida dessa discussão na direção da organização de vida, mas isso não pressupõe que os outros lugares que o sujeito circula, em uma análise mais profunda, não devam ser considerados – muito pelo contrário. Uma vez que consideramos a vida cotidiana, inerentemente fazemos o diálogo com a sociedade e todo o conjunto de relações sociais que se expressam por essa via.

Ao falarmos sobre sociedade e sujeitos singulares, precisamos estar conscientes das múltiplas formas de conhecer essa sociedade e de nos organizarmos a partir de determinados lugares. Conforme Dreier (2016) declarou em seu trabalho, existem diferenças sociais e desigualdades extremamente importantes, como, por exemplo, as práticas sociais em diferentes contextos provenientes de arranjos específicos estruturais que determinam quem tem qual acesso ao quê, colocando as pessoas envolvidas em níveis diferentes de experimentação da situação, gerando diferentes tipos de preocupação e organização em relação ao acesso na vida

de cada um.

Se é na vida cotidiana que estão os acontecimentos centrais de tudo o que é humano, é nela também que se encontram algumas amarras que nos impedem, como algo invisível, de romper com algumas reproduções (Caffentzis, 2016). A vida cotidiana é real e aqui não pretendemos tornar abstrato o que em muitos lugares se apresenta de maneira tão concreta, que chega a ser dura: o sujeito cotidiano se encontra perdido, “preso por mil laços, às voltas com mil probleminhas minúsculos. Ao mesmo tempo, conforme a ocasião, ele pode se arriscar; sabe ganhar e perder” (Lefebvre, 1991, p. 23). Dependendo da posição em que se ocupa, esses mil probleminhas não são tão minúsculos assim, tal como saber ganhar e perder seria a possibilidade de superação da vida cotidiana nela mesma.

Conforme apontamos anteriormente, a vida cotidiana é compartilhada e é movimento entre os momentos ordinários e extraordinários. É verdade que, de acordo com Hodgetts, Rua, King e Tiniwai Te Whetu (2016), esses momentos extraordinários onde a vida realmente acontece não podem ser atrelados ao que poderíamos chamar de felicidade. Momentos extraordinários são episódios de desafios, onde o sujeito é obrigado a se deparar com o incomum, desconhecido de sua realidade, necessitando enfrentar situações que outrora não havia se habituado em como fazer. Essas situações, segundo os autores, podem ser características de uma parte da população que, afetada pela estrutura social – como a exclusão territorial -, estão constantemente com a falta de. Emprego, alimento, moradia, são apenas alguns exemplos que podemos usar para elucidar a problemática. Para a vida dessas pessoas, eventos extraordinários se tornam parte de uma construção outra e precisamos estar comprometidos em atentar para as diversidades do cotidiano.

As diferenças culturais e sociais expostas devem ser o fio condutor na ação da Psicologia. Cada momento ordinário e extraordinário possui um sentido múltiplo arraigado no entendimento singular, de forma que precisamos conhecer a condução da vida cotidiana para de

fato somar nesse contexto, pela perspectiva do que o sujeito próprio tem a dizer – a Psicologia não deve perpetuar a colonização ao dizer o que é bom ou ruim, mas sim possibilitar condições de que as pessoas mesmas se reconheçam a partir dos lugares onde estão (Freire, 2000; Hodgetts et al. 2016; Holzkamp, 2016).

É verdade que os conflitos sociais e políticos levam problemas sociais para o sujeito singular. No capitalismo, as deficiências do sistema levam os caminhos para diferentes maneiras de culpabilizar o sujeito pelo seu próprio fracasso (Højholt, 2016), como se o conjunto de estruturas sociais fossem uma condição individual de ação. Todos os dias fazemos escolhas e decidimos. A autora aponta para a importância desses processos, pois viver implica em organizar condições de enfrentamento tal que se desenvolver é um movimento dinâmico em uma rede complexa de interações.

Sabemos que muito precisamos avançar no sentido prático dessa discussão. Os aspectos psicossociais oriundos da vida cotidiana – permeada por elementos múltiplos de cada experiência de vida – muito tem a nos ensinar enquanto práxis: a Psicologia tem que estar comprometida com a conscientização histórica dos sujeitos que, em uma situação de exclusão territorial, podem apresentar múltiplas formas de se desenvolver no mundo (Martín-Baró, 1985). Para Heller (1991), ainda, extrapolar a vida cotidiana no não-cotidiano seria um salto qualitativo e consciente, o que é quase impossível de ser vivido o tempo todo, devido às ideologias inerentes ao modo de produção capitalista. Se a vida cotidiana se organiza pelo impacto das condições de moradia, oferecendo possibilidades – ou não – de experimentar a vida para além do hábito que nos é atribuído do lugar que ocupamos, no próximo eixo, pretendemos discutir de que forma essa Psicologia da vida cotidiana – e comunitária – deve tratar os processos psicossociais. É nesse diálogo com o sujeito singular ou coletivo, que a sociedade deve ser sempre considerada (Holzkamp, 2016).

1.3 Processos Psicossociais, Psicologia Comunitária e a Vida Cotidiana

Chegamos até aqui. Os elementos oriundos da discussão que nos guia pedem um pouco mais de direcionamento: para que estamos falando o que estamos falando e onde queremos chegar? A resposta é mais simples do que o percurso, pois se compreendemos que o cotidiano aqui marcado por determinismos sociais – moradia – se desdobra em caminhos outros, parece que a condução de vida dos sujeitos é ela mesma também conduzida por um conjunto de políticas que fracassaram até então, nos obrigando, como ciência, a fincar seu posicionamento (Guzzo, 2014).

Somente será válida a teoria se, conforme nos ensinam Lacerda e Guzzo (2012), estiver minuciosamente relacionada aos problemas que existem na sociedade atual, mas que, de forma alguma, são problemas atuais. As tensões sociais são históricas, também como é a própria discussão crítica do que é o fazer da Psicologia. O compromisso com a realidade é o que leva, compartilhando do pensamento dos autores, a aproximação da Psicologia com o pensamento marxista, que coloca como central a questão do capital como fonte que rege a existência humana, assim como suas possibilidades e determinações.

Para Marx, de acordo com os apontamentos de Lacerda e Guzzo (2012), o trabalho é a função social e intencional do que é ser humano no mundo, uma vez que é a troca dialética entre sujeito e natureza para o avançar da humanidade e, simultaneamente, a transformação da natureza nesse processo. Quando falamos em função social por meio dessa troca, é no sentido de que na intenção consciente dessa relação, há a transformação do ser em ser social: o que era antes, inevitavelmente humano, logo percebe-se como um conjunto de existências marcado por processos complexos entre o subjetivo, singular, e o mundo objetivo, concreto. É a partir dessa construção que, historicamente, o trabalho configura-se como princípio do desenvolvimento das relações sociais.

Se partirmos do pressuposto de que não existe vida humana independente da história

(Holzkamp, 2016), o processo histórico aqui evidenciado por meio do trabalho tem sua importância ao nos guiar até a vida cotidiana organizada nos dias de hoje. O trabalho, conforme apontado por Lacerda e Guzzo (2012), possui sua função social na humanidade uma vez que se manifesta conscientemente em sua ação e essência. É exatamente aí que o percurso histórico nos evidencia um caminho outro: o trabalho, ao longo do desenvolvimento da sociedade, se organizou e foi organizado de acordo com uma forma específica das relações sociais de produção, de maneira que a expansão do capital se tornou a força maior mediadora da troca entre sujeito e natureza. Aqui, segundo os autores, não mais o sujeito se apropria consciente do seu trabalho na relação com o mundo, mas sim o faz de forma alienada, sob a luz de ideologias capitalistas fundamentadas no valor de troca, conduzindo a vida cotidiana de forma tal que, somente pelas necessidades básicas existenciais mobilizam o sujeito. O trabalho, se torna externo ao sujeito.

É a partir da relação do sujeito com o mundo que se dá a constituição humana e a realidade singular é a concretização mais evidente da estrutura social: o impacto da dinâmica estrutural é o que define a partir de onde começa o surgimento das reais possibilidades e limitações do desenvolvimento singular (Martín-Baró, 2004). Se o trabalho assume a função de não possibilitar ao sujeito a apropriação de sua própria produção, alguém a está acumulando, revelando a desigualdade como pressuposto desse meio de produção que promove a ruptura do sentido da atividade em si (Buoro e Guzzo, 2011).

A alienação passa a ser perpetuada de maneira quase invisível, mantendo-se distante da consciência dos sujeitos e envolvida em uma esfera de relações humanas de opressão que podem causar afetos diferentes na vida humana (Guzzo, 2014). As condições adversas passam a ser naturalizadas. Uma vida marcada por privações históricas pode ser situada tanto em momentos de fatalismo, como de resistência – e, conforme sugere Holzkamp (2016), não é no sujeito em si que esses processos psicossociais tiveram origem, e tão pouco se é possível mudar

a situação subjetiva nesta perspectiva – atuar no movimento contrário dessa afirmação é um dos fundamentos ideológicos impregnados na raiz da ordem social. Nas palavras de Freire (2000, p.16),

mais uma vez os homens⁷, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem, a si mesmos, como um problema. Descubrem que pouco sabem de si, de seu “posto no cosmos”, e se inquietam por saber mais. Estará, aliás, no reconhecimento do seu pouco saber de si uma das razões desta procura. Ao instalar-se na quase, senão trágica descoberta do seu pouco saber de si, se fazem problema a eles mesmos.

Essa constância constituída nas relações humanas de poder, é chamada por Freire (2000) de um longo processo de desumanização. O autor aborda que esse processo, movido ideologicamente, é presente tanto nas relações dos oprimidos, quanto nas relações dos opressores. Ainda, se fundamenta ao dizer que é uma característica adquirida histórica e socialmente, pois se enxergássemos a desumanização como um percurso natural do ser humano, nada mais teríamos a fazer. Nesse sentido, o autor nos chama a atenção para processos fatalistas que podem permear a vida cotidiana: ao acreditar, sem questionar, em tudo o que impõe a ideologia vigente, a história vivenciada pelo sujeito pode vir a ser paralisada pelo simples fato de se acreditar que a ordem natural do curso da vida é a que está dada – “as coisas são como são” –, sendo o sujeito mesmo incapaz de operar mudanças pelas suas ações.

⁷ Em seu livro *Pedagogia da Solidariedade*, Paulo Freire (2009) faz menção ao momento em que tomou consciência de que não incluía as mulheres em sua escrita quando usava somente a palavra homem, como em grande parte nos apresentam as produções acadêmicas. O autor conta que ao publicar o livro *Pedagogia do Oprimido*, em 1970, recebeu muitas cartas de mulheres questionando por que ele usava uma linguagem que ignorava a presença de mulheres no mundo. Em suas palavras “ Eu nasci em 1921. Em 1971, quando eu recebia estas cartas, eu tinha 50 anos. Àquela idade eu ainda estava falando como eu fui ensinado a falar, o que significa: o que eu fui ensinado a entender, o que eu fui ensinado a acreditar. Eu fui ensinado através do uso da sintaxe, o que, para muitos, é um elemento neutro. Eu aprendi, na minha experiência educacional, que quando nós dizemos ‘homem’, nós incluímos as ‘mulheres’, e isto é uma mentira. Se eu digo aqui ‘todas as mulheres do mundo’ os homens não estão incluídos. Como é possível, então, pensar que ao dizer ‘todos os homens do mundo’ as mulheres estão incluídas? Elas não estão” (p. 36).

Ao longo do desenvolvimento da Psicologia como ciência, o sujeito foi compreendido como a própria causa das questões psicossociais a ele atribuídas. Ao falarmos de fatalismo e alienação na vida cotidiana, buscamos a contramão desse fluxo, uma vez que a fundamentação se dá no entendimento de que essas manifestações psicossociais são a concretude das adversidades sociopolíticas e econômicas expressas no sujeito singular. Enfrentar a vida cotidiana em comunidades marcadas pela exclusão, segundo Montero (2004), só é possível pela via da Psicologia se nos posicionarmos na oposição dos que apontam os sujeitos como culpados de uma falha – ou projeto de mundo – sócio estrutural: a individualização das condições sociais só nos afasta de possíveis progressos do que deveria ser o avanço da humanização.

Ainda que nossa posição esteja fincada, o movimento dialético para com a realidade é pressuposto, pois Montero (2004) retoma a importância da perspectiva marxista como base de enfrentamento. A compreensão dos fenômenos vivenciados nas comunidades se deu pelo diálogo com o plano total econômico, político e social aos quais as experiências dos sujeitos estão vinculadas, rompendo com pragmatismos da Psicologia tradicional que trata o que é de cunho psíquico como isolado, a fim de superar a sua descontextualização e responder às reais demandas que surgem do lugar comum de habitação.

Pois bem. Na intenção de elucidarmos a questão habitacional como o lugar ao qual se pertence, falemos de comunidade. O que implica este conceito? Conforme sugere a própria definição, comunidade estaria relacionada àquilo que é comum e se estende culturalmente compartilhado, sem de fato, pertencer ao particular (Montero, 2004; Oberg, 2018). Um aspecto importante é a localização espacial do que é a comunidade no sentido territorial, pois é o que revela algumas dificuldades específicas sobre as interações envolvidas: compartilhar um determinado espaço, não necessariamente desenvolve uma comunidade no sentido da partilha, embora o seja no convívio. A partir de entrevistas conduzidas com moradores de uma comunidade em Caracas, Montero (2004) ressalta que os aspectos centrais do conceito de

comunidade são aqueles que permeiam o relacionar-se, uma vez que a comunidade é um ponto de encontro daqueles que ali habitam, construída física e emocionalmente, em múltiplas expressões de resistência – pela perspectiva dos sujeitos. Ao delimitarmos o que é comunidade, não pretendemos, de forma alguma, enrijecer-nos, conforme exposto por Oberg (2018), pois a ideia é a de manter uma leitura aberta do campo político junto ao que o sujeito sente e atua.

Realizar o percurso proposto nos permite o diálogo a partir da perspectiva do outro, de forma tal que estar na comunidade é poder acessar a concretude cotidiana, permitindo que as condições mesmas se manifestem de acordo com o que cada sujeito percebe de suas possibilidades e/ou limitações (Holzkamp, 2016). Estar presente nesse encontro é enxergar as necessidades que emanam da vida cotidiana e construir, pela resistência e junto ao outro, processos de transformação (Montero, 2006). Promover que o sujeito mesmo assuma um ponto de vista de si, com novos significados de movimento pela mudança é tarefa primordial da Psicologia entendida como comunitária: na relação de afeto, no sentido amplo da palavra, pode reconhecer-se em de que maneira se é comunidade e como isso afeta sua situação subjetiva.

É neste processo de reconhecimento do sujeito - e em conjunto - que o papel da Psicologia deve atuar para fortalecer e conscientizar as condições que insistem, continuamente, em afastá-los de suas próprias realizações (Montero, 2009). A conscientização seria a direção pela qual se procura a superação das amarras da alienação e ideologias dominantes, que resultam em sentimentos de paralisação diante do cotidiano real. Esse caminho só acontece no encontro dos sujeitos com suas próprias vidas, permitindo se reconhecer como mudança no processo de transformação da realidade (Martín-Baró, 1996). Ao passo que transforma a realidade, o sujeito passa a compreender os mecanismos que atuam na sua desumanização, abrindo horizontes de alcance e, inclusive, sobre sua própria identidade social. O autor define que estar consciente não é meramente mudar sua situação subjetiva, mas sim mudar sua relação com o mundo objetivo e, mais efetivamente, com as pessoas que fazem parte dessa objetividade.

Aí está a comunidade e tudo o que vem com ela.

Estar presente no compromisso da práxis psicológica em direção à conscientização e fortalecimento dos sujeitos é, necessariamente, estar presente nas manifestações práticas da vida cotidiana (Guzzo, 2014; Holzkamp 2016), para além dos ambientes artificiais de intervenção. Uma vez que a Psicologia assume o alcance do despertar dos sujeitos como premissa, se torna imprescindível o olhar ampliado para o âmbito singular que não se manifesta descolado do social, mas abre-se em um constante movimento onde uma dimensão alimenta a outra. Promover o diálogo consciente é uma séria responsabilidade histórica que corresponde a desvelar as situações de injustiça enraizadas, onde o “eu” só se permite à mudança quando passa a compreender a coletividade das relações (Martín-Baró, 1996).

Se viver, conforme já citado anteriormente, implica em organizar condições junto aos outros (Højholt, 2016) – o que pode se tornar conflituoso na medida em que se vincula com variadas condições sociais –, logo, a condução da vida cotidiana é um processo coletivo fundamental: as pessoas vivem em colaboração com outras pessoas situadas em diferentes momentos. Se, por um lado, a Psicologia como ciência não é a que vai sozinha resolver os conflitos fundamentais com que se deparam os sujeitos pelas dinâmicas estruturais, por outro, é através dos processos singulares e psicossociais firmados na vida cotidiana que a atuação se faz necessariamente presente (Martín-Baró, 1996). Afinal, o processo de superação do mundo tal como conhecemos também deve ser de enfrentamento coletivo; de comprometimento de ciências outras no mesmo movimento.

Com relação aos processos psicossociais, Holzkamp (2016) traz importantes reflexões acerca da situação subjetiva dos sujeitos como pontos de encontro nas, e pelas relações sociais. Nesse sentido, o autor aborda caminhos na Psicologia de investigar, junto ao sujeito, de que maneira e sob quais condições de enfrentar a vida se pode perceber contra os próprios avanços. O caminho proposto é desvelar o material ideológico oferecido, na direção de compreender

quais experiências – passadas ou presentes – que conduzem à quais condições, dialeticamente. O objetivo de tal investigação seria o próprio mundo de acordo com o ponto de vista do sujeito que o vivencia pela via da emoção e ação.

Uma vez que o sujeito é constituído nas e pelas relações sociais, tal como as constitui, a partir da perspectiva de Holzkamp (2016), devemos nos perguntar quais são as possibilidades de movimento do sujeito de acordo com a sua situação subjetiva a se sustentar na condução de sua vida? E aqui, quais são os aspectos cotidianos que fundam esse processo? No âmbito das emoções, o autor faz uma crítica a Psicologia tradicional que irracionaliza os processos e coloca as emoções como um fator que embaça a visão racional da realidade. Desse modo, faz a ressalva de que a racionalidade é sempre inerente à realidade, de forma que comportamentos ditos como “irracionais” são, na verdade, a racionalidade atuando a partir de uma perspectiva reduzida do alcance do real. Os processos psicossociais que amarram e envolvem os sujeitos nessa relação podem atuar em uma situação subjetiva em que os próprios sujeitos, inconscientemente, atuem contra si mesmos. Somente por meio de reais avanços da ampliação de controle subjetivo perante as condições objetivas de vida, é que haverá uma mudança da situação subjetiva (Holzkamp, 2016; Martín-Baró, 1996). Para tanto, é necessário se conhecer como vivem os sujeitos.

Sabemos que o todo exposto não é, de maneira alguma, uma técnica de começo, meio e fim. Se assumimos que a Psicologia deve ser uma ferramenta de condução dos sujeitos a eles mesmos, devemos também estar dispostos a sermos conduzidos nessa relação. Holzkamp (2016) alerta para o fato de que se colocamos a irracionalidade como elemento central nas manifestações que não compreendemos, devemos parar e admitir que falhamos como ciência e no âmbito interpessoal – o que, como consequência, contribui para a exclusão daqueles que não se “adequam” no que seria o sujeito ideal. O autor ainda aponta que essa posição nos faria renunciar, inclusive, de nós mesmos, “já que sem a relação com o outro, eu não posso viver”

(Holzkamp, 2016, p. 65).

Para finalizar, tentamos desvelar um pouco do que seria a atuação de uma Psicologia que alcança o outro, a partir do que o outro compreende de si mesmo. Como temos a consciência de que muito precisa se avançar nessa discussão, esperamos que a vida cotidiana nos evidencie caminhos para a construção de uma possível humanização, levando-se em consideração as condições expostas pela política do que é moradia. Apenas em um breve momento, nos façamos lembrar que, se atuamos na lógica dialética, que possamos permitir ao sujeito que se reconheça como também produtor das condições sociais (Freire, 2000; Holzkamp 2018; Martín-Baró, 1985) e, nesse sentido, desvelar pela mudança a realidade opressora, é a nossa tarefa histórica. Por muito tempo, falar sobre a resistência dos grupos oprimidos foi deixado de lado, talvez pelo tamanho do buraco que sejam os efeitos paralisantes da opressão, conforme nos aponta Montero (2006). O que pretendemos tratar aqui é a consciência do nosso poder de mudar as condições sociais, por meio também do fortalecimento dos grupos que por muito tempo tiveram suas histórias enfraquecidas. Segundo a autora, esses grupos apresentam recursos surpreendentes que lhes permitem seguir vivos, mesmo em condições adversas, resistindo a pressões e privações. Isso é resistência. Que não nos esqueçamos.

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Identificar o impacto das condições de moradia na construção da vida cotidiana.

Objetivos específicos

1. Analisar a vida na comunidade diante das Políticas Públicas;
2. Identificar e descrever o cotidiano da comunidade tomando como referência a questão da habitação;
3. Identificar e descrever os processos psicossociais dos sujeitos na comunidade;
4. Organizar as demandas e resistências, apresentando quais ações da Psicologia podem contribuir como possibilidades nesse processo.

3. MÉTODO

3.1 Fundamento do Método

A Psicologia se movimenta historicamente no campo da essência subjetiva como algo que surge interior ao sujeito, fato este que pretendemos contrapor em nossa fundamentação. A tarefa de desenvolver uma metodologia que percorre outros caminhos, segundo Alves (2010), precisa se fazer debruçar em teorias que sustentam novos sentidos na produção do conhecimento psicológico. Dessa forma, ao delimitarmos nossa contraposição aos modelos dominantes, nos fundamentaremos no Materialismo Histórico Dialético como proposta metodológica de aproximação com a realidade.

O materialismo, segundo a base marxista, seria a concepção que entende a realidade como a matéria em movimento, opondo-se ao entendimento idealista que apresenta a ideia como elemento central (Alves, 2010). Nesse sentido, parte-se da noção de que o ser determina a consciência e não o contrário, permeado pelo movimento dialético das relações, onde a matéria condiciona a vida social, política e espiritual. Para Marx, a sociedade é objetiva em sua existência e não depende do sujeito para existir; tal qual a natureza (Paulo Netto, 2011), de forma que o objetivo da pesquisa deve ser apreender a essência do movimento real do objeto, que está para além da aparência. Logo, o materialismo histórico dialético se propõe, através do desvelamento da contradição dos processos históricos, a não apenas pensar no mundo, mas alcançá-lo em possíveis transformações através do mundo concreto.

Embora a sociedade seja independente ao sujeito em sua existência, de acordo com Paulo Netto (2011), o papel deste é fundamentalmente ativo em uma pesquisa que se objetiva a alcançar, minimamente, a dinâmica essencial do objeto. É o sujeito que concebe a teoria como a reprodução do movimento real do objeto pelo pensamento, em um processo crítico de conhecimento elaborado a partir da realidade em que se ampara. A ideia marxista, segundo o

autor, não é a de formular uma ciência da lógica, mas sim, a lógica de um determinado objetivo que reproduza na teoria a real aproximação do movimento do objeto.

Na tentativa de ser legítimo ao real, Marx ressalta que não se parte do conhecimento pela via de ideia do ser, mas a partir do ser em si (Alves, 2010; Paulo Netto, 2011). As pessoas são produtoras de suas próprias representações, de modo que ao passo que o pensamento determina a realidade, a própria realidade determina o pensamento. De acordo com os autores, os sujeitos são aquilo que manifestam em vida. Uma vez que consideramos o movimento dialético, não podemos fazer a leitura do mundo como um conjunto objetivo acabado, da mesma maneira que o é no domínio científico: “toda conclusão é sempre provisória” (Paulo Netto, p.26) e tudo no mundo é um conjunto de processos sujeito à mudança.

Para que haja de fato a apreensão real do objeto, a pesquisa, orientada pelo sujeito pesquisador, necessita ser fiel à matéria em seus múltiplos detalhes: compreender as diferentes formas de se manifestar e as relações que se desdobra entre as formas (Alves, 2010). Dessa forma, apreender os processos e a totalidade das relações só se torna possível em uma lógica ancorada no diálogo entre as manifestações singulares, particulares e universais que se expressam em toda a materialidade.

Podemos nos perguntar o que delimita esse percurso ou os devidos impactos dessa relação. Conforme nos ensina Oliveira (2001), a concepção histórico-social do ser fundamenta-se em como o sujeito singular se constitui na universalidade dos fatos, de maneira simultânea em que o mundo universal se concretiza no sujeito singular, a partir da mediação particular dos eventos sociais. O particular é a expressão do que é singular e universal em movimento, que jamais podem ser entendidos isoladamente em si mesmos, mas sim pela leitura dialética que se dá na manifestação dessa relação (Alves, 2010). A compreensão da realidade a partir dessa relação é o que nos faz romper com o subjetivismo impregnado na Psicologia, conforme abordamos no início dessa discussão. Para tanto, conforme nos ensina Lane (2002), “indivíduo

e sociedade são inseparáveis, segundo a dialética, pois o particular contém em si o universal; deste modo, se desejamos conhecer cientificamente o ser humano, é necessário considerá-lo dentro do contexto histórico, inserido em um processo constante de subjetivação/objetivação” (p. 12). Logo, para aprofundar a questão do método no fazer psicológico, é necessário, a partir do materialismo histórico dialético, contextualizar o que se pretende investigar. É aí que reside a vida cotidiana.

Uma vez que de acordo com essa visão e na intenção de apreender os elementos que constituem o movimento da realidade, colocamos como percurso metodológico a Pesquisa Ação Participação, que tem como aspecto principal a participação como uma experiência de aprendizado no campo da pesquisa (Diéguez, 1983). O posicionamento do percurso metodológico se revela como uma questão política ao passo que evidencia as problemáticas e aponta para o potencial de mundo que se tem como horizonte, logo, a pesquisadora envolvida no cotidiano da pesquisa, segundo o autor, assume um compromisso ético ao compartilhar com, e no campo, as possibilidades de transformação.

Dito o que nos guia, nos colocamos na comunidade para de fato nos aproximarmos das particularidades manifestas na condução da vida cotidiana por meio das contradições que permeiam a essência daquilo que se é concreto nas relações. Enquanto presentes e conforme o método exposto, a busca aqui se dá pela via da perspectiva do outro como elemento fundamental de expressão universal, levando em conta as contradições marcadas pela política de moradia no contexto abordado. Não pretendemos, jamais, falar daquilo que não sabemos, conforme nos orienta Diéguez (1983). Assim, nos propomos a enxergar junto com as pessoas, maneiras de construção e transformação a partir do que já se tem.

3.2 Contexto: de onde falamos?

A proposta de pesquisa aqui apresentada surge a partir da inserção anterior em uma comunidade periférica da região Noroeste de Campinas. Antes mesmo de me perceber na condição de pesquisadora, já me encontrava como trabalhadora da política de Assistência Social, conforme detalharemos mais adiante. Como já afirmamos constantemente ao longo do texto, o contexto é essencial para a compreensão dos fenômenos, logo, alguns dados devem se fazer necessariamente presentes para prosseguirmos com a discussão.

De acordo com o que aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), Campinas ocupa uma área de 794,744km² e tem uma população de 1.164.099 habitantes, que são alocados em cinco grandes regiões: Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste (Figura 1). Nosso lugar de pesquisa acontece na região Noroeste que, segundo o Relatório de Informações Sociais de Campinas (PMC, 2016), apresenta 133.086 habitantes em uma área de 66,330km². Embora seja a área com o menor número populacional, é a área de maior densidade devido ao pouco espaço de convivência concreto para os ocupantes da região habitarem.

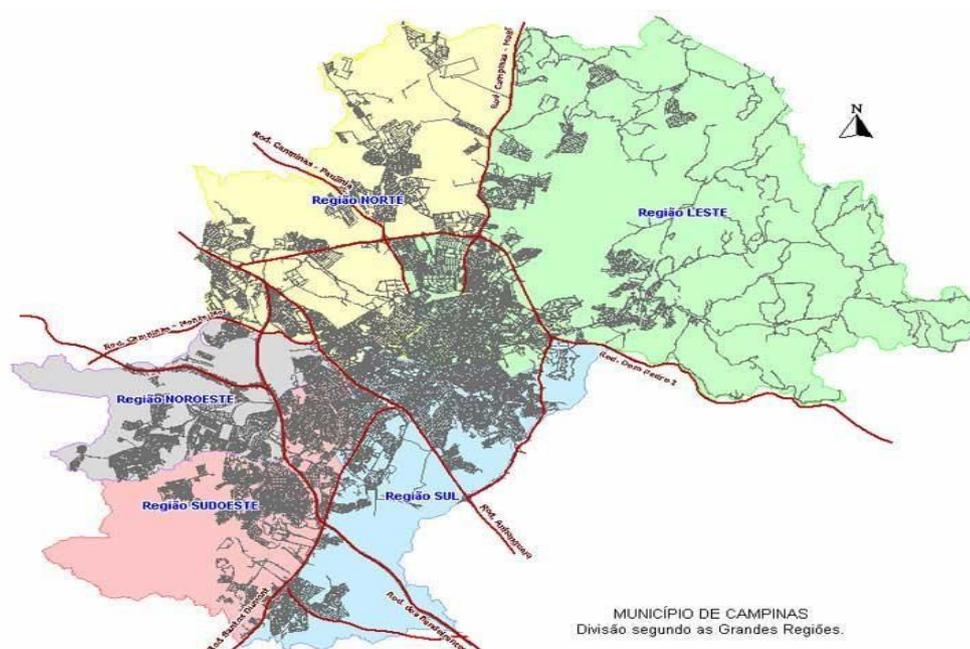


Figura 1 – Mapa das regiões de Campinas. Fonte: PMC, 2010.

No que se refere à política de habitação, uma informação relevante neste trabalho é identificar que a maior parte dos empreendimentos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) se concentram na região Noroeste de Campinas, totalizando 5.000 empreendimentos, considerados os maiores conjuntos habitacionais do município.

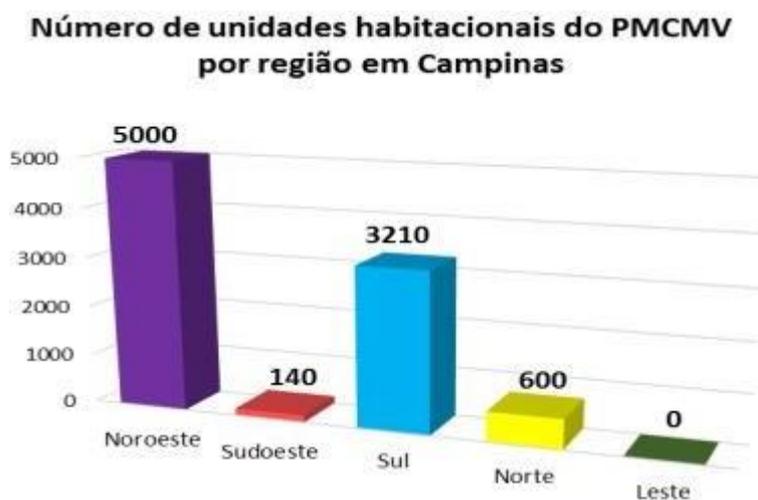


Figura 2 – Número de unidades habitacionais do PMCMV por região em Campinas.

Fonte PMC, 2016

Nota-se que a desigualdade de distribuição dos programas habitacionais é visível pelo recorte realizado nas regiões da cidade. Importante dizer que a região Noroeste se encontra ao longo da Avenida John Boyd Dunlop, via única de deslocamento dos que moram na região e ponto de partida de desenvolvimento urbano dos bairros distribuídos em seu entorno. Os demais pontos de acesso, seriam as cidades vizinhas que compõe a região metropolitana de Campinas, como Hortlândia, Sumaré Monte Mor. Marcada pelo difícil acesso à parte mais central da cidade, a região do Campo Grande - onde está situada a comunidade em questão – se localiza na parte mais extrema da avenida John Boyd Dunlop e é onde a desigualdade social se concretiza com maior evidencia, somando a maior taxa de crescimento anual da população estimado em 1,77% (PMC, 2010).

O próprio município de Campinas reconhece em seu Plano Local de Gestão (2007) que a região do Campo Grande tem como característica as moradias de baixa renda e pouca urbanização, apresentando ausência de condições estruturais básicas e de serviços públicos - tanto comunitários, quanto de atendimento local e de possibilidade de geração de renda. Interessante observar que, embora seja a região que conta com a maior quantidade de unidades do PMCMV, ainda é a menos amparada por equipamentos da política de Assistência Social e educação municipalizada. Por conta da má distribuição, a região apresenta baixa atividade econômica e um número significativo de pessoas habitando áreas de risco (PMC, 2007), entendendo a cidade apenas como possibilidade de circulação fundamentada na ideia de automóvel particular - embora a região, à margem, seja a que representa 70% da população usuária do transporte público -, mantendo aqueles que dependem de políticas públicas integradas longe dos espaços onde o desenvolvimento urbano, de fato, acontece.

Os dados apresentados oficialmente ainda são mínimos diante de toda a complexidade real da região. Uma ressalva extremamente necessária é que muitas das fontes de informações aqui registradas não contemplam o contexto atual: o território o qual nos situamos e que permeia a presente pesquisa começa a surgir somente em 2011, logo, os impactos oriundos de sua materialização não constam em documentos oficiais do IBGE, que realiza suas pesquisas de 10 em 10 anos, sendo a última realizada em 2010. Este fato, nos provoca o questionamento de que a escassez de dados referentes à condição de vida material de algumas localidades, já é um dado alarmante em relação ao processo de desvelamento do poder público em sua atuação.

3.3 Cenário

Na intenção de melhor se fazer entender o porquê se fala de onde se fala, trazemos como cenário de atuação da pesquisa a política de Assistência Social, mais especificamente, dentro da Proteção Social Básica (PSB) em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

(SCFV). Conforme consta na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais elucidada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2014), o princípio norteador das ações previstas é a convivência, tendo como pressuposto garantir a proteção social a quem dela necessita. O trabalho aqui, se configura na atuação da própria pesquisadora como psicóloga neste espaço, que se revela na busca de refletir a realidade em constante alerta aos elementos presentes nas relações produzidas e reproduzidas. A ação da Psicologia no cenário da comunidade é aquela que busca, a partir das demandas identificadas pelo diálogo com o contexto, a aproximação dos sujeitos através da presença no SCFV em momentos coletivos e/ou individuais – quando necessários –, além de visitas domiciliares e participação direta na vida da comunidade, uma vez que identificados espaços potenciais para tais articulações.

Articulada ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a política de garantias de direitos se faz em um longo processo de consolidação, tal como é o sistema que a organiza, iniciado somente em 2005. Para que seja de fato efetivada, integração é a palavra que de fato precisamos materializar em nossa prática, já que o SUAS é organizado de maneira territorial, levando em consideração as demandas da própria região a qual as pessoas estão implicadas, organizando as ações da política de Assistência Social ao encontro da complexidade dos serviços públicos. Nesse sentido, quando falamos na atuação dentro da Proteção Social Básica, a direção deve ser aquela que previne e protege, a partir de uma concepção de convivência e fortalecimento de vínculos (PNAS, 2004).

Fazer proteção é conhecer os riscos que permeiam o entorno daqueles que a procuram, de forma que, conforme explícito na Política Nacional de Assistência Social (2004), conhecer os riscos é também reconhecer as possibilidades de enfrentá-los, entendendo que a necessidade e a ausência dentro daqueles que precisam da Assistência Social é seu princípio, mas que a capacidade de agir ao encontro das demandas deve ser a raiz do que nos orienta.

Nos pautamos na convivência como meio de alcançar um horizonte de emancipação da política em questão, sendo que o fortalecimento de vínculos se torna o eixo final e norteador de nossas ações. Se faz necessária essa diferenciação, pois, uma vez alcançado o vínculo fortalecido, o território onde há a convivência, seja pela partilha ou somente pelo ato de conviver pela obrigatoriedade de localização, tende a ser aquele lugar onde as pessoas podem, de fato, pertencer (MDS, 2017).

A comunidade onde atuamos e estamos vinculados é um empreendimento do PMCMV para famílias com baixa renda e advindas de áreas de risco, hoje distribuídas em 2.380 Unidades Habitacionais. As pessoas chegaram até este território sem vínculos e redes de apoio, uma vez que quando retiradas de seus locais de moradia anteriores, prometeram-lhe casas. Somente quando chegaram ao referido lugar, é que se depararam com apartamentos de 36m², sendo que nessa contagem de espaço, a garagem está inclusa. Um dos únicos serviços públicos da rede socioassistencial da região, nossa atuação no SCFV abrange um número alto de pessoas que habitam o território, embora não alcance nem de perto, a devida proporção do número de pessoas que ali estão. Importante aqui deixar explícito que a partir dos princípios normativos do SUAS, a organização dos equipamentos públicos deve ser territorial, fato este que não acontece na região em questão, já que não possui referência do Centro de Referência de Assistência Social, porta de entrada da política de Assistência Social.

Embora os dados não sejam oficializados, a aproximação com o referido território se deu de acompanhamentos anteriores de famílias moradoras de outras regiões de Campinas que se mudaram para a comunidade aqui representada. Uma vez já vinculadas à política de Assistência Social pelo Serviço de Proteção Especial de Média Complexidade, a presente organização se organizou para estar no território, identificando grande vulnerabilidade e risco social. A área em questão, extremamente isolada do planejamento urbano, é considerada área rural e possui um grande pasto aberto no fundo de sua malha, que não é de acesso público para

a população. Por não se abastecer de serviços territoriais, os moradores acabam por utilizar os equipamentos dos bairros vizinhos, sobrecarregando os serviços e alimentando a precarização da saúde, educação e assistência, em um sistema que se abastece de desigualdades como pressuposto.

Por estarmos no território e entendermos a precariedade da região, ainda realizamos atendimentos para mais dois bairros vizinhos que sofreram grandes impactos com a chegada do grande empreendimento do PMCMV – embora nosso maior público seja disparadamente vinculado ao loteamento. De acordo com o Relatório de Informações Sociais de Campinas (PMC, 2016), há apenas um Serviço de Proteção Especial de Média Complexidade⁸ e nenhum Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade⁹ na região Noroeste, um número extremamente inferior à quantidade de demandas e vulnerabilidades do território em questão.

Diante do todo exposto, é a partir de muita complexidade, precarização e ausência de políticas públicas que se desenvolve o presente trabalho e, ainda assim, busca-se constantemente a atuação em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social em conformidade com o SUAS, que preconiza o enfrentamento da questão social como princípio que move (ou assim deveria) aqueles que nessa luta se situam. O cotidiano aqui é pelo não isolamento territorial, pois assim como aqueles que moram nessa região, a rede de proteção e garantia de direitos acaba por permanecer fragilizada em sua continuidade.

3.4 Fontes de informação, instrumentos e passos

A partir da inserção cotidiana e comunitária pela política de Assistência Social, levantamos alguns documentos que consideramos essenciais para que se possa chegar à análise

⁸ O Serviço de Proteção Especial de Média Complexidade apresenta como foco de atuação a intervenção com grupos de sujeitos e/ou famílias que se encontram em situação de risco, por recorrência de violação de direitos, mas que não tiveram os vínculos de referência rompidos (MDS, 2017).

⁹ O Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade atua na proteção integral dos sujeitos e/ou famílias que se encontram sem referência e com necessidade de afastamento do núcleo familiar e/ou comunitário (MDS, 2017).

que propomos no objetivo deste trabalho. As fontes de informação são: a) Plano Nacional de Habitação; b) Plano Diretor Municipal de Campinas; c) Diários de Campo.

Utilizamos o **Plano Nacional de Habitação** como fonte de informação, pois é um documento que respalda as diretrizes habitacionais, considerando a moradia como aspecto central para o debate aqui representado à luz dos objetivos e tudo o que se manifesta como condição digna de habitação. Sendo assim, consideramos essencial para o nosso trabalho a possibilidade de concretização – ou não – da política instituída expressa a partir da realidade vivenciada na comunidade, uma vez que reputamos ser um documento fundamental como aproximação do enfrentamento da questão habitacional no Brasil.

O **Plano Diretor de Campinas**, importante fonte de informação, nos contemplou como instrumento de análise uma vez que buscamos apreender as propostas municipais de Campinas em relação aos direitos ditos como garantidos, tendo em vista o que é planejamento urbano em diálogo com as demais políticas e se, de fato, sua materialidade está posta nesta direção.

Os **Diários de Campo**, principal e última fonte de informação utilizada, consistiu na produção – pela pesquisadora –, após o dia inserido no campo de trabalho, de anotações, observações, relatos, encaminhamentos, na intenção de refletir pensamentos e elementos presentes na relação com sujeitos e comunidade, a partir de registros de sentidos, significados e manifestações sociais que emergem da realidade cotidiana. Os momentos de escrita são resultado de situações onde o sentido foi atribuído pela pesquisadora por variadas condições oriundas de momentos espontâneos relacionados a atuação da pesquisadora. Como falamos de moradia e cotidiano, essa relação se deu nas atuações previstas da psicóloga em campo, não havendo nenhuma alteração de sua conduta devido à pesquisa. Weber (2009) propõe que o Diário de Campo seja produzido de forma menos censurada possível, já que os dados serão analisados e não publicados de forma original. Assim, essa investigação partiu de registros feitos a partir da inserção na comunidade com apontamentos que procuram responder aos

respectivos objetivos da pesquisa – embora sua condução não tenha sido dada a partir deles –, evidenciando aspectos da proposta que façam o diálogo com a materialidade das relações que fizemos partindo da inserção no SCFV dentro do território.

3.5 Participantes

Os participantes consistem em sujeitos de diferentes faixas etárias moradores da comunidade em questão, sendo que a maior parte do contato se dá pela vivência a partir do SCFV 06 a 14 anos, o qual estamos inseridos cotidianamente no diálogo com as crianças, adolescentes e suas famílias. As ações realizadas rotineiramente no espaço do serviço são aquelas que buscam acessar a comunidade, na tentativa de identificar formas de enfrentar as demandas que são escancaradas nessa relação. Nesse sentido, profissionais estão presentes no território em muitos momentos que não somente no espaço físico de atendimento, possibilitando a aproximação real com o que é vivenciado desde o lugar de moradia.

3.6 Considerações Éticas

Apresentamos como considerações éticas a Resolução nº 510, concebida em 2016 pelo Fórum da ética em pesquisa das Ciências Humanas e Sociais aplicadas, ratificada pelo Conselho Nacional de Saúde em parceria com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que dispõe sobre a ética como uma construção humana, implícita ao respeito pelo outro e promotora da proteção dos sujeitos participantes, de forma que

Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

VIII – pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem

dados que possam identificar o sujeito.

Entendemos que as situações evidenciadas como fonte de informação da presente pesquisa se manifestam espontaneamente na prática profissional, sem que haja intervenção direta da pesquisadora na comunidade para alcançar os objetivos propostos. Nos colocamos com todo o cuidado possível frente a esta condição, estabelecendo o anonimato dos sujeitos como prioridade máxima do desenvolvimento do trabalho, tendo em vista que a pesquisa só é válida se promove avanço para todas e todos.

Dessa forma, é por meio do cotidiano vivenciado na comunidade e registrado pela leitura da pesquisadora no campo de atuação, que o contato com os sujeitos acontece. Ao longo da inserção, o registro aconteceu em momentos diversos, como em conversas particulares ou em grupos realizados com crianças, adolescentes e/ou adultos pela pesquisadora na prática psicológica dentro dessa realidade. Um grupo específico era conduzido pela psicóloga somente, um grupo composto apenas por meninas que já existia antes da coleta de dados, por ser um grupo de fortalecimento que acontece pela demanda do território. A partir da inserção cotidiana no SCFV, contamos também com a atuação de outros profissionais em práticas de mobilização e espaços de diálogo de temas que a população mesma nos direciona, além de visitas domiciliares que nos fazem circular no território e estabelecer o diálogo espontâneo com quem ali habita.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para elaborarmos o plano de análise de modo que, posteriormente, possamos analisar os dados, nos utilizaremos dos fundamentos de análise Construtiva-Interpretativa de Gonzalez Rey (1997, 2003). Segundo o autor, para efetivar o estudo da subjetividade em uma perspectiva histórico-cultural, devemos compreender a pesquisa como um processo de comunicação, troca

e diálogo, constituindo-se de um contínuo processo de interpretação e construção do conhecimento - ao mesmo tempo que os resultados também não se esgotam, representando parte que compõe a totalidade (Pinto e Paula, 2018).

Ao utilizar a epistemologia qualitativa Construtivo-Interpretativa de Gonzalez Rey, compreendemos a investigação como um processo de construção teórica, de forma que os instrumentos deixam de ser recursos padronizados e passam a provocar questionamentos. Para o autor, durante o processo de pesquisa o novo é sempre constituinte da ação de quem pesquisa, afastando-se da construção de um caminho inflexível na qual são organizadas as diferentes etapas do processo. A pesquisa orienta-se pela ideia e decisões de quem executa a pesquisa e integra a totalidade do que se pretende alcançar, contudo, a evidência no papel ativo da pesquisadora não reduz a compreensão da posição do próprio objeto do conhecimento, que também aqui sujeito e ativo, participando muito mais desse processo (Pinto e Paula, 2018).

A ciência é subjetividade e não apenas racionalidade, expressando a integralidade do caminho da vida do sujeito, com os processos singulares, a emoção e a contradição que se manifestam por todos que têm suas experiências realizadas de modo singular. Nesse sentido, o social se apresenta no caminho dos sujeitos estabelecidos em uma cultura e sociedade diferentes, tratando objeto e pesquisador em uma relação dialética.

A partir da perspectiva Construtiva-Interpretativa, os dados serão, primeiramente, organizados e analisados em três fontes diferentes: 1) análise do Plano Nacional de Habitação; 2) análise do Plano Diretor Municipal de Campinas; 3) análise dos Diários de Campo.

No plano de análise dos documentos oficiais (Plano Nacional de Habitação e Plano Diretor Municipal de Campinas), vamos identificar aspectos que discutam as políticas de habitação e os impactos presentes – ou não - na vida cotidiana dos sujeitos da comunidade a partir da perspectiva de moradia, buscando se existem ou não práticas em relação ao tema abordado, como também fundamentos teóricos que sustentem e dialoguem com a nossa

perspectiva. Para isso, organizamos os documentos a partir da construção de um protocolo de análise e seguimos com uma leitura atenta que apresente informação relativa aos objetivos deste trabalho, buscando a questão habitacional na vida cotidiana como eixo norteador. Em momento seguinte, realizamos um protocolo de análise como proposta de se organizar em *dimensão, fonte, unidade de análise e interpretação*.

Na mesma direção e finalizando o momento de análise, foram selecionados alguns Diários de Campo produzidos durante toda a pesquisa, partindo da perspectiva de também realizar uma leitura atenta, já que este é um momento crucial para trazer as questões políticas já evidenciadas anteriormente e seus impactos na comunidade. A mesma estrutura de análise foi organizada (dimensão, fonte, unidade de análise e interpretação), utilizando assim, a análise Construtiva-Interpretativa de Gonzalez Rey (1997, 2003).

1) Análise do Plano Nacional de Habitação

Conforme descrito no plano de análise, utilizamos o recurso de organização das dimensões para estruturar o desenvolvimento e análise da pesquisa. Foram organizadas dimensões entendidas como essenciais para o diálogo com o objetivo do trabalho proposto, elencando as unidades de análise que representavam a dimensão norteadora. Uma vez que a fonte aqui foi o Plano Nacional de Habitação, interpretamos a partir do entendimento entre esses três seguimentos - dimensão, fonte e unidades de análise -, localizados no quadro anexado (Apêndice 01).

2) Análise do Plano Diretor Municipal de Campinas

Assim como os documentos oficiais anteriormente abordados, o mesmo se aplica em relação ao Plano Diretor Municipal de Campinas. Organizamos a estrutura de análise a partir das dimensões elencadas, utilizando como fonte o Plano Diretor Municipal de Campinas, na intenção de vincular com as unidades de análises que respaldam as dimensões identificadas para sua posterior interpretação localizado no quadro em anexo (Apêndice 02).

3) Análise dos Diários de Campo

Os Diários de Campo coletados entre os anos de 2018 e 2019 foram organizados na mesma estrutura de análise fundamentada neste trabalho, porém, em dois quadros diferentes. O primeiro (Apêndice 03), foi organizado com dimensões identificadas que contemplavam a discussão em relação aos documentos oficiais, com o objetivo de questionar a relação entre as diretrizes gerais e a vivência real na comunidade. Já o segundo quadro (Apêndice 04), foi organizado a partir de dimensões que não são contempladas nos documentos oficiais, mas que aparecem como elementos importantes da vida cotidiana alusiva ao território.

4.1 Plano Nacional de Habitação

A leitura do Plano Nacional de Habitação foi realizada por todo o documento, na tentativa de entender os eixos norteadores. Como é uma estratégia de enfrentamento ao déficit habitacional, muito se fala dos subsídios possíveis para a organização estrutural da política, foco que não daremos neste trabalho. A tentativa, aqui, é de demonstrar como as configurações do material se dão a partir da realidade, entendendo que não é de fácil resolução. Assim, tentamos problematizar, através de dimensões que surgiram por meio do contato com o conteúdo, sendo organizadas pela: *a) inadequação das políticas de habitação; b), moradia digna; c) integração das políticas sociais; d) processo de urbanização; e) desigualdade social; f) processos participativos*. Tomando como referência o próprio documento e os objetivos deste trabalho, utilizamos de trechos expressos que levaram ao entendimento de como se articulam as dimensões com a proposta de análise deste estudo.

a) Inadequação das Políticas de Habitação

Conforme o descrito, entendemos que há uma lacuna importante no processo histórico das políticas de habitação no Brasil. De acordo com o documento, o processo de enfrentamento

da questão habitacional se dá de maneira clientelista e/ou assistencialista, trazendo para o embate como as ações historicamente organizadas foram pontuais e imediatistas, apresentando grande relação com determinadas camadas mais privilegiadas da população, não possibilitando o enfrentamento estrutural do problema. Além disso, a política habitacional não deve ser entendida, tal como seu plano, como uma proposta que se encerra, mas sim, como um ponto de partida norteador para que demais políticas e esferas do poder público se articulem para essa questão, evidenciando que, mais uma vez, não é um fator comum nesta prática. Um exemplo disso, é que os próprios municípios não se abastecem das diretrizes nacionais, de forma que, mesmo quando garantido no Plano Diretor, não se concretiza na realidade.

b) Moradia Digna

Para falar das condições de moradia e, por consequência, habitacionais, faz-se necessário definir o que é moradia digna. Logo no início de apresentação do documento, é colocado como objetivo do plano a promoção do acesso de moradia digna urbanizada e integrada à cidade, principalmente para a população de baixa renda, o que nos faz refletir como as periferias não estão sendo contempladas neste processo. Sabe-se que os territórios vão se constituindo ou sendo constituídos afastados da cidade, dificultando completamente o acesso da população que, sem recurso financeiro, acaba permanecendo sem muitos outros recursos, já que às margens da cidade, as condições se tornam mais um desafio para a vida dos que moram do lado de lá. Se moradia é entendida como um direito individual e coletivo com condições de habitabilidade em áreas com infraestrutura e acessos diversos, parece que estamos caminhando ainda muito distantes do que é estabelecido.

Ainda, é colocado que a exclusão territorial limita o desenvolvimento humano, o que, de fato, é imposto. O desenvolvimento acontece, porém, com muito maior dificuldade do que em outras áreas da cidade. Um dos fundamentos norteadores da discussão do que é moradia

digna, portanto, é a localização dos projetos habitacionais, já que não como primeira escolha, mas sim por condição, as pessoas acabam ficando à margem das demais possibilidades.

c) Integração das Políticas Sociais

A integração das políticas sociais aparece como elemento importantíssimo para a discussão habitacional, conforme nos aponta o próprio documento do Plano Nacional de Habitação, assim como nos fundamentamos dos eixos deste trabalho. O processo de habitar dignamente é complexo e precisa ser combatido de maneira estrutural, o que nos remete ao fato de que os planos estaduais e municipais precisam estar alinhados com as diretrizes nacionais. Se habitar é pensar no entorno, logo, as demais políticas necessitam de diálogo para concretizar de maneira digna e efetiva o que vai ser esse entorno, levando em consideração o que é a cidade e como o desenvolvimento local será efetivado, já que pensar em habitação deveria ser uma importante conexão com a própria inclusão territorial e as possibilidades de vivência digna da comunidade na própria comunidade. Para tanto, faz-se imprescindível este debate.

d) Processo de Urbanização

Conforme nos aponta o documento, o impacto do processo de urbanização é expansivo, denotando que muitas das famílias que vivem na miséria são as que mais sofreram com o avanço urbano. Embora a história nos evidencie que, de fato, esse processo apresenta grande destaque na maneira em como a sociedade se organizou e continua se organizando, precisamos também fazer a crítica de que as pessoas não ficaram na situação de precariedade apenas pelo desenvolvimento urbano, mas sim pela ausência do poder público em amparar esse processo.

As cidades metropolitanas são consideradas atualmente, os grandes centros de desenvolvimento urbano e econômico. Sendo assim, é necessário que se aponte a contradição de que mesmo nesses lugares considerados como potenciais de desenvolvimento, 84% das

famílias que vivem em condições de precariedade se encontram nos grandes centros. De que maneira está sendo organizado a questão habitacional, uma vez que a própria PNH indica que no Brasil, há mais moradia sem gente do que gente sem moradia e grande parte desses imóveis desocupados se encontram nos centros urbanos?

Ainda, é necessário que se aponte para a questão da lógica urbana centrada no automóvel particular. As famílias que menos apresentam condições financeiras para viver nesse mundo, são as condicionadas a viver cada vez mais à margem das cidades – não por escolha – e são aquelas que mais necessitam do transporte público, o que, muitas vezes, até o transporte público demanda de uma renda que não é a realidade das pessoas. Logo, que processo de inclusão se espera de um Estado e de um mercado imobiliário que organiza a malha urbana de tal forma que as pessoas não poderão se locomover fora de sua própria região de moradia? Às vezes, me parece que o objetivo acaba sendo esse.

e) Desigualdade Social

Falar sobre desigualdade abrange muita coisa. Poderíamos, talvez, elencar todas as dimensões propostas como uma questão de desigualdade social, mas decidimos por esta organização com o objetivo de enfatizar a questão da renda e da localização.

Sabe-se que a questão da moradia é um dos maiores e mais dramáticos problemas sociais. É concreto, é real. Quem nunca passou por um barraco na rua e se perguntou “como alguém vive nessa condição?”. E vive. A questão aqui é se realmente precisava acontecer dessa maneira, pois muito se sabe, para quem se aprofunda, quem é o público que acaba nesses lugares de exclusão social. A proposta do Plano é enfrentar o déficit habitacional em suas raízes, pois historicamente se trata a pobreza no nosso país com superficialidade, não tocando nos fundamentos da sociedade capitalista e mantendo a estrutura de poder possibilitando os setores sociais mais favorecidos que assim continuam sendo.

Nesse sentido, o público de baixa renda acaba por se desenvolver em lugares afastados da cidade e dos acessos possibilitados por esta esfera, já que a informalidade da moradia acaba por marcar grande parte dessa população. Essa informalidade, como nos aponta o documento, é marcada por ausência ou insuficiência de infraestrutura local, o que dificulta e muito a vida das pessoas que moram nas periferias, afinal, elas vão precisar se deslocar para acessar o que não foi garantido em sua própria habitação – embora seja garantido como direito humano.

O Plano Nacional de Habitação muito se propõe ao enfrentamento das faltas dos mais pobres, mas sabe-se que ainda acontecem loteamentos irregulares, onde se tiram pessoas de áreas consideradas de risco – embora, muitas vezes, não sejam – para colocá-las em outras áreas de risco, como construções em lugares pantanosos, por exemplo. Entendemos que isso acontece devido ao escasso recurso para essa população que pouco tem para contribuição, mas enquanto poder público, é necessário a sensibilização para essas questões, se quisermos – de fato, como sociedade – que as pessoas vivam suas vidas de maneira realmente digna.

f) Participação Social

É de extrema importância que um documento de tamanha abrangência tenha a participação social como essencial no processo de organização política do nosso país. Ninguém melhor que o próprio sujeito que vive as situações para pensar e planejar sobre elas, evidenciando as falhas, as faltas e as possibilidades em seu entorno. Entender a política de habitação como uma política de Estado, já é um grande avanço para a sociedade, para que nenhum governo possa destituí-la de seu objetivo central, que é a universalização da moradia.

O único questionamento que fica nessa dimensão é que, mesmo garantida como uma política de Estado, se existe a possibilidade de ser extinta a participação social dependendo do entendimento de quem governa o nosso país. Mesmo que a participação continue consolidada, será que existe um teto nesse alcance?

SÍNTESE

Logo que começamos a organização das dimensões para a posterior interpretação, já é possível observar o quanto a política habitacional necessita de integração, afinal, difícil mesmo foi separar as dimensões para poder realizar a leitura. Na tentativa de se fazer entender o processo, o que queremos dizer é que uma dimensão depende da outra para sua efetivação na realidade, uma vez que só é possível se pensar em moradia digna se considerarmos a questão social, assim como essa mesma questão se relaciona dialeticamente com o processo urbano, bem como a inequação das políticas de habitação está em diálogo com a integração das políticas sociais.

Interessante poder observar em como uma dimensão aqui analisada parece não conseguir avançar se não considerar a outra, levando em conta que os processos participativos aparecem como uma possibilidade e desafio em uma sociedade capitalista. Parece que a questão habitacional, hoje, precisa considerar a localização como parte essencial de seu enfrentamento, pois o lugar onde se ocupa é marcado pelas relações estabelecidas pelo capital. Por localização, entendemos que todas as dimensões elencadas são necessárias para seu entendimento e superação, já que a periferia, ao longo da história, se manifesta pelas ruas da cidade. Sendo assim, entendemos que embora seja de avanço, a política habitacional ainda se organiza da maneira clientelista e imediata, sem considerar os seus eixos fundamentais de enfrentamento de uma desigualdade que é tão real quanto visível.

4.2 Plano Diretor Municipal de Campinas

A leitura do Plano Diretor Municipal de Campinas teve como objetivo identificar as propostas urbanas que dialogam para a melhoria e universalização do acesso à moradia digna e o que é habitar de maneira concreta e possível, na realidade do município de Campinas. Nesse sentido, tomando como referência o que é habitação, as dimensões foram organizadas em: *a)*

Meio ambiente; b) Mobilidade e Transporte; c) Política de Habitação; d) Educação; e) Assistência Social; f) Saúde; g) Cultura, Esporte e Lazer; h) Segurança Pública; i) Acessibilidade. Como o documento tem como objetivo principal fundamentar a função social da cidade e o planejamento da expansão urbana, consideramos de extrema importância ressaltar que as dimensões foram assim organizadas entendendo que o direito à cidade precisa considerar todas as questões apontadas, mesmo já partindo do pressuposto de que, em muitos lugares da cidade, muitas dessas condições do que é habitar dignamente não são concretizadas.

a) Meio Ambiente

De acordo com o Plano Diretor do Município de Campinas, o meio ambiente é elemento de grande importância para o que é considerado como qualidade de vida na cidade. Pensar o urbano sem considerar fatores cruciais como a arborização, afeta o cotidiano das pessoas inclusive no que se refere ao lazer, já que praças e parques fazem parte do planejamento urbano. Nesse sentido, podemos considerar o meio ambiente como fonte de desenvolvimento humano da cidade, já que além de se pensar em conforto, qualidade do ar e valorização da paisagem urbana, conforme consta o Art. XX, também se prioriza a qualidade do que é lazer, já que sem a preservação, dificilmente os espaços públicos se consolidam como lugares possíveis de convivência.

b) Mobilidade e Transporte

O debate de mobilidade e transporte é ponto essencial para a discussão deste trabalho. Sabe-se que, conforme consta no Plano Diretor, o planejamento urbano deve ser compatível com o planejamento de locomoção da população. Sabe-se ainda, que esta não é uma realidade no nosso país. A priorização do pedestre e do transporte coletivo ainda é um grande desafio a ser superado, já que nossas cidades e os grandes centros urbanos continuam sendo construídos

distantes da periferia.

Mobilidade e transporte são categorias que estão diretamente relacionadas ao acesso, uma vez que sem essa possibilidade, não há movimentação. As pessoas ficam destinadas aos lugares que habitam – o que não seria um problema, se a infraestrutura prevista fosse, de fato, consolidada. A questão é que as condições concretas do cotidiano de vida das pessoas continuam sendo muito distantes do que se propõe a organização de expansão e planejamento urbano da cidade de Campinas. Nesse sentido, se propaga a lógica da cidade pensada no automóvel particular, o que também não é uma realidade de grande parte da população.

c) Política de Habitação

Mais uma vez, nos deparamos com a condição de moradia digna como aquela que promove a qualidade de vida de acesso universal, o que implica em infraestrutura urbana com acesso aos serviços públicos. Ainda, considera que a moradia digna ofertada para a população de baixa renda deve considerar toda a malha urbana da cidade, na intenção de integrar a periferia nas centralidades, possibilitando que a cidade seja um direito garantido para todas as pessoas que nela habitam. A Política de Habitação aponta e continuará a apontar a necessidade de integração de discussões com outras políticas para que sua realidade seja um pouco mais concreta.

Importante destacar a urgência de remoção da população que estiver em áreas de risco e questionar se as soluções possíveis estão sendo realizadas de maneira adequada. Ainda, conforme o exposto no Plano Diretor, a remoção de pessoas em áreas consideradas como de risco é muito ampla, podendo aqui, a interpretação acontecer de acordo com interesses locais. A dívida de acesso à moradia digna é histórica, assim como a organização para a sua superação. Por fim, uma vez mais nos deparamos com a condição de que as áreas de interesse social devem ser articuladas por toda a cidade. Por fim, uma vez mais nos perguntamos: então por que só na

periferia?

d) Educação

Explicamos anteriormente sobre a importância de considerar todo o entorno habitacional no momento do planejamento urbano. Precisamos aqui ressaltar a educação, que, como direito garantido essencial e urgente para a população, é muito falado por todos e pouco executado. O próprio Plano Diretor considera que a política educacional deve estar articulada com as demais políticas sociais, o que nos remete ao fato de que a política habitacional, essencialmente, é uma delas. Não é possível consolidar uma área de moradia sem que haja a possibilidade de acesso à escola.

O documento aponta sobre a diretriz da escola de promover discussões que estimulem a superação das desigualdades educacionais. Aqui, elucidamos este ponto como necessário para nossa discussão, entendendo que a desigualdade educacional se dá, inclusive, como relação dialética da própria desigualdade habitacional, que tem como grande fundamento a desigualdade social e racial, que existe como base de desenvolvimento do nosso país.

e) Assistência Social

A assistência social assume papel importantíssimo no que consta no Plano Diretor. A superação das desigualdades territoriais apresenta profunda relação com as questões de moradia, já que isso implica na conscientização dos sujeitos que circulam em diversas realidades acerca de suas próprias vivências nos territórios que ocupam. Se a assistência social é para quem dela necessita, parece que as periferias assumem lugar importante na relação com essa política, por se consolidarem em áreas de vulnerabilidade social pela ausência de Estado.

Habitar dignamente, portanto, inclui o acesso aos serviços socioassistenciais que pautam discussões de superação. Urgentemente. Porém, será que o acesso aos serviços de assistência

social significa que os sujeitos estão sendo incluídos de fato na sociedade ou apenas sendo amortecidos por esta política?

f) Saúde

A saúde aqui é também colocada como acesso garantido em todas as suas instâncias. Importante destacar que a qualificação de atuação na saúde deve considerar quem é a população atendida, o que implica na compreensão de quais são as necessidades territoriais em questão e como as dinâmicas que se movimentam nesse cotidiano se manifestam na vida das pessoas. Nesse sentido, a relação de saúde com a habitação se dá na medida em que os serviços ali disponíveis sejam atentos às condições ali concretizadas.

g) Cultura, Esporte e Lazer

Eis aqui um importante aspecto do desenvolvimento humano que não é muito considerado em nosso país, embora assim seja amparado em documentos oficiais de amplitude nacional. O Plano Diretor de Campinas, que é de cunho municipal, enfatiza que a cultura deve ser meio de acesso para as plurais realidades da cidade, na busca de oficializar o incentivo para que o acesso às manifestações seja concretizado.

A cidade, que é de direito de toda a população, é aquilo que se vivencia através das produções culturais ao longo da história, tal como o lazer e o esporte, fatores imprescindíveis na vida cotidiana das pessoas como hábitos saudáveis, conforme é colocado pelo próprio documento. As diretrizes de manutenção e desenvolvimento da cultura, esporte e lazer são norteadoras do planejamento urbano, fato que acaba por ser quase escasso em relação ao acesso, já que este é um aspecto que tem como condição a integração com outras políticas do município, conforme nos aprofundaremos mais adiante nesta discussão.

h) Segurança Pública

A segurança pública entra como dimensão importante neste trabalho por ser um grande diferencial no que é habitar dignamente. O que nos chamou a atenção na organização do documento, foi o fato de que a segurança pública apresenta como princípio a antecipação e a prevenção como planejamento de suas ações, o que implica na lógica de vinculação com as comunidades. Mais uma vez, esbarramos em um ponto crucial de integração às demais políticas públicas para que essa noção de planejamento seja concretizada, já que a ação de segurança pública, em alguns lugares da cidade, acaba por ser uma ação que se fundamenta mais pela opressão do que pela proteção.

i) Acessibilidade

Embora quase todas as dimensões representadas tenham o acesso como condição de sua materialidade, entendemos que seja de grande importância nos respaldar em uma dimensão que integre a questão da acessibilidade como pressuposto para nos aprofundarmos em algumas discussões. A partir do momento em que se considera que a função social da cidade é priorizar o atendimento às necessidades essenciais das pessoas que nela habitam – enaltecendo aqueles que moram em regiões de vulnerabilidade social e socioambiental – logo, por consequência, consideramos que a oferta de infraestrutura, equipamentos, áreas verdes e serviços públicos se dá por meio da concretização do acesso no entorno de onde se habita, o que sugere a quebra da noção de centralidade da cidade.

Se o direito à cidade contempla que todos e todas têm direito de acessar, igualmente, as oportunidades da vida urbana com todas as suas vantagens de desenvolvimento, estamos de frente com a contradição que é a acessibilidade, uma vez que se torna possibilidade e limite na realidade da vida cotidiana. A localização da vida das pessoas se torna aspecto central nessa discussão, que representa um eixo fundamental para o planejamento urbano.

SÍNTESE

Organizar e estruturar as interpretações advindas do Plano Diretor Municipal de Campinas foi um processo muito desafiador. Ao nos depararmos com as políticas públicas que constam neste documento, cujo principal objetivo é o planejamento urbano, foi possível enxergar e concretizar de fato, que a habitação é muito mais ampla do que um lugar de moradia, mesmo que essa não seja uma questão escancarada no documento analisado.

Quando discutimos meio ambiente, mobilidade e transporte, educação, assistência social, saúde, cultura, esportes e lazer e segurança pública, estamos falando sobre a efetivação do que é a política de habitação. Estamos falando sobre o fracasso de uma política enquanto horizonte de superação. A dimensão da acessibilidade vem para tentar elucidar de que maneira se articulam as demais dimensões, já que não basta só existir um equipamento público, ele precisa ser acessado. Ele precisa ser possível de ser acessado. Para tanto, precisa-se pensar em como articular no território local a infraestrutura prevista e necessária para atender as necessidades da população, além de se criar estratégias de mobilidade e transporte para o acesso à cidade, que é de direito de todos e todas, considerando que Campinas, atualmente, apresenta a maior tarifa de ônibus do Brasil. Nesse sentido, será que a noção de política territorial de fato é consolidada? Quando não há possibilidade de acesso territorial, como se dá a relação com o transporte público da população quando também não há renda?

4.4 Diários de Campo

A leitura dos Diários de Campo deu-se de forma atenta, na busca de identificar os elementos aqui considerados como essenciais acerca do que é habitação e os elementos do cotidiano. Nesse sentido, realizamos a leitura de 44 Diários de Campo, utilizando 42 para realizar essa discussão. Os Diários de Campo foram organizados em códigos, para melhor identificar as fontes em cada dimensão elencada, conforme é colocado na tabela a seguir. A partir da leitura, entendemos, como de extrema relevância, que a análise se organizasse em dois

momentos: no primeiro, realizamos a interpretação a partir das dimensões que dialogavam com os documentos oficiais, na intenção de interpretar a relação entre teoria e prática, que consideramos como essencial para o avanço do conhecimento concreto. Nesse sentido, tomando como referência o que é habitar nessa comunidade, as dimensões foram organizadas em: *a) Inadequação das Políticas de Habitação; b) Moradia Digna; c) Integração das Políticas Sociais; d) Processo de Urbanização; e) Desigualdade Social; f) Meio Ambiente; g) Mobilidade e Transporte; h) Educação; i) Assistência Social; j) Saúde; k) Cultura, Esporte e Lazer; l) Segurança Pública; m) Acessibilidade.*

Já no segundo momento, organizamos as dimensões que apareceram como fundamentais naquilo que é cotidiano a partir do lugar onde se habita, entendendo que são elementos para o que este trabalho se propõe. Dessa forma, organizamos as dimensões em: *a) Violência; b) Resistência; c) Infância; d) Discriminação; e) Gênero; f) Raça; g) Ações da Psicologia.*

Tabela 01*Código dos Diários de Campo selecionados.*

Código Diário de Campo	Código Diário de Campo
1. DC0118	22. DC1219
2. DC0218	23. DC1319
3. DC0318	24. DC1419
4. DC0418	25. DC1519
5. DC0518	26. DC1619
6. DC0618	27. DC1719
7. DC0718	28. DC1819
8. DC0818	29. DC1919
9. DC0918	30. DC2019
10. DC0119	31. DC2119
11. DC0219	32. DC2219
12. DC0319	33. DC2319
13. DC0419	34. DC2419
14. DC0519	35. DC2519
15. DC0619	36. DC2619
16. DC0719	37. DC2719
17. DC0819	38. DC2819
18. DC0919	39. DC2919
19. DC1019	40. DC3019
20. DC1119	41. DC3119
21. DC1219	42. DC3219

Parte 01**a) Inadequação da Política Habitacional**

As unidades de análise identificadas como a inadequação da Política Habitacional, assim foram consideradas por identificarmos grandes falhas no que é habitar dignamente no contato com o cotidiano da população. Pontuamos diversas vezes neste trabalho, assim como é pontuado nos documentos oficiais, que moradia não é só teto, mas também o acesso ao entorno e aos direitos tidos como garantidos. É claro que a morte, fator quase comum na vivência deste lugar, não pode ser interpretada de maneira reduzida, mas temos o compromisso de considerar, a partir dos registros identificados, o quanto este fator está intimamente ligado aos processos de organização do que é planejamento urbano.

“Fomos informados que um menino havia desaparecido e estava afogado. Foi estranho. Paramos o carro e alguma coisa dentro de mim dizia que era nosso. Não sei se meu coração batia muito rápido ou se parecia querer parar, acho que não sei dar nome ao que senti. Era nosso e era tarde. Ele estava lá, roxo, desfalecido, junto aos bombeiros que tentavam reanimar o seu corpo, que já tinha perdido o brilho. Não consegui olhar muito tempo. Foi a primeira vez que vi alguém morrer assim. Não sei dizer o que senti. Faziam 7 meses que eu estava lá e a morte já tão perto. Escrevo aqui, porque além de uma marca dolorosa desse tempo de trabalho, também é o registro de uma marca extrema de exclusão social. Submeter as pessoas que moram ali a nenhum tipo de acesso, incluindo lazer, possibilita que tragédias assim aconteçam” (DC0118).

Em um território pensado apenas na condição de moradia e não do que é habitar dignamente, situações assim podem acontecer. Morar em um apartamento pequeno de 36m², com muitas pessoas e sem possibilidade de acesso em áreas públicas de lazer ou muito menos de áreas verdes em dias quentes, cria-se o risco de que crianças acessem lugares que não são próprios para habitação. São essas relações de acesso, ou ainda, a falta de, que devem ser consideradas no impacto da vida cotidiana das pessoas que vivem ali. O mesmo impacto deve ser considerado, conforme observamos nos registros, sobre uma pessoa que passa muito mais tempo no transporte público do que na sua própria casa para conseguir trabalhar, devido à distância da centralidade urbana e de lugares no entorno que podem constituir geração de renda. Aqui, a Política de Habitação – ou inadequação dela – acaba por cumprir um papel imediatista, que segue excluindo socialmente a população periférica e não soluciona as questões sociais e históricas envolvidas nesse processo, submetendo os sujeitos a se organizarem cotidianamente em condições emergenciais de sobrevivência.

“O cotidiano, marcado pela desigualdade, todos os dias insiste em me dar um tapa na cara. Esse foi mais um. Todos os dias, essa mulher sai de sua moradia, às 15h30, pois entra no seu trabalho em uma cidade da região às 18h. Seu retorno acontece somente às 10h da manhã do outro dia, pois seu turno termina às 7h” (DC2219).

Além disso, ainda temos a possibilidade de despejo das pessoas que foram colocadas nesse território pela não quitação do financiamento ao longo dos 10 anos. Essa é a marca de inadequação de uma política que, na sua historicidade clientelista – conforme apontado pelo Plano Nacional de Habitação –, não alcançou a articulação necessária para a superação da desigualdade social do nosso país, e assim, acaba por reproduzi-la.

“Retiraram as famílias dos seus lugares de moradia fundamentados de que estavam em zona de risco, embora se saiba que muitas não estavam nessa condição, mas sim em áreas de especulação imobiliária. Mesmo aquelas que se encontravam em áreas de zona de risco, me pego pensando que, de alguma forma, elas tinham seu lugar. Aí, amparados em uma política pública que deveria ser de direito da população, os governantes retiram as pessoas, como se fossem objetos, prometendo que elas receberão casas e as depositam – sim, é um depósito de gente – em uma área completamente afastada do que é considerado urbano, ainda com a condição de financiamento. Aqueles que não puderem pagar, é rua, mesmo sabendo que a renda da maioria dos habitantes que hoje ocupam aquele lugar não chega a um salário mínimo, com muitas pessoas morando embaixo do mesmo teto. Não me parece uma política de direito, tão pouco, me parece que algo de fato está sendo pensado para a qualidade de vida dessa população, conforme constam os documentos que amparam essa política social” (DC2219).

b) Moradia Digna

Aspecto importante e central em nossa discussão a questão da Moradia Digna. De acordo com o Plano Nacional de Habitação, a moradia aqui é tratada como direito individual e coletivo de acessar padrões dignos de habitação, seja no aspecto estrutural da moradia própria ou de acesso aos equipamentos públicos. Nesse sentido, encontramos algumas contradições importantes no que se refere às diretrizes oficiais, já que os relatos do cotidiano nos evidenciam situações bem diferentes do que se propõe o direito garantido.

“E outra, eu moro no último andar. Os pombos fazem ninho lá em cima e entra muito piolho e doença dentro de casa. Outro dia meu sobrinho estava com a cara toda picada” (DC0818).

“Nos contou como era difícil viver ali nos dias de chuva, a cama que ficava encostada na parede ela precisava tirar, pois a chuva infiltra e molha todo o quarto. Nos convidou para olhar a situação e de fato, quando chegamos, a parede, que é extremamente fina, estava ficando mofada. A água entra pelas paredes. Não existe rachadura, ela simplesmente vaza pela qualidade do material que está posto naquela construção. Ainda, teve até problema com a vizinha de cima, porque quando ela lavava a escada, escorria água dentro de sua casa pelo teto” (DC0419).

As estruturas apontadas são fontes muito determinantes em como a vida acontece. Os problemas encontrados nos registros não são problemas que se resolvem pela ação individual, embora assim seja sentido o sofrimento das pessoas que precisam lidar com essas questões. A infestação dos pombos e o material utilizado para a construção dos condomínios só podem ser encaminhados se houver intervenção do poder público, o que acaba nos colocando de frente aos desafios que permeiam o enfrentamento cotidiano da população. Muitas pessoas - devido ao problema estrutural de moradia não digna – relatam que não conseguem dormir, o que impacta diretamente em como caminha o dia de alguém que não consegue ter seu descanso garantido.

Além disso, outra questão importante é a situação da densidade habitacional em grande parte dos apartamentos e a importância de enxergar o sujeito a partir disso.

“A condição real de seu cotidiano de vida e a ausência de espaços para ser. Afinal, no meio de todo o caos que é a dinâmica daquele apartamento, ainda existiam mais pessoas que ali viviam. Me peguei pensando em quem eu seria se tivesse crescido em um pequeno espaço com três cômodos na convivência de mais 9 pessoas. Quem seria? A partir do que vi, pude entender um pouco mais as manifestações daquela criança dentro dos nossos espaços” (DC0618).

“Quando questiono quem no momento estava ali morando – embora eu já soubesse a resposta -, ele começou a contar nos dedos: se deu conta que era um número extremamente alto dentro daquele espaço. Perguntei como ele fazia quando precisava de silêncio e ele me respondeu ‘todos precisam de silêncio!’, relatando se trancar no quarto quando fica muito difícil e tampando os ouvidos para tentar ficar realmente só. Perguntei qual espaço, fora sua casa, ele considerava que poderia ter um pouco de paz e ele me disse que em casa nunca, mas sim, embaixo de uma árvore, perto do seu condomínio. A rua” (DC0318).

Se as pessoas não conseguem encontrar paz na própria morada, o que consideramos que diversos fatores atravessam essa questão, é na rua que podem encontrar algumas possibilidades – independentemente de quais sejam. E é nessa relação que o cotidiano acontece, mesmo sabendo que a rua aqui parece não caminhar para muitos acessos ao que é de direito.

“Ela estava compromissada em ir procurar uma casa fora dali para morar. ‘Eu não aguento mais morar nesse lugar, Laurinha’. Conversamos um pouco, e ela me disse que precisava urgentemente sair do território, pois aquilo não era lugar digno de se viver. Os vizinhos, o afastamento do centro, tudo acaba por impossibilitar que ela pudesse viver mais em paz. ‘Eu preciso de paz, aqui não tenho’” (DC1519).

c) Integração das Políticas Sociais

Falar sobre a integração das políticas sociais é quase uma contradição, uma vez que, na realidade, estamos para apontar exatamente sobre a fragmentação delas. Conforme foi pontuado no começo deste trabalho – e insistimos em salientar –, as políticas sociais surgem como uma forma de enfrentamento à questão social, conforme nos apontam Oliveira e Yamamoto (2014). Porém, os autores ainda ressaltam que, sem tocar nos fundamentos que sustentam a base capitalista, as políticas sociais seguem em suas pluralizações, não possibilitando a existência de diálogo entre os setores definidos e perpetuando a não superação das demandas sociais.

Nesse sentido, podemos observar algumas situações que nos concretizam na realidade o que nos faz refletir as considerações teóricas.

“Depois, refletindo, me peguei pensando na organização da vida das pessoas que moram ali. É verdade que mãe de P. utiliza da violência como marca única de tentar ter algum controle sobre o filho e, como psicóloga, entendo das grandes consequências que isso contribui na vida de qualquer pessoa. Mas, por outro lado, quando me deparo na organização daquilo que rodeia aquela realidade, me lembro: mãe solteira de 6 filhos, sendo a única responsável pelo sustento da casa e que passa o dia inteiro fora de casa trabalhando até tarde da noite, para poder dar de comer para as crianças, sozinha, e ainda tem que encontrar maneiras de manter seu filho de 8 anos dentro de um apartamento de 36m², entre 8 pessoas. Como? Pensei na moradia e na falta de espaços e vínculos seguros que poderiam sustentar essa situação. Além da questão habitacional e da escassez de espaço no próprio apartamento, ainda existe o fato de que o entorno não

contempla qualquer possibilidade de acesso ao que seria digno para uma mãe nessa situação com seus filhos. E, ainda, existe todo o histórico desse território de como as pessoas chegaram até ali, muitas delas já com a ruptura dos vínculos que existiam em outros lugares” (DC3219).

O que é um território sem possibilidades de acesso humano? O impacto da falta de articulação entre as políticas sociais é evidente, já que sem o meio para garantir espaços seguros na própria casa ou no entorno da comunidade, as pessoas parecem ter muita dificuldade em encontrar meios de se organizar dignamente. E a dificuldade não é das pessoas, a dificuldade foi colocada na vida delas a partir de políticas que não cumprem aquilo que se propõe desde o princípio. Além da falta da rede de serviços públicos, a maneira como as pessoas chegaram ao território em questão também compromete a continuidade das redes de apoio que elas tinham em seus antigos lugares de moradia.

Além disso, nessa dinâmica de não planejamento urbano e habitacional não integrado à cidade e seus demais acessos, nos deparamos com a distância dos equipamentos públicos e a não concretização das políticas, uma vez que a PNH apresenta como princípio este diálogo, considerando a complexidade que traz a questão habitacional e a organização da vida das pessoas a partir deste ponto.

“Sabe onde fica o DAS? À 5 km dali. Sabe o que isso significa para quem não tem carro? Mais de uma hora de caminhada. Sim, caminhada, porque a pessoa não tem dinheiro para a passagem de ônibus. Sabe o que significa mais de uma hora de caminhada, no sol, para uma idosa buscar por meios de sobrevivência? Pois é” (DC0919).

Estamos falando de pessoas que estão buscando pela sobrevivência. Onde o cotidiano é marcado pela luta. Estamos falando de políticas que existem para, no mínimo, sustentar as demandas apresentadas pela população, mas que ainda se apresentam de maneira inacessível, considerando as vulnerabilidades do território. É uma teia complexa de relações, que continua submetendo as pessoas a viver em condições objetivas sem apresentar possibilidades de

enfrentamento real.

Para finalizar essa discussão, apresentamos um trecho que muito nos diz sobre a necessidade de articulação das políticas sociais.

“As demandas acabam batendo em nossa porta, por sermos o único equipamento público naquela ponta. Importante dizer que a porta de entrada da Política Nacional de Assistência Social, o CRAS, não tem referência para este bairro, assim como as demais políticas, como educação e saúde, que não foram pensadas para a população que estava chegando, sendo necessário a utilização dos equipamentos dos bairros vizinhos, trazendo dificuldade para a população e sobrecarregando os serviços” (DC1919).

Como, em um território de grande vulnerabilidade, o principal serviço de proteção socioassistencial não é referência para as pessoas que ali vivem? Como não foi pensado em educação e saúde, serviços básicos na vida de qualquer pessoa que vive nesse modelo de mundo em que temos? Realizamos questionamentos ao invés de afirmar o que já foi evidenciado pelos próprios registros, por entendermos que as respostas para essas perguntas são questões que ultrapassam o nosso entendimento aqui, já que a incongruência de nossas políticas e a realidade palpável no Brasil não tem nome que defina.

d) Processo de Urbanização

Conforme apontado na análise do Plano Nacional de Habitação, embora se considere a realidade histórica de como o processo de urbanização impactou a vida das pessoas, a crítica é necessária para que não haja uma naturalização dos fatos, já que, se o processo fosse fundamentado pelo enfrentamento da questão social, muito provavelmente hoje o déficit da questão habitacional não seria tão marcado pela desigualdade social.

“Já morei em favela, morei em favela minha vida inteira, mas nenhum lugar é tão ruim quanto aqui”. Disse que a casa que morava antes era grande, uma boa casa, tinha quintal, espaço e que não era de zona de risco e, de repente, tiraram ela de lá. Que muitas famílias que tinham casa no morro, o que é um risco, continuaram lá, mas ela que não tinha

problema nenhum teve que sair. ‘Me jogaram aqui’” (DC0419).

Interessante observar que o “aqui” referido, é um projeto habitacional desenvolvido pelo governo, já que estamos falando do Programa Minha Casa Minha Vida. Logo, o processo de urbanização nos coloca uma questão importante: não é o processo por si só que impacta a vida das pessoas, mas sim o processo de urbanização em uma sociedade capitalista que se desenvolve em detrimento da vida das pessoas. O estado, cada vez mais submetido aos interesses privados, acaba por se organizar sem considerar como dever primeiro a vida pública, avançando sem sanar as dívidas históricas com a população (Iamamoto, 2001).

e) Desigualdade Social

Antes de nos aprofundarmos nesta dimensão, entendemos que seja importante pontuar como que chegamos até aqui. Foi muito difícil decidir se falávamos de uma questão de classe ou dos fundamentos da questão social, já que existe uma estreita relação entre ambas. Por fim, ao analisarmos atentamente os registros que entendemos dialogarem com a questão abordada, acabamos por decidir que nem questão social, nem questão de classe: falaremos sobre desigualdade social. Assim decidimos por se tratar de um conceito mais próximo da realidade a qual falamos, no sentido de se fazer entendido, além de que o termo desigualdade social, em sua proporção cada vez mais abissal, continua a causar grande sofrimento e alienação em grande parte da população, mas, principalmente, acaba por adquirir um tom quase banal na sociedade atual, como apenas mais uma expressão do cotidiano (Guzzo e Lacerda Jr., 2007).

O termo desigualdade é, por sua vez, extremamente abstrato, conforme nos ensina Arretche (2015), por se tratar de desigualdades multidimensionais. Quando cunhamos a dimensão como desigualdade social, estamos aqui nos remetendo à pobreza que, por sua vez, acaba culminando em situações de privação dependendo do lugar onde se vive. Ao falarmos de

pobreza, estamos falando de questões sociais, econômicas e políticas, visto que o diálogo aqui busca romper com a visão onde pessoas são apenas mercadorias e, para tanto, não somente de renda se determina a desigualdade. Estamos falando de desigualdade socioterritorial, de desigualdade de acesso, de desigualdade de condição de vida, que envolve as necessidades humanas para além do capital, mas que se consolidam como são a partir dele.

“Onde se morre, porque não há dinheiro” (DC3219).

Onde se morre porque não há dinheiro e acesso. Onde, segundo Paulinelli (2018), a noção de direito se confunde com a de favor, principalmente quando se trata de uma camada da população que necessita do direito garantido para a sobrevivência por se encontrar em extrema vulnerabilidade social. Sob a ótica do direito à saúde e educação – direitos universais – os mais pobres ainda são os últimos a ser incorporados (Arretche, 2015). O impacto, conforme podemos observar, pode ser fatal ou, ao menos, causar grandes prejuízos nas vidas de quem depende dos serviços públicos.

“Quanto mais tempo passo nesse trabalho, mais percebo que a periferia está onde está, mais do que tudo, porque não são ofertadas possibilidades de acesso para nada. NADA! E aí a periferia tem que se virar e, dependendo de como se vira, morre” (DC2319).

É difícil e delicado pontuar algumas questões sem cair em contradições ou, até mesmo, sem correr o risco de alimentar concepções ideológicas oriundas do sistema capitalista. Falar sobre a desigualdade social sob a ótica da pobreza, nos requer uma grande responsabilidade para que não haja somente uma afirmação econômica, mas também naquilo que confere à liberdade dos povos em viver dignamente. Não é a pobreza pela pobreza, mas sim a pobreza atrelada ao contexto de desenvolvimento cultural, imerso pela ideologia e interações sociais de cada sujeito que estrutura e é estruturado pela vida cotidiana (Cidade, Moura Junior & Ximenes,

2012).

“Pronto. Porta aberta, eu já tinha entendido que não veria o celular institucional de novo. Foi uma movimentação gigante dos adolescentes. Todo mundo questionando onde estava o celular, quem é que havia roubado. Que situação ridícula. Eu não queria duvidar de nenhum deles, não por inocência, mas por não querer, de novo, ser alguém na vida desses meninos que desconfia e aponta o dedo na cara. ‘Foi um menor que pegou dona, certeza’. E acho que foi mesmo e esse não é o problema aqui e nem o que eu gostaria de ressaltar. Para mim, o problema são essas condições de vida. Para mim, o problema é ter que lidar com essas contradições. Enquanto conversávamos, um dos meninos que cumpre Liberdade Assistida olhou para mim e disse ‘dona, não pode ser ingênua. É que a quebrada da dona corre pelo certo, ela não aprendeu assim’. Viu só? Realidades. Todo dia eu aprendo com eles. Na minha tentativa de cuidado em não acusar, ele me deu uma lição do que é aprender na marra a ser ligeiro. A desconfiar. A não enxergar as coisas com tanta inocência. É isso”. (DC2319)

Esse é um exemplo de constituição humana, de construção de realidades a partir do abismo social do que foi o meu contexto de desenvolvimento, e o desse menino. Estruturação e a marca daquilo que é cotidiano e a evidência de como nos firmamos nesse processo.

“Mais um dia de trabalho, mais um adolescente preso. Sua irmã, chorando, chegou pedindo para conversar junto com as amigas. Em um primeiro momento, elas disseram que todo mundo tem uma escolha de vida e ele escolheu esse caminho porque quis, o que não é completamente irreal quando pensamos nas decisões tomadas ao longo da vida. Mas, avançando na conversa, perguntei se dentro daquilo que a gente pode querer na vida, como são as possibilidades de escolha para quem mora por ali?” (DC2619).

Em uma realidade de privações multidimensionais, falar de escolhas parece ser algo absolutamente irrelevante nesse processo, pois no final das contas, o problema maior não é a escolha em si, mas sim uma sociedade que violenta cotidianamente essa população, não deixando muitas possibilidades de superação, se não aquelas mesmas forjadas e vivenciadas desde muito cedo como sobrevivência.

“Falei ‘eita, o que você tanto apronta com celular que sempre tá sem, hein?’. E a resposta: ‘ah Laura, esse acabou quebrando, mas eu bem que tava pra vender, porque eu tava com muita vontade de comer milho com manteiga e não tinha dinheiro’. 13 anos” (DC1419).

A desigualdade social, tal como nos deixa explícito a sua própria definição, não afeta igualmente a vida cotidiana de todas as classes sociais. Mas a fome, o desejo e o consumo, esses sim, atravessam ideologicamente a vida cotidiana de qualquer pessoa que viva em uma sociedade como a nossa.

f) Meio Ambiente

De acordo com o Plano Diretor Municipal de Campinas, o planejamento urbano deve acontecer de acordo com as políticas ambientais, pois entende-se que garantir o acesso de áreas verdes implica na qualidade e bem estar social da população.

“Além disso, falaram sobre a necessidade de arborizar o território, já que nem árvores existem naquela região. Uma moradora até apontou que no verão é insuportável, porque ninguém aguenta ficar dentro dos apartamentos – que são pequenos – e nem nas ruas, pois não tem sombra para dar um sossego. ‘Muitas vezes, as crianças vão para as lagoas que são perigosas, por causa disso’”. (DC3119).

De acordo com o garantido, não se garante. Mais uma vez, transbordando as questões estruturais da moradia em relação aos apartamentos, também nos deparamos com um cenário onde não há concretização da política habitacional e ambiental. Podemos observar que a moradora cita o fato de que as crianças acabam procurando a lagoa para se refrescar, o que é um risco, já que pontuamos ao longo da análise deste trabalho como a morte se torna uma possibilidade em situações assim. “Era o rodo cotidiano, o espaço é pouco, quase um curral”¹⁰ e a vida acontece. Mesmo onde lá fora – melhor do que dentro em muitos relatos –, não há espaços arborizados conforme constam os documentos oficiais, a vida cotidiana, mesmo quando insuportável, acontece.

¹⁰ Rodo Cotidiano (O Rappa).

a) Mobilidade e Transporte

O Plano Diretor aponta sobre a necessidade de se fazer uma política de mobilidade e transporte que priorize o transporte público e coletivo em detrimento do automóvel particular, embora o Plano Nacional de Habitação faça a afirmação de que o planejamento urbano é realizado a partir da lógica do automóvel particular. Aqui, novamente, nos deparamos com a contradição de uma política que impacta diretamente na vida das pessoas, já que todos e todas precisam se locomover até a cidade – que está distante – para acessar serviços e possibilidades de geração de renda.

“Além da fragilidade das relações construídas, é preciso pegar ônibus. E não é um, são dois – se nas proximidades do território. Como pegar quatro ônibus ida e volta se não tem renda nem para comer? Como se manter o vínculo com a rede de apoio que ficou em outros lugares? Se já sofremos o impacto da vida cotidiana no alcance de quem possui um transporte particular na relação com os espaços, imagina para com pessoas que não têm absolutamente nenhuma garantia de vida digna?” (DC0819).

Além disso, é palpável que a questão do transporte público perpassa por uma questão de renda, já que existe um custo alto em Campinas para a locomoção.

“Ela me pediu para que o DAS fizesse a gentileza de avisar com antecedência quando for marcar algum atendimento, porque ela precisa se virar para conseguir o dinheiro para o ônibus e em cima da hora fica complicado para sua organização. É esse o tamanho do buraco social em que estamos” (DC1919).

As próprias políticas de direito, que existem para facilitar a vida humana, parecem não estar considerando elementos fundamentais da vida cotidiana das pessoas.

b) Educação

Entendemos como essencial discutir a política de educação em articulação com a política habitacional, por existir uma questão de localização nesse diálogo. Muito embora não

seja o foco do nosso trabalho, pretendemos apontar algumas situações para que se possa pensar na complexidade da rede de políticas sociais, considerando todo o cuidado possível ao realizar essa discussão.

Ao considerar a escola como um espaço possível de desenvolvimento, conforme nos ensinam Moreira e Guzzo (2016), delimitamos que aqui o desenvolvimento acontece no cotidiano e de maneira coletiva. Dessa forma, a escola deve ocupar um lugar importante na vida das crianças e dos adolescentes, possibilitando que o acesso ao ensino aconteça com qualidade.

Podemos nos perguntar qual a relação dessa questão com a moradia. Pois bem.

“As crianças começaram a falar da escola e como é difícil querer ir para a escola, pois é um ambiente muito ruim. Enquanto estivemos ali, as crianças se mostraram completamente perdidas em relação ao conhecimento que é passado na escola. Mas, quando começamos a falar de tráfico, eles sabiam absolutamente tudo. Sabiam os chefes ali do bairro e quem comandava qual unidade das biqueiras, sabiam os níveis hierárquicos dentro do tráfico e o que acontecia quando as pessoas se davam mal. Nada fora do esperado, mas me fez pensar em como estamos distantes da realidade dessas crianças. Além disso, nenhum professor quer dar aula nas escolas aqui da ponta. As crianças têm algum déficit de aula praticamente todos os dias, pois faltam professores” (DC1219).

Aqui existe uma relação fundamental entre a periferia e qualidade de ensino. As escolas mais distantes do centro urbano são aquelas onde os professores alocados têm menor pontuação na Diretoria de Ensino, que é a responsável pela organização das Escolas Estaduais. Dito isso, as escolas mais periféricas acabam ficando, muitas vezes, sem professores e sem aulas, o que impacta diretamente na vida das crianças e adolescentes que, já sem sentido na relação com a escola pelo abismo que se existe entre o conteúdo e o cotidiano de vida da população, acabam por perceber cada vez mais esse espaço como possibilidade de desenvolvimento.

O cotidiano, marcado pela desigualdade, acaba se configurando de tal forma que a escola se concretiza como uma grande contradição na vida daqueles que ainda a frequentam. A proposta do documento oficial anteriormente analisado, o Plano Diretor Municipal de

Campinas, porém, implica que há a necessidade de articulação da política educacional com as demais políticas sociais, a fim de superar as desigualdades educacionais. Parece que estamos imersos em contradições.

c) Assistência Social

A Política Nacional de Assistência Social (2004) apresenta como princípio a proteção social a quem dela necessita. Assim também é garantido como direito social no Plano Diretor Municipal de Campinas, onde observamos que a implementação de ações que superem a desigualdade socioterritorial é direcionada. Além disso, também sugere a ampliação de serviços com o objetivo de que as pessoas sejam incluídas na sociedade, logo, é uma política que caminha para o cuidado das questões relacionadas à pobreza (Yamamoto & Oliveira, 2010).

“Já a socorremos diversas vezes por não ter o que comer em casa. O complicado de trabalhar na Assistência Social é se deparar com a fome todos os dias e saber que, embora qualquer ação possa ser cunhada em assistencialismo, é outra pessoa que está ali. E não há rede de proteção que dê conta dessa demanda” (DC0319).

Quem trabalha em territórios onde o abismo social é premissa, sabe que não existe superação possível por meio desta política. Inclusive, é muito preocupante que a assistência social seja colocada como aquela que tem a responsabilidade de promoção da vida das pessoas, uma vez que a desigualdade só pode ser sanada com a participação de várias camadas da população, não apenas a mais afetada. Ainda, é uma grande responsabilidade daqueles que estão envolvidos em ações nas comunidades, já que existe uma grande intervenção dessa política de Estado na vida cotidiana das pessoas:

“O que mais me doeu profundamente foi por quase não ter a reconhecido ali. Estava extremamente arrumada, com brincos e roupas que eu jamais havia visto ela usar, cabelo solto e penteado, com sapatos diferentes dos que aquela pessoa que eu sempre tinha contato vestia. No momento em que me deparei com essa cena, me questionei que ****

de trabalho é esse que estamos fazendo? Que tira uma senhora de casa para retirar sua neta de um abrigo? Que deixa implícito para a população que se você estiver com uma aparência mais próxima ao ideal higienista, as chances de se conseguir o que quer é maior? E aí, o olhar. De ódio, imenso ódio. O olhar de quem apagou qualquer vínculo construído. E eu entendo, afinal, que trabalho é esse que interfere assim na vida das pessoas? A assistência social é de quem dela necessita, verdade, mas também é de quem dela suas vidas muitas vezes são decididas. Isso é muito sério. E o mais triste, às vezes, é que é necessário. Só me dói pensar que aqui existe uma questão extrema de classe. Eu sei que precisávamos proteger aquela menina. Mas o mundo precisava ter protegido ela primeiro. E falhou” (DC2519).

A própria rede socioassistencial não se conversa, o que dirá sobre o diálogo com as demais políticas sociais. E assim se trata e se interfere na vida dos mais pobres. E assim, mais uma contradição entre as políticas de proteção e o impacto no cotidiano de vida das pessoas que dela necessitam se consolida. Às vezes, na contramão do sistema e na tentativa de dar conta de um buraco que nem temos o alcance do tamanho, sobrecarregados pelas demandas desiguais dependendo de onde se mora e de atuação, não sei se estamos agindo de acordo com o que é de direito.

d) Saúde

De acordo com o Plano Diretor Municipal de Campinas, a saúde deve ser tratada a partir de sua universalização, considerando a equidade como ferramenta norteadora do tratamento ao público que tem direito ao acesso. A equidade, aqui, se revela de forma a “tratar desigualmente os desiguais, ressaltando que tratamento diferenciado não se presta a garantir privilégios, mas sim, possibilitar a igualização na fruição de direitos” (Silva, 2003, p. 124).

Dito isso, observamos que a vivência cotidiana do acesso à saúde por aqueles que vivem a desigualdade socioterritorial se apresenta de maneira outra:

“O que de fato me chamou a atenção, foi quando elas começaram a falar da saúde. Além das grandes infestações de pombos, ratos e morcegos, que são animais que causam muitas doenças, elas me contaram sobre alguns atendimentos que têm recebido no Pronto Socorro de referência da região. Uma das mulheres me disse que uma vez estava

tendo um derrame e sangrando muito e o médico dizia para ela “cala a boca, sua filha da puta”. Além das questões pontuais sobre alguns profissionais e seus atendimentos, a gente já sabe muito bem sobre como acontecem os encaminhamentos das referências de atendimento do bairro – que não tem seu próprio Centro de Saúde -, onde as mulheres grávidas só conseguem fazer um ultrassom depois do 5º mês de gestação” (DC3219).

Não cabe aqui focar na atuação profissional. O que cabe é a discussão dos parâmetros políticos do que é de direito, já que se a saúde, universalmente garantida, não se concretiza mais próxima ao ideal a partir de articulação com a política habitacional, que não considerou como necessário a ampliação de serviços nessa região.

e) Cultura, Esporte e Lazer

Aqui, outra problemática mais do que evidente do território em questão, que se contrapõe ao que é considerado moradia digna. Se não existe nem a garantia de acesso digno ao que é de direito universal como educação e saúde, tão pouco podemos considerar que a cultura, esporte e lazer estariam de acordo com a lei.

“Os moradores começaram a falar sobre a necessidade, urgente, de realizar alguma coisa nesse sentido, já que no bairro não há espaços de lazer para as crianças e, diante disso, muitas ficam nas ruas expostas ao tráfego e sem possibilidade nenhuma de pelo menos ter um lugar para brincar” (DC3119).

“Ambas começaram a falar que é muito difícil viver ali, porque nunca tem nada para fazer. Os dias passam devagar, pois não tem espaços para lazer, muito menos para os jovens” (DC1319).

Importante ressaltar uma atenção especial à infância e juventude que, sem acesso a manifestações culturais ou de lazer, acabam por ficar à margem sem maiores possibilidades de desenvolvimento pelos meios disponíveis em outros lugares da cidade. O esporte acaba sendo veículo dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que, infelizmente, não comporta o atendimento para a comunidade de maneira geral.

f) Segurança Pública

Mantivemos a política de segurança pública na intenção de alerta. As diretrizes do município preveem que a segurança deve ser contemplada na articulação com, e no território, na intenção de buscar ações preventivas que antecipam intervenções outras. Tivemos muito cuidado ao considerar esse ponto e nos limitamos apenas a relatar o quanto, muitas vezes, os documentos parecem não ter a mínima dimensão do que são algumas realidades, já que os relatos da comunidade em nada se relacionam com articulação de segurança, mas sim, como se a comunidade tivesse que ser combatida em nome da segurança.

“Além disso, o tráfico acabava dominando o território, sendo a violência, droga e tiro a única possibilidade para alguns que moravam ali. ‘Não é que a gente não queira fazer as coisas, mas aqui tudo é muito difícil’” (DC1319).

g) Acessibilidade

A questão do acesso em nossa discussão se tornou tão necessária quanto ao que é moradia digna, afinal, esta não pode ser digna se não possibilitar o acesso e o direito à cidade. Chega a ser cansativo a constante afirmação e reafirmação do quanto as políticas estão distantes daquilo que é real, mas seguiremos com aquilo que nos propomos. No Plano Diretor Municipal de Campinas, não há nenhuma categoria que fala sobre o acesso tal como aqui fomentamos, mas de acordo com os objetivos daquilo que é a função social da cidade, pudemos, pouco a pouco, compreender como a cidade, de fato, não é para todos e todas.

O acesso à cidade compreende tudo aquilo que é de direito humano, desde o acesso aos serviços públicos até espaços verdes, de cultura e lazer. Além disso, os documentos priorizam que esta relação está intimamente ligada ao que é considerado como qualidade de vida, o que nos coloca em contraponto com o que é vivenciado na comunidade.

“Ela começou a dizer como é difícil segurar os filhos naquele bairro e como as tentações

estão em toda a parte, sendo muito fácil se perder no tráfico – muito presente no território. Contou como está a situação de seu filho, que com 21 anos foi por esse caminho. Quando o questiona, ele diz que está sim nessa condição, porque em casa não tem o que comer e ele também quer ter um sapato para usar, roupa para vestir e uma vida para levar. Sabemos que quem está ali não teve esse caminho como primeira opção, mas sim o lugar onde se vive e a maneira como se vive colocaram essa possibilidade como uma saída. Se é, não se sabe. Mas viver por ali com tantas portas fechadas, essa abertura parece sim, um outro jeito de se poder chegar. Em algum lugar” (DC0319).

É concreto como a vida das pessoas é afetada quando não há acesso. É uma rede complexa de interações que inclui diversas políticas sociais. Os meios de se buscar o que é de necessidade na vida de todas as pessoas, acabam sendo diferentes do que em outras camadas da população, já que aqui, os caminhos da educação formal não são tão possíveis.

Uma das ações que pensamos como a mais efetiva naquilo que acreditamos como projeto de mundo, é quando podemos possibilitar que as crianças e adolescentes vivenciem aquilo que é de direito à cidade. A falta é tanta, que momentos assim são tão concretos de se perceber a qualidade da experiência quanto a ausência dela.

“Semana da criança! Shopping Parque Dom Pedro, cinema, Mcdonald’s e o direito à cidade. A assistente social que trabalha comigo conseguiu ingressos grátis para o cinema em dois dias, o primeiro para os pequenos de 06 a 09 anos e o segundo para os maiores, de 10 a 14 anos. Além disso, conseguiu que todas as crianças ganhassem um lanche do Mcdonald’s, junto com um brinquedo. Parece inocente, né? Vou contar sobre os brilhos nos olhos que vi. Logo na saída, a gente já podia sentir a felicidade em passear em conjunto. Além de ser a primeira vez em que levamos todos juntos a algum lugar fora dali, dava para sentir o tanto que eles estavam animados com a possibilidade de estar conhecendo algo novo. Muitos me disseram, nos dois dias pelo caminho, que nunca tinham comido Mcdonald’s. Que nunca tinham ido ao Shopping Parque Dom Pedro. Muitos, com 13 anos, nunca tinham ido ao cinema. Pensa?” (DC0919).

“O que mais me chamou a atenção, foi que alguns chegaram até mim e pediram para que eu os levasse na escada rolante, pois eles nunca tinham andado em uma e queriam muito conhecer. Ué, imagina só. Crianças que nunca tiveram esse tipo de acesso, ou que dirá outros, soltas em um shopping daqueles, grande, espaçoso, cheio de cor e movimento. Eles se encantavam com as águas, com as escadas, com as árvores. Tudo. E eu me encantava com eles. Refleti tanto sobre o acesso à cidade. Eu vibrava por dentro, pois, isso sim, é projeto socioeducativo. Existe um mundo fora da periferia,

existe uma cidade lá fora que eles têm todo o direito de pertencer também, embora tudo aconteça para que não. Existem possibilidades” (DC1019).

No final das contas, no final de tudo, são momentos assim que parecem de fato impulsionar a mudança de fato, através de uma mudança no cotidiano. Afinal, parece que é através do direito à cidade e tudo aquilo que é de direito humano, que possibilita as pessoas a organizarem as vidas a partir de um determinado lugar.

Parte 02

a) Violência

Das manifestações cotidianas, com certeza a violência é a mais marcante. Assunto complexo e de resolução nada fácil, já que está impregnada nas relações humanas. Nosso dever, talvez, seja o de desnaturalizar a condição de que essa violência vive nas pessoas como um aspecto de seu desenvolvimento natural, findando esta questão como um movimento dialético das pessoas no mundo onde vivem. E esse mundo é plural, eis o nosso maior cuidado: situar os conhecimentos acerca das demandas apresentadas ao invés de compactuar com as generalizações dos fatos.

Conforme pudemos analisar a partir dos Diários de Campo, muitas são as formas de violência manifestas no território em questão. No cotidiano em que estamos com as crianças, muitos são os conflitos que acontecem entre pares, sendo que a utilização da violência como possível resolução das questões, certamente é um dos maiores desafios que encontramos nos espaços.

“Hoje foi um dia daqueles. A gente tem paciência e entende as condições concretas de vida das pessoas que vivem ali, mas em alguns momentos, se torna quase surreal perceber a maneira como são consolidadas as relações humanas. Em menos de 30 minutos, tive que intervir em três brigas, as três com o mesmo menino, as três com meninos envolvidos” (DC3019).

Esse é um registro de um enfrentamento cotidiano que precisamos aprender, ainda, como encaminhar. Por vezes, aquilo que é previsto como fortalecimento de vínculos, mais parece um ringue de luta. Sim, luta, pois me parece mais que as pessoas estão constantemente lutando para se colocarem no mundo. Segundo Meireles (2015), é de suma importância que o termo violência seja utilizado de maneira crítica, já que sua concretização é de amplo significado e o impacto da força não se dá apenas de maneira física, mas também afeta a consciência dos sujeitos que estão imersos nessa condição. A violência pode ser usada como instrumento para se alcançar alguma coisa, como é bastante característico das relações humanas materializadas.

“Seu cotidiano anda sendo atravessado, pois o filho mais velho está endividado com alguns caras da comunidade. Disse que outro dia, teve que ouvir ele apanhar no corredor desesperada na janela, sem poder fazer nada e que depois disso, ela não tem conseguido mais sair de casa direito. Isso é vida? Viver sobre essas condições parece que estamos fundamentados em um Estado de Direito? De quem? Como já diria racionais: ‘Sim, aqui vale muito pouco a sua vida, nossa lei é falha, violenta e suicida; se diz, que me diz que, não se revela; parágrafo primeiro na lei da favela; legal, assustador é quando se descobre que tudo deu em nada e que só morre o pobre; a gente vive se matando irmão, por quê? Não me olhe assim, eu sou igual a você’” (DC0419).

A contínua violência contra os povos mais pobres e oprimidos segue se revelando pelo cotidiano, já que nessa experiência de sociedade em que nos encontramos, a violência parece ser base fundamental – quase como um princípio – das relações humanas (Martín-Baró, 2004). O ponto crucial para nossa discussão é a íntima relação que existe entre a violência e a injustiça social, já que não há violência maior do que aquela que viola o que é de direito humano, onde apenas uma pequena parte da população pode usufruir do que é considerado uma vida digna, quando uma extensa camada segue sendo explorada em condições inumanas de sobrevivência. A violência, então, pode ser definida como uma relação entre sujeitos, onde um grupo nega ao outro um aspecto essencial de sua condição humana, tal como é a relação da garantia de direitos na sociedade capitalista, criando situações de injustiça.

“O que mais me chamou a atenção, foi que ela atribui uma questão ao bairro: devido às mudanças da Diretoria de Ensino, muitos moradores de lá começaram a frequentar a escola – antes, quem frequentava eram apenas os bairros vizinhos. A partir dessa nova condição, V. diz que a violência aumentou muito. Muito! Antes, a escola não vivenciava os conflitos que vivencia agora. Me peguei muito pensativa em relação a este fato. A questão da violência é presente desde que comecei o meu trabalho, embora também sinto que ela esteja mais presente e de difícil entendimento. Mas o que será que diferencia tanto a maneira como essas crianças chegam aos espaços das demais? Pensei na moradia. Pensei em grande parte das famílias que moram em um apartamento com 10 pessoas em média. Pensei em como deve ser sair desse lugar e estar em um outro espaço. Pensei em como é morar em um lugar que não tem serviços para aquela população, só nos bairros vizinhos. Pensei em toda a negligência às quais essas pessoas estão colocadas, simplesmente por morar onde moram” (DC1019).

Aqui, podemos observar o quanto a injustiça se manifesta pela questão da falta de moradia digna, pela habitação e seus limites de espaços para ser. A escola, lugar de encontro dos sujeitos ao longo da vida, acaba por ser palco de diversas manifestações violentas, assim como acontece com o serviço de convivência na assistência social – lembrando que as instituições também podem fazer o uso de violência. Logo, uma situação de injustiça e de violação de direitos acaba por afetar diretamente a vida cotidiana das pessoas.

“Essa semana foi muito pesada. Após já ter ido ao velório da mãe de cinco crianças que frequentam o nosso Serviço que foi assassinada, não sabia que ainda teria que encarar outra morte no território. No momento, não é uma questão afetiva, pois eu não conhecia o rapaz. É uma questão de construções de vida. Um homem havia acabado de ser assassinado. Ao passarmos pela rua, vimos que o corpo estava ali, jogado. Ao retornarmos, mais uma vez, o corpo no chão. Sensação estranha essa de naturalizar. Embora eu nunca tivesse visto um corpo assim, assassinado, não me assustou. Foi como se estivéssemos vivendo apenas mais um dia de trabalho. Às vezes, eu me assusto é comigo. Esse dia o bairro estava bem agitado. A polícia cercou diversas saídas, sendo que um carro parou na nossa esquina de trás e os policiais se posicionaram na estrada de terra com armas na mão. As crianças começaram a perceber que alguma coisa estava acontecendo. Todos os carros que passavam por nós diziam para que tomássemos cuidado, pois a coisa estava feia. Adultos, idosos, famílias, levando suas crianças para ver o acontecimento. Todo mundo, mais um dia. O que mais me chamou a atenção nessa história toda, foi uma conversa que eu tive com duas adolescentes. Elas entraram em minha sala, visivelmente incomodadas e ficaram me olhando. ‘Como vocês estão?’, perguntei. Rapidamente, as duas começaram a chorar. “O que sobra nesse bairro pra gente, Laura? A gente só vê morte, tiro, droga, briga... é muita violência, nem escola a gente tem. A gente não tem pra onde ir’. Queria muito falar que tudo ficaria bem e que elas têm muitas possibilidades de sair dessa situação. Mas naquele momento, eu silencieei. Eu que sempre tento dizer algo que coloca movimento na vida daquelas

meninas, não consegui, só senti. Hoje não deu. Elas me abraçaram e ficamos ali, sentindo juntas” (DC2919).

Estranho esse negócio de naturalização da violência. Por vezes, me pego pensando que se as pessoas não naturalizam, também não aguentam. E o que seria aguentar, ao mesmo tempo, se não uma forma de não alcançar as mudanças das condições objetivas de vida? E o que é mudar essas condições, quando não se tem lugares para tanto? “Compreende, será que compreende, meu caro senhor, o que significa não se ter mais para onde ir? – lembrou-se num átimo da pergunta feita ontem por Marmieládov -, porque é preciso que toda a pessoa possa ir ao menos a algum lugar¹¹”.

Por fim, importante ressaltar que, além da violência fatal que existe entre aqueles que habitam o mesmo lugar, talvez, a mais assustadora seja aquela que é causada pela violência policial. Sabemos que não é o foco do nosso trabalho caracterizar, de maneira profunda, todos os tipos de violência e nem a real aproximação de seus fundamentos, mas entendemos como responsabilidade do que propomos aqui pontuar que a segurança pública, nesse cotidiano, tem outro tipo de tratamento, outro tipo de direção. A periferia acaba sendo marcada por simplesmente existir em alguns espaços.

“(…) um amigo seu de 15 anos tinha acabado de ser assassinado pela polícia” (DC2819).

“Seu braço estava sangrando, em carne viva. 15 anos, tortura.” (DC2919).

a) Resistência

Falar sobre resistência, é falar com respeito. É destaque fundamental. Em meio a tantas contradições, privações e faltas, as pessoas resistem apesar de. E é nesse apesar de, que reside toda a capacidade de vida, já que de todos os elementos que a realidade bateu de frente com

¹¹ Dostoiévski, F. (2001). *Crime e Castigo*. São Paulo: Editora 34.

essa experiência, certamente a resistência é o que mais surpreende. Tamanha é a falta.

“Perguntei se não havia nada ali que poderia fazer eles pararem para pensar um pouquinho em como a vida acontece e eles disseram que sim, pois aprendem algumas coisas. Respeito é uma delas. Ufa! Parece vago, né? Principalmente quando vem de um grupo que de fato não pratica o respeito ou, talvez, não como a gente construiu o que seja o respeito. Mas aí é que tá: partindo da referência de vida de cada um ali, que não cabe expor aqui, talvez eles sejam muito mais respeitosos do que poderiam ser. Como estão bem esses meninos” (DC1819).

Até as relações de respeito, muitas vezes, são passíveis de resistência. Por uma vivência de violações, o respeito pode ir embora facilmente – o que acontece, às vezes. Mas, as crianças, símbolo de resistência maior para mim, ainda carregam a vontade de querer romper com algumas condições colocadas.

“Fiquei impactada em como, apesar de todas as questões presentes naquele lugar, as pessoas demonstravam um grande afeto pela comunidade. Ela não é a primeira. Em diálogo com muitos adolescentes, eles relatam que apesar dos muitos problemas, gostam de morar ali e é interessante perceber como as crianças e adolescentes apresentam uma visão diferente dos adultos, por lá ser o lugar onde muitos estão crescendo, diferente dos pais. E eu entendo, tenho amor por aquele lugar. Mas não moro ali. Isso me fez pensar na relação de resistência que todas aquelas pessoas expressam. Claro que existem problemas. Mais do que problemas e violências, inúmeras privações. Mas o afeto, esse fica. A maneira como somos recebidos cotidianamente por todas aquelas crianças e pessoas que ali residem, é de encher o peito. Acho que é todo esse calor que me move até aqui, dia após dia, na busca de poder, minimamente, contribuir com a resistência. Contribuir para que de alguma forma, as dores que são tão desiguais, dependendo de onde se mora, sejam menos sofridas. Sempre me pego pensando nas crianças e em como elas são fortes. Elas seguem brincando. Em dias assim, apesar de todas as dificuldades, sinto vontade de continuar” (DC0719).

Entendemos as dificuldades e, de maneira nenhuma, a nossa intenção é de romantizar a resistência. Afinal, não há beleza alguma em perceber que as pessoas não vivem em sua plenitude de direitos, mas sobrevivem. O que queremos apontar, é que diante de tanta escassez, ainda há vida. Vida que pulsa. Importante apontar que, talvez, as crianças e adolescentes se relacionem de forma diferente dos adultos com o bairro em questão, por estarem adquirindo

uma identidade local, quem sabe. Quanto mais tempo nos deparamos com os registros da realidade, mais consideramos que o afeto move a vida das pessoas. Disso, não há dúvidas.

“A rua e seus encantos. Me divirto percebendo como se desenrola a vida por aqui. Temos uma particularidade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dessa unidade que é a rua. Como nosso espaço é extremamente pequeno e não comporta todas as crianças, tivemos que ocupar os espaços públicos para fazer nossas atividades, o que é lindo, mas traz algumas reflexões acerca disso. Primeiramente, temos uma enorme dificuldade de manter as crianças juntas e próximas dos adultos quando estão todas soltas pelas ruas. E aí, o que eu acho interessante, é que por mais frustrados que a gente fique, aquele é o espaço delas. Elas estão na rua o tempo todo, sabem de lugares daquele território que a gente nem imaginaria. Então, não é a rua pela rua, mas é a rua com todos os elementos possíveis que podem nos aproximar ou nos distanciar do que é o do interesse daquelas crianças. Ali, são elas que mandam. Como nosso espaço fica de frente para um pasto, um bom exemplo dessa relação são os cavalos. Não adianta competir com eles. Se alguma criança conseguir laçar algum cavalo do pasto – e é claro, nesse quesito temos aquelas que já são muito entendidas do assunto -, já era. Acabou a atividade. Elas querem mesmo é andar nos cavalos, não adianta nem insistir. Quantas vezes nos pegamos feito doidos atrás de um monte de crianças que estavam atrás dos cavalos. O mesmo acontece com as árvores. Não adianta. Essas crianças são escaladoras natas. Eu subi muito em árvore, mas nada se compara às alturas que vejo algumas chegarem. É lindo! Desesperador quando se deve cumprir uma atividade, confesso. Mas, lindo. Elas reinventam o próprio espaço para seguir” (DC2419).

A rua é um elemento central do cotidiano e é nesse espaço que a relação de resistência se dá. Entre as crianças, a brincadeira inventada. Entre os adultos, o ponto de encontro. A rua é espaço coletivo, talvez em qualquer lugar, mas aqui, existe uma particularidade que a rua não é só passagem, mas de fato, vivenciada.

“Quem mora ali não tem o que fazer, não tem escola. Não tem lugar que dá para ir, não tem nem árvore. Não tem praça, não tem comida, mas tem droga e tiroteio. Mas o que mais falamos mesmo foi sobre a relação com a escola. Que lugar de aprendizagem é esse que nada dialoga com o cotidiano? Essas meninas ainda sonham em fazer uma faculdade, em exercer profissões que exigem um nível superior de estudo. Mas eu sei que a maioria nem pensa nisso. O fluxo aqui é trabalho, mão de obra. O tráfego é trabalho e mão de obra, tem que ter responsabilidade. E é aí que tá a minha grande admiração por toda essa população. No meio dessa falta toda, eles resistem. No meio de tanta violência, eles resistem. No meio de tanta opressão, eles resistem. No meio de tanta negligência, eles são solidários. Eles querem mais” (DC2619).

E é assim que enxergamos essa configuração. De muita luta, de máximo respeito. Entendemos que a resistência é elemento fundante do avançar das ações, pois enxergamos no convívio com as pessoas que não é um simples aguentar. Existem horizontes e perspectivas das próprias pessoas que ali vivem em buscar o algo a mais. São elas que dizem. São elas que sabem.

b) Infâncias

O objetivo de situar o conceito de infância é justamente evidenciar algumas particularidades que se manifestam dependendo do contexto em que a infância está inserida. Seguindo na intenção de não generalização daquilo que é humano e conforme consideramos em relação à desigualdade social, a questão da infância a partir do lugar de moradia também se ancora em elementos essenciais naquilo que é do desenvolvimento humano.

“Ela me diz coisas absurdamente duras para a sua idade e eu sempre me pego pensando o quanto a vida a cobrou cedo” (DC0618).

É notável como o mundo, desde muito cedo, vai minando as crianças. As crianças em alguns lugares deixam de ser crianças muito antes do que em outros, o que não nos cabe aqui dizer o que é certo ou errado, é apenas uma ponderação. A responsabilidade dentro de casa, as cobranças da escola e da vida por já começar a pensar em trabalho, se tornam presentes no cotidiano, fato este que se não nos atentarmos, acabamos por reproduzir mais do que combater.

“Falamos da escola e como eles odeiam a escola. Falei o quanto a escola é importante, embora eu tenha total consciência de que esse discurso não cola mesmo. É engraçado... parece que em alguns momentos a gente cobra postura dessas crianças desde muito cedo, por saber que o caminho deles vai ser muito mais difícil do que se fosse em algum outro lugar” (DC1819).

Eis uma grande contradição. Por conhecermos a realidade e observarmos os caminhos, acabamos por pedir para que essas crianças sejam mais do que elas deveriam ser neste momento

de vida. Acabamos querendo que elas se enquadrem logo, que elas sejam aquilo que é o ideal em diálogo com o mundo, a partir da perspectiva dos adultos. E é essa a nossa tentativa de ruptura, pois muitos desses processos, principalmente na periferia – de maneira mais dura, ainda mais se considerarmos a relação com a escola –, se dá por meio do que Holzkamp (2018) chamou de colonização da infância.

“No fundo, o que eles gostam mesmo é falar sobre cavalos. E aí vamos longe. Às vezes, fico com eles no computador vendo vídeos de cavalos e é impressionante como eles ficam prestando atenção. Bingo, cotidiano. Muitas vezes eles aparecem com cavalos na nossa porta. Se deixar, eles andam de cavalo o dia inteiro, em alguns momentos, inclusive, eles fogem das nossas atividades para ficar com cavalos. O território é rodeado por pasto e alguns animais e o cavalo é um deles. Ali sim, as crianças parecem estar extremamente interessadas, pois isso faz parte delas. Não a escola, não a atividade de jogos que apresentamos – talvez, para muitos, quem sabe, o futebol. Eles querem se tornar jogadores. Mas o cavalo...” (DC1819).

Ao invés de tentarmos controlar a infância, talvez, um caminho mais interessante seria entender o que é de fato o mundo, a partir da perspectiva das crianças mesmas. Percebe-se no trecho ilustrado que é aí que está a real aproximação, por ouvir o que lhes é de cotidiano e considerando a importância desse sentido na vida de cada um. Falar sobre a infância não é o objetivo deste trabalho e não podemos ser levianos acerca de um conceito tão amplo e complexo, mas, quem sabe, entender o cotidiano a partir dos olhos das próprias crianças, seja uma possibilidade de desenvolvimento da práxis pela troca, mas não pela imposição de um adulto.

Além disso, para finalizar, também existe a relação cotidiana da infância com as vulnerabilidades do entorno que, logo quando pequenas, estão expostas a situações que se não fosse pela condição e localização da moradia, talvez o impacto não fosse como é aqui.

“Na semana seguinte, mais um encontro. Não quero aqui expor algumas discussões, porque sei do risco. O que quero dizer é sobre o diálogo que tive com algumas moradoras do que é morar ali. Muitas delas me disseram sobre como é difícil ter que se

deparar com crianças, desde muito cedo, já com a vida sexual ativa e usuárias de substâncias” (DC3219).

c) Discriminação

Elencamos como discriminação aquilo que se refere aos processos de exclusão vinculados ao estigma em relação ao território. Observamos que os moradores do bairro sabem e reconhecem como é o olhar para quem mora ali por outros lugares da cidade.

“Ela disse que gostaria de fazer uma gravação no bairro sobre como é morar ali, pois fica muito incomodada com a maneira que são vistos, afinal, morar naquele lugar também tem seu lado bom. Disse que ficava muito triste em perceber a discriminação em relação à pobreza, sendo que a produção de um documentário seria muito importante para desconstruir algumas visões” (DC0719).

Esse trecho nos permite evidenciar como se sentem as pessoas ao perceberem que o bairro em questão é apenas olhado em seus aspectos problemáticos. O mais importante, é perceber que aqui também existe uma questão relevante sobre resistência de quem ali vive, por entender que apesar de tudo, existe também o que deve ser valorizado.

“Não tá fácil de conseguir trabalho não, dona. Quando eles percebem no currículo que o endereço é daqui, nem contratam’. Já ouvi isso inúmeras vezes desde quando comecei a trabalhar aqui” (DC0219).

Eis aqui um processo discriminatório que muito prejudica a vida de quem está tentando buscar fontes de sobrevivência. Não existem lugares de geração de renda no entorno do território, de forma que as pessoas precisam sim, se aproximar de outros lugares da cidade para conseguirem um trabalho e maneiras de sustento. Isso acaba sendo mais um desafio em uma sociedade que se ramifica em exclusão social, simplesmente pelo fato de quem mora ali, não ser considerado digno de ocupar outros espaços.

d) Gênero

Essa dimensão foi um dilema na construção deste trabalho, tal como a seguinte, que abordará as questões raciais. Embora o objetivo de se pontuar essas questões fosse muito evidente desde o princípio, nos deparamos com alguns desafios conceituais de como melhor seria representar o que queremos de maneira leal ao que buscamos como horizonte libertador, já que entendemos que as questões de gênero também são fundamentos da sociedade burguesa. Nesse sentido, consideramos inclusive em envolver tanto gênero quanto raça no que se refere à desigualdade, já que também é uma manifestação desta. Porém, conforme elaboramos o texto, acabamos por decidir que seria importante que cada coisa ficasse em seu lugar em um primeiro momento, a fim de evidenciar as particularidades necessárias do debate de cada conceito, embora a leitura desses processos em nossa práxis seja realizada em conjunto.

Assim exposto, também consideramos necessário colocar que apesar do foco do nosso trabalho não ser aprofundar por esses caminhos, entendemos que a Psicologia a qual estamos vinculados tem esse compromisso ao investigar qualquer dimensão social. Nesse sentido, seguimos em frente com aquilo que acreditamos na tentativa de fazer valer o nosso posicionamento.

Entendemos aqui como gênero, todos os fenômenos que envolvem homens e mulheres, sejam fenômenos de violência ou de constituição humana.

“Existe uma questão muito séria que envolve a construção da masculinidade no mundo, mas vou me atentar para dizer sobre o lugar que eu ando pisando. Como esses meninos brigam. Por tudo e nada. Sem a menor tentativa de um diálogo. É claro que não temos a intenção jamais de generalizar absolutamente nada, mas hoje eu percebo, desde os pequenos até os meninos mais velhos, como eles chegam adoecidos. Muito mais que as meninas. O complicado, é que ao longo da vida eles acabam nos adoecendo também. Eles não têm espaços para falar sobre como se sentem, na verdade, não sei nem se eles podem sentir. Quando eu falo em briga, não é coisa pouca não. Até eu apanhei hoje. Não me importo em apanhar. O que me dói é perceber que eles estão completamente cegos pela raiva. E quanta raiva tem naqueles corações. Seguimos no fio de fé” (DC3019).

Dedicamos este trecho para, rapidamente, pontuar as questões que envolvem as construções de masculinidade. Os meninos, conforme o exposto, são os maiores violadores entre eles mesmos e para com as meninas.

“Homem só serve para engravidar a mulher e ir embora, G., 11 anos”.

Ainda que, aqui, são só meninos – meninos que estão desde o momento em que chegam neste mundo impregnados pelas ideologias de gênero. Faz-se importante entender, conforme nos ensina Saffioti (2004)¹², que a criminalidade, a violência, é um fenômeno sexuado que não fere apenas a dignidade das mulheres, mas também, a dignidade dos próprios homens.

Poderíamos nos questionar qual é a relação que a questão de gênero tem com moradia e habitação. Pois bem. Segundo uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Instituto de Pesquisa Datafolha¹³ em 2019, as mulheres em situações de vulnerabilidade social estão mais suscetíveis a sofrerem violência doméstica por não usufruírem das mesmas possibilidades de acesso do que nas camadas sociais mais favorecidas – principalmente as mulheres negras, já que a população negra é a que mais ocupa os territórios vulneráveis, conforme abordaremos ao longo deste trabalho.

“O relato do escrivão dizia que ela havia se recusado a tirar foto das marcas, fato este que em momento nenhum foi questionado. Dizia também que ela não queria ser abrigada, o que embora fosse verdade, em momento nenhum foi ofertado como possibilidade. Inclusive, em conversa com a policial que fez a Medida de Proteção, ela disse que não haveria condições de que ela fosse abrigada com essa quantidade de filhos” (DC0619).

Existe um problema sério em relação à rede de proteção em nosso país. Conforme já

¹² Para maior aprofundamento da discussão, ver *Gênero, Patriarcado e Violência*.

¹³ *Visível e Invisível: A vitimização das mulheres no Brasil*. 2ª Edição.

explicitamos, as políticas sociais não dão conta do buraco social, porém, a realidade dessa ineficácia é brutal para aquelas que necessitam dos serviços públicos para garantir sua proteção e sobrevivência.

“Ela estava toda roxa e fugindo do marido que a agredia, procurando ajuda porque não aguentava mais apanhar. Durante a conversa, já colocou em questão que não quer ser abrigada, pois não acha justo que os filhos tenham que sair da própria rotina de vida por conta de um erro do pai. De fato, ela tem razão. Nossas políticas são tão falhas, que em situações de violação, quem sai da casa e perde os vínculos locais são as vítimas, não os agressores – tanto em situações de violência contra a mulher, quanto em situações de violência contra a criança e o adolescente” (DC0519).

Além das problemáticas oriundas da rede de proteção, nos deparamos com as contradições que são gritadas, cotidianamente, pelas pessoas que dependem do acesso aos serviços públicos. Uma vez que a intervenção do Estado acontece, as vítimas são retiradas de seus lugares de moradia e, por consequência, dos lugares onde o vínculo acontece. Em situações como esta, onde o território é extremamente afastado do centro urbano, mais ainda são distanciadas as pessoas que precisam se proteger, já que não há um equipamento de proteção na região.

Para finalizar essa questão, a qual já pontuamos que não muito nos prolongaríamos, deixamos aqui um registro de que, apesar de toda a barbárie a qual as mulheres estão submetidas nestes espaços que não provém o que é de direito humano, são elas que tocam os lugares. São elas que marcam presença no cotidiano que dá vida na comunidade, são elas que estão na frente por melhores condições de vida.

“São em momentos assim, que me entristeço profundamente e admiro com mais força essas mulheres que moram por ali. Aqui, digo mulheres, pois são elas em grande maioria que fazem a coisa andar nos espaços da comunidade, sejam públicos ou privados. Máximo respeito” (DC2019).

Aos homens, precisamos muito avançar ainda no que diz respeito ao enfrentamento e

debate do que é a masculinidade. Faltam espaços, entendimentos e coragem para fazer caminhar essa questão que é fundamental como base do desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária.

e) Raça

Assim como pontuamos anteriormente em relação à questão de gênero, o mesmo se faz valer na discussão racial. O fato de considerarmos essa questão extremamente relevante, é por estarmos falando sobre periferia. A história de colonização do Brasil nos evidencia como se deu o processo de abolição da escravatura e as consequências para a população negra que seguiu à margem da condição digna de vida¹⁴. Nesse sentido, a população negra no país, conforme nos aponta Costa & Azevedo (2016), se viu submetida a ocupar espaços impróprios para moradia, distante da malha urbana e sem condição de acessibilidade.

É, em grande parte, essa população que ocupa as periferias, assim como é em relação ao território que falamos aqui.

“Recebo uma notícia que três adolescentes que estão com a gente foram presos. Sabe, o mundo tem diferentes formas de acontecer. Será que é esse o percurso natural daqueles que moram onde moram? Sei que não. Mas a cada passo que sigo estando junto dessa comunidade, a realidade me bate na cara, com força. O mundo assola o tempo todo aqueles que não tem muito para onde ir. A vida, pequena e frágil diante do mundo, parece escapar diante de tanta opressão. Preto, pobre e imerso em uma grande exclusão urbana. As consequências da nossa colonização seguem ecoando” (DC0119).

E são essas consequências que seguem oprimindo e afetando os povos, não são as pessoas mesmas que fazem esse processo por si. Enquanto houver história, há possibilidade de reconstrução, enquanto houver história, há possibilidade, quem sabe, de superação.

¹⁴ Para maior entendimento, ver em Costa, D.B. & Azevedo, U.C. (2016). Das senzalas às favelas: por onde vive a população negra brasileira. *Socializando*, 3(1), 145-154.

f) Ações da Psicologia

Por fim, chegamos ao momento em que a reflexão de nossa ação torna-se fundamental se quisermos somar, de fato, com as distâncias sociais. Nos fundamentamos aqui com pressupostos do que é o fazer da Psicologia Comunitária, entendendo a necessidade de que sua compreensão perpassasse por uma crítica da realidade. Para tanto, para alcançar o real, nos torna cada vez mais evidente a necessidade de um fazer cotidiano, de um fazer que se preze a alcançar a máxima dos modos de vida dos sujeitos aos quais estamos nos dedicando.

“Como temos dificuldade de dialogar com eles e alcançar o que eles sentem, por não conhecer a maneira como vivem” (DC1219).

Enquanto a Psicologia não entender e não se dispor a ouvir as pessoas as quais se vincula com o pé na realidade para agir, não há possibilidade de nada, apenas imposição hegemônica distante da realidade concreta. E se há quem ainda acredite que esse tipo de método seja efetivo, é porque ainda não pisou de fato em um território de extrema vulnerabilidade social. Mesmo quando há a escuta e a consideração do que se vive, ainda há dificuldades no que se refere ao fazer para a mudança.

“O cotidiano se constrói e desconstrói a partir das condições objetivas. Pois bem. Em uma conversa no presente dia em que comecei a escrever este relato, P. estava aparentemente tranquilo. Eu, fazendo muitas coisas ao mesmo tempo, tive a infelicidade de falar para ele ‘e sua mãe? Anda mais legal com você?’; e ele me respondeu: ‘ela sempre foi legal’. Ai! Caramba! Claro que ela sempre foi legal. Eu queria saber se, na verdade, ela estava batendo menos nele, depois de algumas conversas que tivemos. Poxa, vacilei. Em seguida, pensei o quanto que de fato é importante nos atentarmos pela perspectiva do sujeito. Aquilo que P. é e entende de mundo é a partir de suas próprias vivências. Logo, para ele, o fato de sua mãe lhe bater demasiadamente, não implica no fato de que ela não seja legal por conta disso. Para mim, sim, que conheci outras formas de afeto. Mas não para ele. Obrigada, P., por mais esse ensinamento” (DC0819).

A perspectiva do sujeito fundamentada no início deste trabalho por Holzkamp, muito

tem a nos dizer e garantir naquilo que diminui a distância do fazer psicológico e as realidades vivenciadas. Requer disposição, cuidado. Requer que a gente se dispa de nossas próprias formas de ser, ou ao menos, esteja em contato com elas para nossa própria reflexão para a ação, não como princípio idealizado. E é somente pela atenção aos detalhes é que poderemos estar fielmente preparados para estar em alguns lugares. Fielmente mesmo, porque é muito fácil se pegar quase traindo as pessoas que se encontram em condição de opressão, pela dificuldade que nos deparamos, cotidianamente, em atingir, em algum momento, o que se espera. Talvez esse seja um problema em nosso fazer: a gente espera demais.

“Às vezes, acho que a gente tem que parar de tentar implicar as crianças, de maneira geral, mas especialmente essas, naquilo que cada um de nós considera como sujeito ideal. Às vezes, acho que se a gente parasse mais tempo para poder ouvir com cuidado, a gente pararia de sofrer tanto correndo atrás de criança. Às vezes, acho que a gente deveria deixar que elas ensinassem para a gente e só” (DC2419).

E são em momentos assim que voltamos ao nosso pensamento primeiro quando elaborado este trabalho: a necessidade de se romper com aquilo que é sujeito ideal. A necessidade de olhar para o outro, entendendo suas condições a partir dele ou dela mesma e permitir que seja, identificando as fragilidades e possibilidades de ação a partir disso, mas não nos colocando como conhecedores do que é melhor para o outro, se não é assim que ele ou ela enxerga. Saber respeitar o tempo das pessoas, pois isso demanda uma paciência histórica.

“Orientei o que ela precisa fazer em relação a isso, pois até então tudo o que esse Serviço disse que poderia fazer era encaminhar a menina para uma terapia. Falei para ela que embora um espaço de escuta seja importante, os problemas que envolvem sua vida estão para além de ser escutada, pois necessitam de encaminhamentos tão concretos quanto são as situações estruturais que ela vivencia em seu cotidiano” (DC0519).

“Fui convidada para fazer parte de um grupo que acontece em um dos condomínios para falar sobre depressão na adolescência, já que foi um pedido das mulheres que participam desse espaço. Foi uma tarde muito agradável de bastante conversa e desconstrução, tanto do que é adolescência, quanto do que é depressão. A minha ideia principal era tentar

quebrar um pouco dessas concepções e dialogar com as mulheres no sentido de que as condições concretas de vida não são fáceis e que não dá para sintetizar toda a ausência que existe, principalmente na periferia, em depressão” (DC2719).

No mais, nossa prática precisa mesmo é se lavar dos processos a qual foi submetida por tempo demais. Libertar-se das amarras, conforme nos ensinou Martín-Baró e se lavar, para que haja a possibilidade de superação da Psicologia dela mesma, para depois poder, de fato, ser uma ferramenta útil nesses espaços. A escuta, é um processo fundamental – hoje eu sei –, naquilo que tange o contato da pessoa com si mesma para avançar, mesmo não se sabendo para onde, mas para algum lugar, mesmo que dentro. Mas submeter o outro a um processo de escuta onde somente há a responsabilização do sujeito por questões que envolvem a sua vida, sem considerar o que é concreto e, muitas vezes, sem que haja condição imediata de enfrentamento objetivo – ainda mais para uma criança -, não deveria ser considerado como Psicologia.

Ainda, considerar como patologia processos que mais se relacionam com aquilo que é objetivo do que subjetivo, de fato, é uma irresponsabilidade. Fazemos a crítica por uma Psicologia mais justa. Fazemos a crítica por uma Psicologia que possa se tornar mais humana, pois é humano todos os processos que nos trouxeram até aqui.

SÍNTESE

É visível o quanto a realidade não apenas se distancia, mas quase nada se relaciona com o que está garantido em nossas leis. O abismo social é tanto, que a palavra superação acaba sendo esvaziada diante do cotidiano de vida aqui diante das políticas públicas de direito. É difícil fazer uma síntese do todo que foi exposto.

O distanciamento dos serviços públicos em poder alcançar, minimamente, as demandas apresentadas pela população chega a doer quando se está presente neste diálogo. A ruptura daquilo que é de direito para com apenas mais um elemento naturalizado da vida cotidiana, é de

causar espanto. Um constante estado de horror, se não soubermos nos desviar das condições adversas para poder agir. No final das contas, receita não há. O que existe é a leitura da realidade na tentativa de, de repente, seguir algum caminho possível.

No que se refere ao cotidiano concreto da comunidade, entendemos que a morte, fator que toda vida humana se depara em algum momento da vida, se torna quase comum devido à inadequação da política habitacional, conforme pudemos observar em alguns relatos aqui apresentados. A dificuldade de acesso à cidade e o tempo estendido pela necessidade de utilização do transporte público, também é marca fundamental de um cotidiano que, marcado pela fragmentação do que é urbano, acaba sendo um grande dificultador na condução de quem ali reside.

As diferentes formas de se viver a vida cotidiana é de grande destaque em nossa discussão. Retomando Heller (1991), parece que aquilo que é comum à vida humana como alimentação e sono, por exemplo, de fato não acontece da mesma maneira na vida de todos os sujeitos, já que tivemos relatos que evidenciam como a abundância em alguns lugares não se faz presente por aqui. Aqui, é ausência. É falta até de uma boa noite de sono. É fome. É muita gente que reside em um mesmo ambiente e que acabam por se deparar com o desencontro de si mesmo pela constante presença do outro em todos os espaços frequentados. É a ausência de espaços, é privação. É a dificuldade de se conseguir ocupar espaços por sofrer discriminação de se habitar este lugar.

E entre as faltas e as consequências, na busca da superação de uma relação de causa e efeito, a violência. Tanta. Mas a principal delas, a do Estado. E aí, a beleza da resistência, que se faz presente pelas ruas desse lugar e que se manifesta com força maior através das crianças. A resistência se faz valer na rua como um prolongamento da moradia.

Diante do todo exposto, de todas as demandas, da falta de acesso, da desigualdade social, do não direito à cidade, pela necessidade de enfrentamento à questão de gênero e à violência.

Pelas resistências identificadas, seja no afeto dessa comunidade – que se desenvolve, apesar de –, pela reinvenção do próprio espaço e pela solidariedade que se efetiva nas relações, também apesar de. Que se caminhe na direção da Psicologia que, diante de tantas amarras, entenda a necessidade de um fazer cotidiano, cujo diálogo seja permitido a partir da perspectiva dos sujeitos com quem se dispõe.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi fácil chegar até aqui. Também não foi fácil me deparar com a verdade crua do mundo. A falta é tanta, que eu também senti. O tempo todo, como se fosse parte de mim. Talvez tenha se tornado, talvez tenha sido assim desde antes da minha própria tomada de consciência acerca dessa questão. Os impactos que tentamos desvelar ao longo dessa pesquisa são muitos, talvez nem tenhamos conseguido expor o todo. Aliás, quem consegue alcançar a tanto?

O que fica, com certeza, é o entendimento. Do pouco que pudemos identificar. A moradia, eixo central da nossa discussão naquilo que tange o habitar do que é considerado como vida, foi se incorporando ao longo desse processo como uma forma de olhar o mundo, como se não fosse possível mais pensar Psicologia sem considerar o entorno e o que se vive a partir dele. Para mim não é mais, mesmo que em algum momento, talvez, já tenha sido. Falar de cotidiano é falar de Psicologia, pois é através deste que as pessoas se colocam no mundo, se integram, se apropriam, se desenvolvem. É através do cotidiano que aprendemos a ser, e este está demarcado pelas condições objetivas de vida, pelo lugar de moradia como um ponto crucial de partida.

Avaliar o impacto é sempre um desafio muito grande, sobretudo quando nos propomos a investir em um modo de produzir conhecimento bem distante dos parâmetros da ciência positivista, colonizada e hegemônica. Podemos, no entanto, nos utilizar do critério de validade psicopolítica de Prilleltensky (2003), que nos revela pela perspectiva dos sujeitos o quanto a vida é afetada pelas condições concretas da realidade. Este trabalho, talvez, nos possibilitou descortinar muitos elementos do cotidiano de uma periferia que, ao conduzir a própria vida, nos aponta lacunas tanto na efetivação das políticas quanto na ação da Psicologia. Aqui, fica a necessidade de se ressaltar as dimensões psicossociais de uma vida cotidiana que, afetada diretamente por uma estrutura de projeto de mundo, segue nos indicando que fazer ciência só é possível quando as pessoas mesmas falam e validam a realidade que as cerca. Afinal, conforme nos direcionou Montero (2004), a ética na pesquisa tem como condição a participação do sujeito

com quem se fala na produção de conhecimento.

As questões abordadas nos provocam inúmeros questionamentos, poucas respostas. As políticas sociais, naufragam ao seu objetivo de superação, ao passo que as relações capitalistas cada vez mais demarcam o que é o valor do mercado humano, impregnadas por ideologias individualizantes e de exclusão. A política urbana, com certeza, muito precisa se integrar ao que é entendido como possibilidade de desenvolvimento humano, afinal, todas as outras políticas se enfraquecem quando não há o planejamento da primeira. Conforme apontamos ao fundamentarmos algumas direções teóricas, já não se sabe ao certo se é sobre planejamento ou conjuntura política. Triste é quando se descobre que, talvez, vivemos em um mundo que mais se relaciona com a segunda opção. Como haver saúde e educação, se para quem mora na periferia a universalização está longe de ser algo que se sustente efetivamente? Como falar de acesso à cidade, se o transporte público nunca foi de acesso ao público? As pessoas se organizam cotidianamente para que seja. As pessoas se organizam cotidianamente para tentar chegar em algum lugar, que não somente aquele ao qual foram designadas a partir da lógica estatal.

Essencial evidenciar, mais uma vez, que as questões que envolvem a desigualdade social, não devem ser abordadas de maneira leviana, muito menos somente ao que se refere à pobreza. Questões de gênero e raça devem ser sim, elucidadas de maneira transversal e como quem quer chegar a um horizonte de projeto político mais igualitário, pois somente assim poderemos, talvez, compreender a complexidade que esses elementos impactam na vida de cada sujeito no mundo. É reconhecer privilégios e, mais que isso, pensar possibilidades de igualdade. É compreender que as pessoas que ocupam as periferias estão muito mais distantes de alcançar o direito, seja à cidade, ou a todos os mais garantidos, e, principalmente as mulheres negras e pobres que vivem nessa condição e são cotidianamente violadas. E resistem.

Pensar nas histórias que emanam de uma inadequação política, é pensar Psicologia.

Pessoas que foram retiradas de seus lugares de moradia e que romperam redes de apoio, acabam por ficar vulneráveis e a sofrer mais violência, uma vez que dependem do Estado – principal violador – para superar qualquer condição; uma vez que dependem de uma rede de apoio que não está mais lá. Pois até isso lhes foi negado.

É entender que a política de Assistência Social, fonte primeira que fez brotar a concretização deste trabalho, é uma política de direito que além de não universal, também não alcança o universo de quem dela necessita. Cabe aqui revelar nossa preocupação com o Plano Diretor Municipal de Campinas, quando designa a esta política o dever de superação das desigualdades sociais. Isso não deve ser responsabilidade única de uma política que ainda se dispõe nas camadas menos favorecidas, mas talvez, uma responsabilidade de todas as políticas que tenham como princípio cuidar e zelar daquilo que é humano. Daquilo que tem como primazia o avançar da vida em uma sociedade mais justa. Se a Assistência Social não é para todos e todas, que se lembre da educação que é lugar primeiro de desenvolvimento em outro espaço que não a moradia em nossas vidas.

Sabemos que tudo isso talvez seja uma ilusão, no final das contas, quando nos lembramos que pela pluralização das políticas sociais se dá também o papel controlador do Estado, que se coloca presente nos espaços, mesmo quando ausente, como uma forma de manutenção social daquilo que está posto. Bem, talvez seja isso mesmo. Talvez, nada disso faça muito sentido, mas espero, no que me resta dentro de uma Psicologia que busca pela libertação, que na atual conjuntura deste país possamos estar mais conscientes do que fazer, por quem lutar. Que nos lembremos que essa luta também é por nós mesmos, afinal, acredito que somos todas e todos responsáveis por nossas condições objetivas, seja na neutralidade ou na ação.

Na medida que se dá o contato com o outro, não há como persistir na ideologia de que as pessoas sejam aquilo que a Psicologia hegemônica segue padronizando cientificamente como sujeito ideal e sujeito que se distancia do ideal. Pontuamos essa questão como incômodo

primeiro que nos moveu até aqui, fato este que precisa ser lembrado. Não há como cobrar dos sujeitos a vivência de um mundo que não lhes foi apresentado. A cidade educa, a cidade traz possibilidades de ampliação de caminhos, se for para todas e todos, se for uma cidade. Nos pautar na cidade inclusiva, ainda nos remete ao seu par dialético da exclusão, então que lutemos por um lugar que considere desde o princípio todas as diversidades que vivem por aqui. Certamente, um passo necessário para o conhecimento seria o se debruçar na relação do acesso e o desenvolvimento humano. As privações me mostraram o quanto a acessibilidade deve ser ponto central para uma vida digna e, que nessa luta, as políticas públicas devem ser efetivadas como direito universal e, conseqüentemente, o desdobramento há de ser territorial.

No final das contas, parece que até os processos participativos são quase apagados no desenrolar da história. Eles são garantidos, sim, e como tudo aqui que se viu garantido, é mais um ponto que não se efetiva. Não pelas pessoas, mas pelas ideologias vigentes e a dificuldade de sobrevivência. Ainda mais neste momento de Brasil. Como se organiza para a luta, quando se tem fome? Como há organização coletiva, sem qualidade de vida? Por essas questões e tantas outras, é que ainda assim, apesar de tudo, a participação aqui segue considerada como expressão de resistência.

Lembrei-me da questão social e como ela ressoou em minhas reflexões até aqui. Na relação capital-trabalho, onde o trabalho se torna cada vez mais externo aos sujeitos, ao invés de se tornar apropriação subjetiva destes, me parece que tudo o que é abismo humano se torna uma questão social. Moradia, desigualdades – sejam territoriais, classe, raça, gênero –, todas as questões que envolvem a história no mundo são fundamentos da questão social, enfrentamento e visão de mundo daqueles que se colocam para atuar por um mundo anticapitalista. Que esse conceito e tantos outros não sigam sendo esvaziados, já que sabemos que não há possibilidade de alcançar sua amplitude se não repensarmos os nossos modos de produção e de vida.

Caminhar por uma Psicologia que se recusa a saber mais do que o outro, para mim, é

uma vitória. Ninguém melhor para dizer de si mesmo, do que a própria pessoa constituída em sua vivência. Somos apenas um canal de mediação nessa caminhada e, por posicionamento, que bom vivenciar uma ciência humana que me permite enxergar toda as formas de vida como potência. Fazer ciência, aqui, é possibilitar toda a forma de conhecimento como direito humano. Fazer ciência, aqui, é reconhecer a história e sentir muito por essa profissão precisar existir. E já que existe, que resista na direção de que todas e todos sejam considerados.

Esperamos que este trabalho possa ter desvelado, mesmo que sutilmente, uma Psicologia que está com o outro, não para o outro. Uma Psicologia que se lembre da história, que tenha memória. Uma Psicologia que diminua distâncias e que possa, a partir do que lhe é contado por aquele a quem se dispõe a estar junto, aprender com a periferia. E que para tanto, a periferia possa aprender com ela mesma que só existe possibilidade de superação se ela for solidária com seus pares. Não pela espera das políticas sociais, mas pela contribuição coletiva. Se a periferia não caminhar por si naquilo que é comum, naquilo que a torna comunidade pela partilha e não somente pela convivência, dificilmente vai poder viver dignamente. E que não façamos disso uma responsabilização individualista, mas sim, uma questão de luta.

Por uma Psicologia Comunitária que se recorde, que no sentido comum da palavra, também somos comuns uns aos outros.

Seguimos.

6. REFERÊNCIAS

- Alves, A. M. (2010). O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 9(1), 1-13.
- Arretche, M. (2015). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, Unesp.
- Bolaffi, G. (1982). Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In Maricato, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. (pp. 37-70). São Paulo, Alfa-Omega.
- Brasil (2004). *Política Nacional de Habitação*. Cadernos do Ministério das Cidades. Brasília.
- Brasil (2003). *Primeira Conferência Nacional das Cidades*. Brasília.
- Brasil (2005). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília.
- Brasil (2009). *Plano Nacional de Habitação*. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação, Brasília.
- Brasil (2009). *Sistema Único de Assistência Social*. Cadernos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília.
- Brasil (2017). *Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Cadernos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília.
- Buoro, P. R.; Silva Neto, W.M. F.; Guzzo, R. S. L. (2011) Condições Objetivas de Vida: como vivem e sobrevivem moradores de uma comunidade urbana. *Revista Perspectivas em Psicologia*, v. 15, p. 46-59, 2011.
- Caffenztzis, C. G. (2016) Everyday life in the shadow of the debt economy. In E. Schraube & C. Højholt. *Psychology and the conduct of everyday life*. (pp.176-191). New York, Routledge.
- Catini, C. R. (2017). *Privatização da educação e gestão da barbárie: crítica da forma do direito*. Campinas, Lado Esquerdo.
- Cidade, E. C., Junior, J. F. M., & Ximenes, V. M. (2012). Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latinoamericano. *Psicologia Argumento*, 30(68).
- Costa, D. B., & Azevedo, U. C. (2016). Das senzalas às favelas: por onde vive a população negra brasileira. *Socializando*, 3(1), 145-154).

- Diéguez, A. J. (1983). La investigación-acción – uma metodología didáctica para la participación y acción social. In: A. J. (Org.), *Artículos y experiencias de investigación-acción em Argentina em la década de los 80* (pp. 8-14).
- Dreier, O. (2016). Conduct of everyday life: implications for critical psychology. In E. Schraube & C. Højholt. *Psychology and the conduct of everyday life*. (pp. 15-33). New York, Routledge.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia do oprimido* (29ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2009). *Pedagogia da Solidariedade* (1ª ed.). Indaiatuba – SP, Villa das letras.
- Freitas, M. D. F. Q. D. (2005). (In) Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as psicologias sociais da libertação e comunitária. *Psico*. 36 (1), 47-54).
- Gonzalez Rey, L. F. (1997). *Epistemologia Cualitativa e Subjetividad*. São Paulo: EDUC.
- Gonzalez Rey, L. F. (2003). Subjetividad, cultura e investigacion cualitativa en psicologia: la ciencia como producción culturalmente situada. *Liminales, escritos sobre psicologia y sociedad*. 13-36.
- Gonzalez Rey, L. F. (2006). As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, (24), 155-179.
- Guzzo, R. S. L., & Lacerda Jr, F. (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Interamerican Journal of Psychology*, 41(2), 231-240.
- Guzzo, R. S. L. (2014). Descolonizando a Psicologia: processos de participação na escola e comunidade. *Projeto de pesquisa elaborado para o processo de Bolsa Produtividade Edital CNPq*.
- Heller, Á. (1991). *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona, Península.
- Hodgetts, D., Rua, M., King, P., & Whetu, T. T. (2016). Everyday living textured by homelessness. In E. Schraube & C. Højholt. *Psychology and the conduct of everyday life*. (pp. 124-144). New York, Routledge.
- Højholt, C. (2016). Situated inequality and the conflictuality of children's conduct of life. In E. Schraube & C. Højholt. *Psychology and the conduct of everyday life*. (pp. 145-163). New York, Routledge.
- Holzkamp, K. (2016). *Ciência Marxista do sujeito: uma introdução à psicologia crítica*. Tomo I. Maceió, Coletivo Veredas.
- Holzkamp, K. (2018). *Ciência marxista do sujeito: uma introdução à psicologia crítica*. Tomo II. Maceió, Coletivo Veredas.
- Iamamoto, M. V. (2001). A questão social no capitalismo. In *Revista da Associação Brasileira*

de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. (pp. 9-32). Brasília, Temporalis.

- Lacerda Jr, F. & Guzzo, R.S.L. (2012). Conciencia, vida cotidiana y alienación: Una interpretación a partir de la psicología social y del marxismo. *Teoría Y Crítica de la Psicología*, v. 2, p. 126-147.
- Lane, S. T, M. (2002). A dialética da subjetividade *versus* objetividade. In Furtado, O., & González Rey, L. F. *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais*. (pp. 11-17). São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*: Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Recuperado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm
- Lefebvre, H. (1991). *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, África S.A.
- Maricato, E. (2006). O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano.
- Martín-Baró, I. (1973). Algunas repercusiones psicosociales de la Densidad demográfica en El Salvador. *Estudios Centroamericanos*, 28(293-294), 123-131.
- Martín-Baró, I. (1985). El hacinamiento residencial: ideologización y verdad de un problema real. *Revista de Psicología de El Salvador*, 9(35), 23-51.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1),7-27.
- Martín-Baró, I. (2004). *Acción y ideología: Psicología social desde centroamérica* (10 ed). San Salvador: UCA Editores.
- Meireles, Jaqueline. Ecos da violência: a perspectiva de estudantes de uma escola pública. 2015. 189f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2015.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires, Paidós.
- Montero, M. (2006). *Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidade y sociedade*. Buenos Aires, Paidós.
- Montero, M. (2009). El fortalecimiento em la comunidade, sus dificultades y alcances. *Universitas Psychologica*. 8(3), 616-626.
- Moreira, A. P. G., & Guzzo, R. S. L. (2016). Situação-limite e potência de ação: Atuação preventiva crítica em psicologia escolar. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 21(2), 204-215.
- Oberg, L. P. (2018). O conceito de comunidade: problematizações a partir da psicologia comunitária. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(2), 709-728.

- Oliveira, B. (2001). A dialética do singular-particular-universal. Encontro de Psicologia Social e Comunitária, 5.
- Oliveira, I. F. & Yamamoto, O. (2014). *Psicologia e Políticas Sociais: temas em debate*. Belém, ufpa.
- ONU – Organização das Nações Unidas (2008). *Promoção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento*.
- ONU – Organização das Nações Unidas (2017). *Uma vivenda adequada como elemento integrante do direito a um nível de vida adequado e o direito à não discriminação neste contexto*.
- Paulinelli, R. (2018). A cidade, o território e a vida em condomínios: possibilidades de uma in(experiência) do comum. In: B.B. Sawaia; R. Albuquerque & F.R. Busarello. *Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial*. (pp. 258-277). São Paulo: Alexa Cultural.
- Paulo Netto, J. (2011). Introdução ao estudo do método de Marx. *São Paulo: Expressão Popular*.
- Parker, I. (2014). *Revolução na Psicologia: Da alienação à emancipação*. Campinas, Alínea.
- Pinto, J. D. F., & Paula, A. P. P. D. (2018). Contribuições da Epistemologia Qualitativa de Gonzalez Rey para estudos transdisciplinares. *Psicologia & Sociedade*, 30.
- Prefeitura Municipal de Campinas – PMC (2007). Plano local de gestão: macrozona 5.
- Prefeitura Municipal de Campinas - PMC. (2010). Recuperado de <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/censo-2010.php>
- Prefeitura Municipal de Campinas – PMC (2016). Relatório de Informações Social do Município de Campinas. Recuperado de https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio_de_informacoes_sociais_campinas_-_2016_0.pdf
- Prefeitura Municipal de Campinas – PMC (2018). Plano Diretor. Recuperado de http://suplementos.campinas.sp.gov.br/admin/download/suplemento_2018-01-09_cod473_1.pdf
- Prilleltensky, I. (2003). Understanding, Resisting, and Overcoming Oppression: Toward Psychopolitical Validity. *American Journal of Community Psychology*, 31(1/2),195-201
- Resolução CNS nº 510 de 07 de abril de 2016. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>
- Rolnik, R., & Bonduki, N. (1982). Periferia da grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In Maricato, E. *A produção capitalista*

da casa (e da cidade) no Brasil industrial. (pp. 117-154). São Paulo, Alfa-Omega.

- Rolnik, R. (2006). A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios.
- Rolnik, R., Cymbalista, R., & Nakano, K. (2011). Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. *Revista de Direito da ADVOCEF*, 1(13), 123-158.
- Rolnik, R., dos Santos Pereira, A. L., Moreira, F. A., de Oliveira Royer, L. Iacovini, R. F. G., Nisida, V. C., & Rossi, L. G. A. (2015). O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *Cadernos Metrópole*, 17(33), 127-154.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo, Funda o Perseu Abramo.
- Schraube, E. & H jholt C. (Eds). (2016). *Psychology and the conduct of everyday life*. New York, Routledge.
- Silva Jr, H. (2003). A o afirmativa para negros(as) nas universidades: a concretiza o do princípio constitucional da igualdade. In Silva, P. B. G. & Silvério, V. R. *Educa o e a es afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econ mica. (pp. 99-114)*. Brasília, Inep/MEC.
- Tipifica o nacional de serviços socioassistenciais. Resolu o n. 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: MDS/CNAS, 2009.
- Visível e Invisível: A vitimiza o de mulheres no Brasil. (2019). *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, 2  Edi o.
- Wacquant, L. (2017). Esclarecer o habitus. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Porto*, 14.
- Weber, F. (2009). A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?. *Horizontes Antropológicos*, 15(32), 157-170.
- Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 9-24.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Protocolo de Análise do Plano Nacional de Habitação

ANÁLISE DO PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO

DIMENSÃO	FONTE	UNIDADE DE ANÁLISE	INTERPRETAÇÃO
Inadequação das Políticas de Habitação	<i>Plano Nacional de Habitação</i>	<p>1. Planejar a execução da política habitacional não é uma tarefa fácil, pois o Brasil não tem uma tradição de planejamento deste setor, tão sujeito a ações imediatistas, de cunho clientelista e/ou assistencialista.</p> <p>2. A formulação do Plano Nacional de Habitação não deve ser entendida como uma tarefa isolada, que se encerra com a apresentação deste documento final, mas como o ponto inicial de um processo de planejamento habitacional no Brasil.</p> <p>3. Deve constar na revisão da Lei Federal 6.766/79 a obrigatoriedade de elaboração de Planos Urbanísticos de Expansão Urbana (subordinados ou integrantes ao Plano Diretor) pelo Poder Público municipal em qualquer extensão legal de perímetro urbano e antes da abertura de qualquer novo loteamento que se encontre em uma zona de expansão urbana. Estes planos devem definir, no mínimo, um sistema viário principal básico, a localização de equipamentos e as formas e usos permitidos, considerando as características ambientais da área e o desenvolvimento econômico do município.</p>	<p>1. O próprio documento assume que o país não planeja, historicamente, ações para o enfrentamento habitacional profundo, se tornando uma prática superficial e não combativa.</p> <p>2. O documento é apenas o marco do início desse processo, uma vez que os eixos pautados são diretrizes para a aplicação política habitacional.</p> <p>3. A inadequação das políticas é tanta, que embora haja no próprio plano de âmbito nacional a garantia do desenvolvimento habitacional no âmbito municipal, como no Plano Diretor, sabemos que este diálogo prático não se concretiza.</p>

Moradia Digna	<i>Plano Nacional de Habitação</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover as condições de acesso à moradia digna – urbanizada e integrada à cidade – a todos os segmentos da população, em especial para a população de baixa renda. 2. Norteiam o PlanHab, assim como as demais ações públicas, os princípios estabelecidos pela PNH, para os quais a moradia é entendida como um direito individual e coletivo a ser alcançado pela universalização do acesso a unidades com padrão digno, de modo que sejam garantidas condições de habitabilidade em áreas com infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais. 3. Enfrentar o crescente déficit de moradias e as precárias condições de habitabilidade que geram a exclusão territorial e limitam o desenvolvimento humano nos setores populares das cidades brasileiras. 4. Localização dos projetos de habitação de interesse social, sua proximidade com as regiões bem dotadas de emprego, assim como sua qualidade arquitetônica e urbanística. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. O objetivo central do plano é a promoção de moradia digna urbanizada e integrada à cidade, principalmente para a população de baixa renda. 2. Aqui, se faz presente a definição de moradia digna, que é necessário o entendimento que não se basta somente no teto, mas no habitar em relação ao entorno de onde é essa moradia. Traz a noção do que são as demais políticas, uma vez que considera a necessidade do acesso aos serviços públicos como garantia de morar dignamente. 3. Embora o plano se dedique ao acesso de moradia digna a todos os segmentos da população, sabe-se que este é um déficit crescente. 4. Mais uma vez, a localização como aspecto essencial do morar adequadamente.
Integração das Políticas Sociais	<i>Plano Nacional de Habitação</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dada a complexidade e as múltiplas relações que se irradiam a partir da habitação e que, por outro lado, a condicionam, a PNH também adota como princípio a articulação com a política urbana e a integração com as ações das demais políticas sociais e ambientais. 2. Orientar a elaboração dos planos habitacionais de âmbitos estadual e municipal. 3. Promover a urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários existentes a partir de 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aqui, a importância da articulação com as demais políticas sociais como fundamento do enfrentamento habitacional. 2. Quando se fala em integração das políticas sociais, importante considerar a articulação das políticas públicas nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. 3. Mais uma vez, a necessidade da não fragmentação das políticas para, de fato, lidar com os problemas já existentes de moradia.

		<p>intervações estruturadas e articuladas a outras políticas sociais e de integração econômica.</p>	
Processo de Urbanização	<i>Plano Nacional de Habitação</i>	<p>1. São cerca de 13 milhões de famílias em estado de pobreza absoluta, que dependem dos programas sociais do governo de complementação de renda para se alimentar – e por uma dramática herança resultante do intenso processo de urbanização que ocorreu a partir dos anos 1940 e gerou uma enorme quantidade de assentamentos precários, onde existem mais de 3,2 milhões de domicílios (CEM/CEBRAP, 2007) e um déficit habitacional estimado em cerca de 7,9 milhões de unidades habitacionais (FJP, 2006).</p> <p>2. A cidade informal cresce até os dias de hoje a taxas muito superiores às da cidade formal, evidenciando incapacidade do mercado e do setor público de viabilizarem alternativas mais adequadas.</p> <p>3. O número de famílias morando em locais com carências de ao menos um item de infraestrutura, em áreas urbanas, alcança cerca de 12 milhões (FJP, 2006). Destas, cerca de 3,2 milhões de famílias vivem em assentamentos precários. Este número foi adotado pelo PlanHab como o universo de domicílios em assentamentos precários – objeto de ações de urbanização – a partir das estimativas elaboradas pelo Centro de Estudos da Metrópole – CEM/Cebrap (2007), que estimou os domicílios com características socioeconômicas, demográficas e urbanísticas semelhantes às verificadas nos setores censitários do tipo “aglomerado subnormal” do IBGE. Estes assentamentos necessitam de ações</p>	<p>1. O processo de urbanização deixa marcas bastante notórias em sua história, como as famílias que são afetadas pelo avanço da cidade exclusiva: não é para todos e nessa não inclusão, o impacto é daqueles que já são marcados pela exclusão desde o começo da história do Brasil.</p> <p>2. Com o crescimento das cidades, a periferização acaba por avançar com maior velocidade, tornando difícil o seu enfrentamento.</p> <p>3. A área metropolitana, marcada pela concentração urbana, ainda é o lugar que apresenta maior necessidade de qualificação habitacional, embora também seja o lugar de maior desenvolvimento econômico.</p> <p>4. A expansão horizontal denota que a distância sempre será colocada à margem, na periferia das cidades. A lógica do transporte centrada no automóvel, demonstra que a distância é para, de fato, ser longe, pois se torna mais difícil pelos moradores da periferia a locomoção.</p>

		<p>mais estruturais de urbanização – ações públicas voltadas à qualificação urbanística e regularização fundiária. Destes 3,2 milhões de domicílios, 2,7 milhões, ou 84% do total, localizam-se em áreas metropolitanas.</p> <p>4. Trata-se de um modelo de urbanização baseado na expansão horizontal e na ampliação permanente das fronteiras, na subutilização da infraestrutura e da urbanidade já instaladas e na mobilidade centrada na lógica do automóvel particular.</p>	
Desigualdade Social	<i>Plano Nacional de Habitação</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. O PlanHab tem como objetivo estruturar uma estratégia para enfrentar questão habitacional e urbana, um dos mais dramáticos problemas sociais. 2. O PlanHab, embora seja um plano estratégico de longo prazo, não é uma peça retórica, de escasso efeito prático, vício que muitas vezes tem acompanhado o planejamento setorial e urbano no país. Sua elaboração buscou articular estratégias estruturadoras com ações concretas, que podem e devem ser tomadas imediatamente para que seus efeitos possam ser sentidos no curto prazo, como parte de uma política mais duradoura e não como medidas imediatistas e superficiais, que tendem a beneficiar os setores sociais que tradicionalmente são favorecidos pelas ações públicas neste e em outros segmentos. Neste sentido, é fundamental garantir que o foco do PlanHab, voltado para a criação das condições de acesso à moradia digna pela população de baixa renda, onde se concentra o déficit habitacional. 3. Definir as diretrizes para priorizar o atendimento à população de baixa renda, segmentando a 	<ol style="list-style-type: none"> 1. A questão da moradia é um grave problema social, pois demarca, concretamente, as necessidades mais básicas do ser humano. 2. Mais uma vez, o objetivo deste documento é universalizar o acesso da moradia pelos mais pobres, já que, historicamente, o Brasil apresenta um caráter clientelista (conforme foi citado na dimensão de inadequação das políticas habitacionais), onde a prioridade é daqueles que podem pagar, trazendo o problema arrastado durante os anos. 3. Aqui, a intenção é questionar se a definição da população de baixa renda, de fato, esteve em diálogo com o enfrentamento real do problema. 4. É importante observar como a definição de moradia digna, a inadequação das políticas habitacionais, a articulação política e o processo de urbanização, todos juntos, se tornam um grave problema de questão social, pois o impacto é sempre da população de baixa renda que, por consequência, está distante do centro das cidades, o que também é um problema de estrutural de localização.

	<p>demanda que necessita de subsídios e focalizando os segmentos nos quais se concentra o déficit.</p> <p>4. A falta de alternativas habitacionais, gerada pelo intenso processo de urbanização, baixa renda das famílias, apropriação especulativa de terra urbanizada e inadequação das políticas de habitação, levou um contingente significativo da população a viver em assentamentos precários e informais. Estes se caracterizam pela informalidade na posse da terra, ausência ou insuficiência de infraestrutura, irregularidade no processo de ordenamento urbano, falta de acesso a serviços e moradias com graves problemas de habitabilidade, construídas pelos próprios moradores sem apoio técnico e institucional.</p> <p>5. Loteamentos irregulares e ocupações espontâneas foram abertos em áreas periféricas ou com restrição à urbanização (como áreas de risco e de proteção ambiental), dando origem a tecidos urbanos com pouca urbanidade, onde estão presentes loteamentos irregulares, clandestinos ou favelas, que ganham denominações próprias em cada região do país, como alagados, palafitas, vilas, invasões e, mais recentemente, comunidades.</p> <p>6. O problema da habitação é resultado, entre outros fatores, da incompatibilidade entre a capacidade de pagamento das famílias de baixa renda e o custo da habitação.</p> <p>7. Para os setores de menor renda, a alternativa do loteamento ou conjunto habitacional, ambos localizados na periferia, consagrou-se como o modelo hegemônico, justificado pelo impacto dos</p>	<p>5. As pessoas precisam habitar. Se o poder público e privado não cumpre com essa necessidade, elas mesmas o farão.</p> <p>6. Mais uma vez, uma questão social que também se relaciona com a inadequação das políticas: como superar a questão habitacional se o valor proposto não é acessível por aqueles que mais demandam para esta política?</p> <p>7. Menos de 10% na participação ativa da cidade. Todos os setores sociais parecem saber bem qual é o lugar da periferia nessa conjuntura.</p> <p>8. Como superar essa questão social histórica, onde renda e acesso se tornam protagonistas dessa condição?</p>
--	---	--

		<p>preços dos terrenos serem mais baixos na franja externa das cidades, processo que força a localização centrífuga da população de baixa renda. Uma avaliação qualitativa da inserção urbana da produção habitacional, realizada no âmbito do próprio BNH em 1985, revelou que menos de 10% dos terrenos adquiridos para a construção de conjuntos estavam situados dentro da malha urbana ou imediatamente contíguos a ela e eram dotados de acesso a transporte e servidos de abastecimento de água e energia elétrica (SERPA: 1988, 99).</p> <p>8. De uma maneira geral e salvo honrosas exceções, a produção de habitação de interesse social tem se localizado nas franjas periféricas das manchas urbanas, em decorrência do custo da terra, da ausência de estratégias fundiárias e de uma visão preconceituosa sobre a localização da população de baixa renda nas cidades. Esta opção tem criado conjuntos habitacionais segregados da malha urbana, distantes das áreas concentradoras de empregos e das redes de equipamentos e de infraestrutura urbanas. Em consequência, longos deslocamentos são requeridos, com altos custos de transportes coletivos, tanto para os usuários como para os municípios, que frequentemente precisam subsidiar as precárias linhas que fazem estes trajetos.</p>	
<p>Processos Participativos</p>	<p><i>Plano Nacional de Habitação</i></p>	<p>1. A questão habitacional é entendida como uma política de Estado, uma vez que o poder público é agente indispensável para a regulação urbana e do mercado imobiliário, e para a provisão da moradia e a regularização de assentamentos precários. Deve,</p>	<p>1. Importante que seja uma política de Estado, entendendo a participação social como necessária para o entendimento do real problema por aqueles que o vivem.</p>

		<p>portanto, ser uma política pactuada com a sociedade e que extrapole as gestões governamentais. Entende-se, ainda, que a política de habitação deve contar com a participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos.</p> <p>2. Trata-se, portanto, de introduzir um processo de planejamento participativo na política habitacional, que se articula com a criação de um sistema de informações habitacionais e de monitoramento e avaliação da política e dos programas habitacionais.</p> <p>3. A participação e o controle social passaram a ser elementos centrais na gestão democrática, criando condições para o estabelecimento de um novo padrão de relação entre Estado e sociedade e possibilitando que os diversos grupos e segmentos sociais deem suas contribuições com o fortalecimento das práticas democráticas.</p>	<p>2. A integração de setores populacionais em um processo de avaliação torna a proposta mais concreta, se, de fato, essa participação for levada em consideração.</p> <p>3. Aqui cabe o questionamento se realmente vivemos nessa democracia e se há um teto de participação social.</p>
--	--	---	---

Apêndice 2 – Protocolo de Análise do Plano Diretor Municipal de Campinas

ANÁLISE DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPINAS

DIMENSÃO	FONTE	UNIDADE DE ANÁLISE	INTERPRETAÇÃO
Meio Ambiente	<i>Plano Diretor do Município de Campinas</i>	<p>1. III – proteger, conservar e preservar os recursos ambientais municipais, a fim de promover um meio ambiente ecologicamente equilibrado e a sadia qualidade de vida, objetivando uma cidade sustentável para as presentes e futuras gerações.</p> <p>2. VII - desenvolvimento de programa de arborização urbana adequado às praças, calçadas e passeios públicos, prioritariamente com árvores nativas regionais.</p> <p>3. IV - integrar as ações ambientais à política urbana.</p> <p>4. XVI - incremento da arborização e sua manutenção em vias públicas, praças, parques urbanos e bosques, a fim de promover o conforto térmico, acústico, a qualidade do ar, a valorização da paisagem urbana e a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população.</p>	<p>1. Um dos objetivos do Plano Diretor de Campinas é promover o meio ambiente como possibilidade de qualidade de vida nas cidades.</p> <p>2. Consolidar o meio ambiente como aspecto importante de áreas de lazer.</p> <p>3. O meio ambiente como parte importante do desenvolvimento da cidade.</p> <p>4. A arborização é considerada como fator de grande impacto na vida das pessoas, levando em conta clima, oxigênio e qualidade em geral para a população.</p>
Mobilidade e Transporte	<i>Plano Diretor do Município de Campinas</i>	<p>1. III – valorização das áreas públicas para o convívio de pessoas, priorizando pedestres, ciclistas e usuários do transporte público em detrimento do automóvel; X - priorização do pedestre, dos modos de transporte não motorizados e do transporte público.</p> <p>2. I - desenvolvimento de ações de planejamento urbano e de mobilidade de forma integrada, possibilitando a oferta de transporte público compatível com o ordenamento territorial proposto neste Plano Diretor.</p>	<p>1. Valorização das centralidades, considerando que o transporte público deve ser priorizado em detrimento do automóvel particular.</p> <p>2. O planejamento urbano deve estar em diálogo com a política de mobilidade e transporte, se de fato considerar a priorização do transporte público como acesso para a população.</p>

		3. XI - melhoria do acesso às áreas destinadas a atividades econômicas por meio de investimentos no sistema de transporte e infraestrutura viária, priorizando os modos coletivos e os modos não motorizados de transporte; XV – desenvolvimento da mobilidade urbana e modais de transporte com a previsão de infraestrutura que promova a acessibilidade a todos.	3. A importância do transporte coletivo como possibilidade de acesso à cidade e suas atividades econômicas.
Política de Habitação	<i>Plano Diretor do Município de Campinas</i>	<p>1. VI - promover o acesso à moradia a toda população, com urbanização de qualidade, infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos;</p> <p>2. II – orientar a elaboração de projetos de empreendimentos de interesse social em áreas situadas em regiões atendidas pela Rede Estrutural de Mobilidade, observando, especialmente: a) o desenho urbano e a arquitetura de qualidade; b) a conectividade e a integração regional; c) o uso misto; d) a diversidade de tipologias habitacionais e de faixas de renda dos moradores; e) a prioridade ao pedestre; f) a constituição de espaços públicos de dimensões adequadas à densidade prevista.</p> <p>3. I - garantia do direito à moradia digna, promovendo o atendimento habitacional adequado e definitivo às famílias de baixa renda e prevendo o atendimento habitacional emergencial e transitório nos casos em que forem necessárias respostas imediatas, quando a solução definitiva não estiver disponível; II - articulação dos programas habitacionais com as políticas urbanas, de gestão ambiental, de transporte e mobilidade, de saúde, de educação, de ação social e de geração de emprego e renda;</p> <p>4. Art. 58. Os Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social - EHIS são permitidos em toda a zona urbana do município cujo zoneamento permita o uso habitacional,</p>	<p>1. Como objetivo do Plano Diretor, destacamos a promoção do acesso à moradia de qualidade como uma característica fundamental da Política de Habitação.</p> <p>2. A Política de Habitação considera em suas diretrizes a malha urbana como essencial para a integração de empreendimentos de interesse social na cidade.</p> <p>3. A articulação da Política de Habitação com as demais políticas públicas e sociais.</p> <p>4. Aqui cabe o questionamento: se os empreendimentos habitacionais de interesse social são permitidos em toda a zona urbana, por que se consolidam em grande parte nas periferias?</p>

		respeitadas quanto à verticalização as características da zona onde se localiza.	
Educação	<i>Plano Diretor do Município de Campinas</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. I – assegurar a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais. 2. II – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional e diversidade. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. A importância da articulação da educação com as demais políticas sociais, incluindo a proposta habitacional. 2. A superação das desigualdades é um aspecto essencial para a discussão habitacional, já que a desigualdade educacional é também consequência das desigualdades sociais.
Assistência Social	<i>Plano Diretor do Município de Campinas</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. I – reduzir as desigualdades socioterritoriais de forma integrada às demais políticas setoriais. 2. II – implementar programas, projetos e ações socioassistenciais para indivíduos que deles necessitem. 3. III – ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais, contribuindo para a inclusão dos cidadãos na sociedade. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. O enfrentamento das desigualdades socioterritoriais como uma questão de políticas integradas de rede. 2. O público da assistência é o público que de fato, dela necessita. Nesse sentido, sabe-se que é um público que vive em áreas vulneráveis. 3. Importante ponto de discussão, mas é necessário que se considere a inclusão para além da inclusão nos serviços de Assistência Social.
Saúde	<i>Plano Diretor do Município de Campinas</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. I – ampliação e qualificação do acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização e equidade no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar e garantindo acesso aos medicamentos do SUS. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Uma das diretrizes da saúde é a garantia do acesso em todas as suas instâncias.
Cultura, Esporte e Lazer	<i>Plano Diretor do Município de Campinas</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. III – estímulo à multiplicidade funcional, às atividades econômicas e culturais, inclusive no período noturno; 2. I – criação e manutenção dos espaços públicos municipais devidamente equipados e acessíveis à 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Considerar as atividades culturais no período noturno é uma importante condição para o desenvolvimento humano. 2. A o acesso à cultura como concretização da produção humana ao longo da história.

		<p>população para as diversas manifestações culturais e artísticas.</p> <p>3. II – incentivo às diversidades culturais e sociais do município, atendendo às situações diferenciadas e às realidades plurais, nas áreas urbana e rural.</p> <p>4. XIII – fomento às ações intersetoriais que fortaleçam a política pública de patrimônio cultural.</p> <p>5. II - desenvolver e fomentar práticas de lazer junto à população, estimulando a cultura do lazer ativo e hábitos saudáveis, fortalecendo a integração com a natureza e sua identificação com a cidade;</p>	<p>3. A articulação de diferentes realidades, considerando o incentivo cultural de todas.</p> <p>4. A possibilidade de acesso à cidade através da cultura.</p> <p>5. A cultura, esporte e o lazer como diretrizes de ampliação de identificação com a cidade e o território.</p>
Segurança Pública	<i>Plano Diretor do Município de Campinas</i>	1. V – planejar as ações com base na lógica da antecipação e prevenção.	1. Segurança pública com objetivo de prevenção em sua ação nas comunidades.
Acessibilidade	<i>Plano Diretor do Município de Campinas</i>	<p>1. I - função social da cidade, que compreende o atendimento às necessidades essenciais dos cidadãos, visando à garantia da qualidade de vida e ao bem-estar da população, por meio da oferta justa e equilibrada de infraestrutura e serviços, moradia digna, espaços públicos, trabalho e lazer.</p> <p>2. III - direito à cidade, que compreende o direito de todos os habitantes de acesso às oportunidades da vida urbana, às vantagens econômicas, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à diversidade sociocultural e à participação ativa da gestão urbana; comprometer as futuras gerações; V - acessibilidade, que compreende o pleno acesso à cidade, aos seus espaços, serviços, equipamentos urbanos e sistemas de informação, reconhecendo a diversidade e as necessidades dos cidadãos, para garantir sua maior segurança, autonomia e qualidade de vida;</p>	<p>1. Uma das diretrizes do Plano Diretor é garantir o atendimento às necessidades essenciais, considerando que o bem-estar da população é através do acesso das funções sociais previstas da cidade.</p> <p>2. O direito à cidade compreende que o acesso é fonte essencial para o desenvolvimento humano das pessoas que habitam os lugares.</p> <p>3. Localização apresenta relação com acesso. A segregação da cidade diz sobre a falta de acesso e de direito à cidade, dependendo de onde se mora.</p> <p>4. Inclusão social é acessibilidade, pois não há inclusão em uma cidade que exclui.</p> <p>5. Aqueles inseridos em área de maior vulnerabilidade socioambiental devem ser priorizados em relação ao acesso de</p>

		<p>3. IV - promover a inclusão social, reduzindo os fatores que contribuem para as desigualdades e a segregação socioespacial da população.</p> <p>4. XX - ampliação dos programas de inclusão social e de geração de postos de trabalho, emprego e renda;</p> <p>5. XXVI – provisão de infraestrutura urbana, equipamentos, serviços, espaços públicos e áreas verdes em todas as regiões da cidade, possibilitando o pleno atendimento às necessidades dos cidadãos, especialmente aqueles inseridos nas áreas urbanas de maior vulnerabilidade socioambiental.</p>	<p>infraestrutura urbana, equipamentos, serviços, espaços públicos e áreas verdes.</p>
--	--	---	--

Apêndice 3 – Protocolo de Análise dos Diários de Campo

ANÁLISE DOS DIÁRIOS DE CAMPO 2018 e 2019 (Parte 01)

DIMENSÃO	FONTE	UNIDADE DE ANÁLISE	INTERPRETAÇÃO
Inadequação das Políticas de Habitação	<ol style="list-style-type: none"> 1. DC0118 2. DC2019 3. DC2219 	<p>1. “Começamos a ouvir muito barulho de helicópteros da polícia que, infelizmente, por vezes rodeiam o território. Assim que encerramos, percebemos que o movimento no bairro estava muito estranho, pois tinham muitos carros de polícia passando por ali. Avistamos o helicóptero voando bem baixinho perto do pasto e decidimos passar por ali no retorno para o Barracão. Fomos informados que um menino havia desaparecido e estava afogado. Foi estranho. Paramos o carro e alguma coisa dentro de mim dizia que era nosso. Não sei se meu coração batia muito rápido ou se parecia querer parar, acho que não sei dar nome ao que senti. Era nosso e era tarde. Ele estava lá, roxo, desfalecido, junto aos bombeiros que tentavam reanimar o seu corpo, que já tinha perdido o brilho. Não consegui olhar muito tempo. Foi a primeira vez que vi alguém morrer assim. Não sei dizer o que senti. Faziam 7 meses que eu estava lá e a morte já tão perto. Escrevo aqui, porque além de uma marca dolorosa desse tempo de trabalho, também é o registro de uma marca extrema de exclusão social. Submeter as pessoas que moram ali a nenhum tipo de acesso, incluindo lazer, possibilita que tragédias assim aconteçam. As crianças sabem mais do que ninguém o quanto aquele lugar era perigoso, pois existem toneladas de areia em baixo da água que é movediça. Mas era quente, não tinha o que fazer. Entre ficar em um apartamento com mais de 10 pessoas,</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Política Habitacional que só considera a moradia, não o habitar. 2. Política Habitacional sem planejamento urbano. 3. Política Habitacional ainda cunhada no imediatismo.

		<p>muitas vezes, em extremo calor, ou na rua em asfalto quente, preferem ir nadar. Eu também preferiria”.</p> <p>2. “O cotidiano, marcado pela desigualdade, todos os dias insiste em me dar um tapa na cara. Esse foi mais um. Todos os dias, essa mulher sai de sua moradia, às 15h30, pois entra no seu trabalho em Valinhos às 18h. Seu retorno acontece somente às 10h da manhã do outro dia, pois seu turno termina às 7h. Ela passa mais tempo no trabalho e no transporte público do que em sua casa”.</p> <p>3. “Os rumores que se ouvem no território é que muitas famílias que não tiverem quitado o apartamento serão despejadas, como já vem acontecendo ao longo desse ano. Nesses momentos me questiono sobre a Política Habitacional. Retiraram as famílias dos seus lugares de moradia fundamentados de que estavam em zona de risco, embora se saiba que muitas não estavam nessa condição, mas sim em áreas de especulação imobiliária. Mesmo aquelas que se encontravam em áreas de zona de risco, me pego pensando que, de alguma forma, elas tinham seu lugar. Aí, amparados em uma política pública que deveria ser de direito da população, os governantes retiram as pessoas, como se fossem objetos, prometendo que elas receberão casas e as depositam – sim, é um depósito de gente – em uma área completamente afastada do que é considerado urbano, ainda com a condição de financiamento. Aqueles que não puderem pagar, é rua, mesmo sabendo que a renda da maioria das pessoas que hoje ocupam aquele lugar não chega em um salário mínimo, com muitas pessoas morando em baixo do mesmo teto. Não me parece uma política de direito, tão pouco, me parece que algo de fato está sendo pensado para a qualidade de vida dessa população, conforme constam os documentos que amparam essa política social”.</p>	
--	--	---	--

<p>Moradia Digna</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. DC0818 2. DC0618 3. DC0419 4. DC0318 5. DC1519 	<ol style="list-style-type: none"> 1. “F. disse que era fácil para R. falar agora, que de fato sua casa está melhor, mas que ela não conhecia a situação de sua família antes disso, relatando todos os problemas estruturais que permeavam sua casa. ‘E outra, eu moro no último andar. Os pombos fazem ninho lá em cima e entra muito piolho e doença dentro de casa, outro dia meu sobrinho estava com a cara toda picada’. 2. “A condição real de seu cotidiano de vida e a ausência de espaços para ser. Afinal, no meio de todo o caos que era a dinâmica daquele apartamento, ainda existiam mais pessoas que ali viviam. Me peguei pensando em quem seria eu se tivesse crescido em um pequeno espaço com três cômodos na convivência de mais 9 pessoas. Quem seria? A partir do que vi, pude entender um pouco mais as manifestações daquela criança dentro dos nossos espaços”. 3. “Ela começou dizendo que não estava se sentindo bem, porque não conseguia dormir. ‘Peço todos os dias para ir embora desse lugar’. Disse que ali tudo é muito complicado e que não sabia se nos outros condomínios era difícil do mesmo jeito, mas que no dela era impossível de se viver. Reclamou que não dorme mais direito todas as noites e que por isso fica se sentindo mal durante o dia. Às 6h30 da manhã de todos os dias seu vizinho de cima liga o som no volume máximo e fica pulando pelo apartamento. E que é assim a madrugada toda: ‘Ele pula lá em cima, parece que está pulando em cima da minha cabeça, parece que tem uma marreta em cima da minha cabeça’. Perguntamos se em algum momento ela já tentou conversar ou pedir para que houvesse mudança e ela disse ‘de que jeito? Aqui se você fala qualquer coisa, arruma problema. E eu não quero mais problema’. Nos contou como era difícil viver ali nos dias de chuva, pois a cama que ficava encostada na parede ela precisava tirar, pois a chuva infiltra e molha todo o quarto. Nos convidou para olhar a 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Condição de moradia. 2. Densidade. 3. Condição de moradia. 4. Densidade e a relação com a rua. <p>Condição de moradia e relação com o território.</p>
-----------------------------	---	--	---

		<p>situação e de fato, quando chegamos, a parede é extremamente fina e estava ficando mofada. A água entra pelas paredes. Não existe rachadura, ela simplesmente vaza pela qualidade do material que está posto naquela construção. Ainda, teve até problema com a vizinha de cima, porque quando ela lavava a escada, escorria água dentro de sua casa pelo teto. ‘Eu não tenho nada contra lavar a escada, tem que lavar, mas não dá para molhar tudo aqui dentro’. Disse que um engenheiro da COHAB até veio há um tempo atrás e disse que pelo material realmente a escada não poderia ser lavada. E que não havia nada que ele poderia fazer”.</p> <p>4. “Quando questiono quem no momento estava ali morando – embora eu já soubesse a resposta -, ele começou a contar nos dedos: se deu conta que era um número extremamente alto dentro daquele espaço. Perguntei como ele fazia quando precisava de silêncio e ele me respondeu ‘todos precisam de silêncio!’, relatando se trancar no quarto quando fica muito difícil e tampando os ouvidos para tentar ficar realmente só. Perguntei qual espaço, fora sua casa, ele considerava que poderia ter um pouco de paz e ele me disse que em casa nunca, mas sim baixo de uma árvore, perto do seu condomínio. A rua. I., que também estava por perto quando fiz essa pergunta, imediatamente se prontificou dizendo ‘na rua’. A paz, para essas pessoas, muitas vezes está na rua. Sei de um apartamento que moram 22 pessoas. Fico pensando se é por isso que muitas famílias se desesperam dizendo que não conseguem controlar os filhos dentro de casa, porque muitas vezes para eles, a rua é o lugar de encontro com o que for. Em uma rua que, ousado dizer, também não existe muitas possibilidades, já que essa periferia mais parece um sertão urbano... e se na rua está ruim e eles consideram que em casa está pior, fico me perguntando a condição de vida a qual essas pessoas estão submetidas”.</p>	
--	--	---	--

		<p>5. “Ela estava compromissada em ir procurar uma casa fora dali para morar. ‘Eu não aguento mais morar nesse lugar, Laurinha’.</p> <p>Conversamos um pouco, e ela me disse que precisava urgentemente sair do território, pois aquilo não era lugar digno de se viver. Os vizinhos, o afastamento do centro, tudo acaba por impossibilitar que ela pudesse viver mais em paz. ‘Eu preciso de paz, aqui não tenho’.</p>	
<p>Integração das Políticas Sociais</p>	<p>1. DC3219 2. DC0819 3. DC0919 4. DC1919</p>	<p>1. “Onde as pessoas são invisíveis. Onde a saúde, direito universal garantido e que está dentro do princípio da organização do Sistema Único de Saúde, não é acessível, já que não se concretizou o que é de direito da política habitacional quando se pensa no entorno da moradia, do que é um território digno de se viver”.</p> <p>2. “Em uma dessas noites, encontrei com P. – 8 anos – e sua mãe gritando, de longe, no meio da rua para que ele voltasse para casa. Disse que se ela não encontrasse ele quando chegasse em casa, iria encher ele de porrada. Em um primeiro momento, sentei com ele na esquina, tentando acalmá-lo, pois ele chorava muito. Depois, eu e a assistente social levamos ele e mais 3 crianças embora para casa, pois já era muito tarde para estarem na rua sozinhos – 2 com a mesma idade de P. e um de 6 anos. Depois, refletindo, me peguei pensando na organização da vida das pessoas que moram ali. É verdade que mãe de P. utiliza da violência como marca única de tentar ter algum controle sobre o filho e, como psicóloga, entendo das grandes consequências que isso contribui na vida de qualquer pessoa. Mas, por outro lado, quando me deparo na organização daquilo que rodeia aquela realidade, me lembro: mãe solteira de 6 filhos, sendo a única responsável pelo sustento da casa e que passa o dia inteiro fora trabalhando até tarde da noite para poder dar de comer para as crianças, sozinha, ainda tem que encontrar maneiras de manter seu filho de 8 anos dentro de um apartamento de 36m² entre 8</p>	<p>1. Não há articulação entre a Política Habitacional e a Saúde.</p> <p>2. Moradia e a relação com os espaços e acessos da comunidade.</p> <p>3. Dificuldade de acesso aos serviços, falta de articulação da Política Habitacional e a rede de proteção.</p> <p>4. Política Habitacional fragmentada.</p>

		<p>peças. Como? Pensei na moradia e na falta de espaços e vínculos seguros que poderiam sustentar essa situação. Além da questão habitacional e da escassez de espaço no próprio apartamento, ainda existe o fato de que o entorno não possibilita qualquer possibilidade de acesso ao que seria digno para uma mãe nessa situação com seus filhos. E, ainda, existe todo o histórico desse território de como as pessoas chegaram até ali, muitas delas já com a ruptura dos vínculos que existiam em outros lugares”.</p> <p>3. “Ela disse que ainda tinha um pouco de comida, mas estava sem gás ou qualquer possibilidade de poder fazer um alimento. Disse que seu benefício demoraria alguns dias para entrar, então era por isso que estava ali. Me disse que morava com um filho de 17 anos, que tinha problema com substâncias psicoativas e que por isso roubava as coisas de dentro de casa e a agredia. Me certifiquei de que ela não estava sem comida, agendei para ela com a assistente social do CCII e do DAS. Sabe onde fica o DAS? À 5 km dali. Sabe o que isso significa para quem não tem carro? Mais de uma hora de caminhada. Sim, caminhada, porque a pessoa não tem dinheiro para a passagem de ônibus. Sabe o que significa mais de uma hora de caminhada, no sol, para uma idosa buscar por meios de sobrevivência? Pois é”.</p> <p>4. “As demandas acabam batendo em nossa porta, por sermos o único equipamento público naquela ponta. Importante dizer que a porta de entrada da Política Nacional de Assistência Social, o CRAS, não tem referência para este bairro, assim como as demais políticas, como educação e saúde, que não foram pensadas para a população que estava chegando, sendo necessário a utilização dos equipamentos dos bairros vizinhos, trazendo dificuldade para a população e sobrecarregando os serviços”.</p>	
Processo de Urbanização	1. DC0419	1. “Já morei em favela, morei em favela minha vida inteira, mas nenhum lugar é tão ruim quanto aqui”. Disse que a casa que morava antes era grande, uma boa casa, tinha quintal, espaço e	1. Processo de urbanização e a ausência do Estado.

		que não era de zona de risco e de repente, tiraram ela de lá. Que muitas famílias que tinham casa no morro, o que é um risco, continuaram lá, mas ela que não tinha problema nenhum teve que sair. ‘Me jogaram aqui’”.	
Desigualdade Social	<ol style="list-style-type: none"> 1. DC3219 2. DC0619 3. DC2119 4. DC1419 5. DC2319 6. DC1719 7. DC2619 	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Onde se morre, porque não há dinheiro”. 2. “Laura, eu vivo com 600 reais do Bolsa Família. Em um final de semana vai quase 300 para alimentar os meninos. Mesmo durante a semana que eles comem com vocês aqui, é meio kg de arroz e feijão no almoço e na janta. O que sobra? ” 3. “Pronto. Porta aberta, eu já tinha entendido que não veria o celular institucional de novo. Foi uma movimentação dos adolescentes gigante. Todo mundo questionando onde estava o celular, quem é que havia roubado. Que situação ridícula. Eu não queria duvidar de nenhum deles, não por inocência, mas por não querer, de novo, ser alguém na vida desses meninos que desconfia e aponta o dedo na cara. ‘Foi um menor que pegou dona, certeza’. E acho que foi mesmo e esse não é o problema aqui e nem o que eu gostaria de ressaltar. Para mim, o problema são essas condições de vida. Para mim, o problema é ter que lidar com essas contradições. Enquanto conversávamos, um dos meninos que cumpre Liberdade Assistida olhou para mim e disse ‘dona, não pode ser ingênuo. É que a quebrada da dona corre pelo certo, ela não aprendeu assim’. Viu só? Realidades, todo dia eu aprendo com eles. Na minha tentativa de cuidado em não acusar, ele me deu uma lição do que é aprender na marra a ser ligeiro. A desconfiar. A não enxergar as coisas com tanta inocência. É isso. Sobre o celular, obviamente não encontramos e nem tenho essa expectativa. Para ser sincera, nem me importo tanto. O que tem me deixado em alerta, é como o tráfico, o roubo e as questões consideradas como do crime chegou, finalmente, à nossa porta. À nossa mesmo, porque na porta deles já chegou faz tempo, mas nós, enquanto Serviço, ainda não tínhamos vivenciado tanto essa 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dignidade de vida e renda. 2. Benefício, renda e organização cotidiana. 3. Roubo e diferenças de realidade. <ol style="list-style-type: none"> 4. Fome e renda. 5. Acesso e periferia. 6. Pobreza e qualidade de vida. <ol style="list-style-type: none"> 7. Acesso e periferia.

		<p>relação. E o que tanto resta na vida, se não cada um se virar como acha que pode contribuir?”.</p> <p>4. “Falei ‘eita, o que você tanto apronta com celular que sempre tá sem, ein?’. E a resposta: ‘ah Laura, esse acabou quebrando, mas eu bem que tava pra vender, porque eu tava com muita vontade de comer milho com manteiga e não tinha dinheiro’. 13 anos”.</p> <p>5. “Quanto mais tempo passo nesse trabalho, mais percebo que a periferia está onde está, mais do que tudo, porque não são ofertadas possibilidades de acesso para nada. NADA. E aí a periferia tem que se virar e, dependendo de como se vira, morre”.</p> <p>6. “Além de todas essas questões, está sobrevivendo com um Bolsa Família de 200 e poucos reais. Não tem quase móveis em casa e nem coberta, sendo que, no frio, passaram por muita dificuldade. Não tem comida, muitas vezes. Quando indiquei o benefício do Programa Viva Leite para seu filho, ela disse que o organismo dele não aceita esse tipo de leite, ele nasceu com uma condição especial que precisa de um leite especial. E aí, veio ‘não basta ser pobre, tem que nascer com esse tipo de coisa só pra vida ficar um pouco pior’. Silêncio”.</p> <p>7. “Mais um dia de trabalho, mais um adolescente preso. Sua irmã, chorando, chegou pedindo para conversar junto com as amigas. Em um primeiro momento, elas disseram que todo mundo tem uma escolha de vida e ele escolheu esse caminho porque quis, o que não é completamente irreal quando pensamos em escolhas. Mas, avançando na conversa, perguntei se dentro daquilo que a gente pode querer na vida, como são as possibilidades de escolha para quem mora por ali?”.</p>	
Meio Ambiente	<i>1. DC3119</i>	<p>1. “Além disso, falaram sobre a necessidade de arborizar o território, já que nem árvores existem naquela região. Uma moradora até apontou que no verão é insuportável, porque ninguém aguenta ficar dentro dos apartamentos – que são</p>	<p>1. Fragmentação da política habitacional e política de meio ambiente.</p>

		pequenos – e nem nas ruas, pois não tem sombra para dar um sossego”.	
Mobilidade e Transporte	1. DC0819 2. DC1919	1. “Além da fragilidade das relações construídas, é preciso pegar ônibus. E não é um, são dois – se nas proximidades do território. Como pegar quatro ônibus ida e volta se não se tem renda nem para comer? Como se manter o vínculo com a rede de apoio que ficou em outros lugares? Se já sofremos o impacto do vida cotidiana no alcance de quem possui um transporte particular na relação com os espaços, imagina para com pessoas que não têm absolutamente nenhuma garantia de vida digna?” 2. “Eu gosto muito dela, mulher firme e vencedora de muitas batalhas que a vida colocou em seu caminho. Só escrevo esse relato para pontuar o que me chamou a atenção: ela me pediu para que o DAS fizesse a gentileza de avisar com antecedência quando for marcar algum atendimento, porque ela precisa se virar para conseguir o dinheiro para o ônibus e em cima da hora fica complicado para sua organização. É esse o tamanho do buraco social em que estamos”.	1. Fragmentação da política habitacional e política de mobilidade e transporte, distância dos centros e relação com renda. 2. Fragmentação da política habitacional e política de mobilidade e transporte, distância dos centros e relação com renda.
Educação	1. DC1219	1. “As crianças começaram a falar da escola e como é difícil querer ir para a escola, pois é um ambiente muito ruim. Enquanto estivamos ali, as crianças se mostraram completamente perdidas em relação ao conhecimento que é passado na escola. Mas, quando começamos a falar de tráfico, eles sabiam absolutamente tudo. Sabiam os chefes ali do bairro e quem comandava qual unidade das biqueiras, sabiam os níveis hierárquicos dentro do tráfico e o que acontecia quando as pessoas se davam mal. Nada fora do esperado, mas me fez pensar em como estamos distantes da realidade dessas crianças. Além disso, nenhum professor quer dar aula nas escolas aqui da ponta. As crianças têm algum déficit de aula praticamente todos os dias, pois faltam professores”.	1. Relação do cotidiano e da política educacional; relação da moradia e o acesso precário à educação.
Assistência Social	1. DC0319 2. DC2519	1. “Já a socorremos diversas vezes por não ter o que comer em casa. O complicado de trabalhar na Assistência Social é se	1. A assistência social e a distância da superação proposta.

		<p>deparar com a fome todos os dias e saber que, embora qualquer ação possa ser cunhada em assistencialismo, é outra pessoa que está ali. E não há rede de proteção que dê conta dessa demanda”.</p> <p>2. “O que mais me doeu profundamente foi por quase não ter a reconhecido ali. Estava extremamente arrumada, com brincos e roupas que eu jamais havia visto ela usar, cabelo solto e penteado, com sapatos diferentes dos que aquela pessoa que eu sempre tinha contato vestia. No momento em que me deparei com essa cena, me questionei que **** de trabalho é esse que estamos fazendo? Que tira uma senhora de casa para retirar sua neta de um abrigo? Que deixa implícito para a população que se você estiver com uma aparência mais próxima ao ideal higienista, as chances de se conseguir o que quer é maior? E aí, o olhar. De ódio, imenso ódio. O olhar de quem apagou qualquer vínculo construído. E eu entendo, afinal, que trabalho é esse que interfere assim na vida das pessoas? A assistência social é de quem dela necessita, verdade, mas também é de quem dela suas vidas muitas vezes são decididas. Isso é muito sério. E o mais triste, às vezes, necessário. Só me dói pensar que aqui existe uma questão extrema de classe. Eu sei que precisávamos proteger aquela menina. Mas o mundo precisava ter protegido ela primeiro. E falhou”.</p>	<p>2. A intervenção na vida cotidiana das pessoas que precisam dessa política.</p>
<p>Saúde</p>	<p>1. DC3219</p>	<p>1. “O que de fato me chamou a atenção, foi quando elas começaram a falar da saúde. Além das grandes infestações de pombos, ratos e morcegos, que são animais que causam muitas doenças, elas me contaram sobre alguns atendimentos que têm recebido no Pronto Socorro de referência da região. Uma das mulheres me disse que uma vez estava tendo um derrame e sangrando muito e o médico dizia para ela “cala a boca, sua filha da puta”. Além das questões pontuais sobre alguns profissionais e seus atendimentos, a gente já sabe muito bem sobre como acontecem os encaminhamentos das referências de atendimento</p>	<p>1. Falta de referência de saúde no território, distância de atuação e diretrizes do SUS.</p>

		do bairro – que não tem seu próprio Centro de Saúde -, onde as mulheres grávidas só conseguem fazer um ultrassom depois do 5º mês de gestação”.	
Cultura, Esporte e Lazer	1. DC3119 2. DC1319	1. “Os moradores começaram a falar sobre a necessidade, urgente, de realizar alguma coisa nesse sentido, já que no bairro não há espaços de lazer para as crianças e, diante disso, muitas ficam nas ruas expostas ao tráfico e sem possibilidade nenhuma de pelo menos ter um lugar para brincar”. 2. “Ambas começaram a falar que é muito difícil viver ali, porque nunca tem nada para fazer. Os dias passam devagar, pois não tem espaços para lazer, muito menos para os jovens”.	1. Falta de acesso ao lazer. 2. Juventude e a falta de acesso.
Segurança Pública	1. DC1319	1. “Além disso, o tráfico acabava dominando o território, sendo a violência, droga e tiro a única possibilidade para alguns que moravam ali. ‘Não é que a gente não queira fazer as coisas, mas aqui tudo é muito difícil’.”	1. Relação com a violência.
Acessibilidade	1. DC0618 2. DC0319 3. DC0119 4. DC0919 5. DC1019	1. “Me pergunto qual saída de fato seria possível uma vez que se mora em um lugar que além do ambiente da própria moradia não ter sido planejado dignamente, o que dirá as alternativas do entorno da comunidade? Do acesso à cidade? Como?” 2. “Ela começou a dizer como é difícil segurar os filhos naquele bairro e como as tentações estão em toda a parte, se tornando muito fácil se perder no tráfico – muito presente no território. Contou como está a situação de seu filho, que com 21 anos foi por esse caminho. Quando o questiona, ele diz que está sim nessa condição, porque em casa não tem o que comer e ele também quer ter um sapato para usar, roupa para vestir e uma vida para levar. Sabemos que quem está ali não teve esse caminho como primeira opção, mas sim o lugar onde se vive e a maneira como se vive colocaram essa possibilidade como uma saída. Se é, não se sabe. Mas viver por ali com tantas portas fechadas, essa	1. Acesso e condição de vida. Acesso e impacto na organização de vida. 3. O direito à cidade. 4. O direito à cidade.

		<p>abertura parece sim um outro jeito de se poder chegar. Em algum lugar”.</p> <p>3. “O mundo não foi gentil com vocês e eu sei que muita gente espera, ainda assim, a gentileza de vocês em troca. Não. A pureza de cada um de vocês ressoa em meu coração, aguentem firme. Gostaria de dizer que o mundo é nosso, mas talvez ele não seja. A cidade nunca foi. Por entre caminhos, seguimos. Não tão juntos agora, mas por onde sei que é preciso estar. A vida poderia ter sido mais fácil ou, minimamente, mais acessível para cada um de vocês. Taí. Faltou”.</p> <p>4. “Semana da criança! Shopping Parque Dom Pedro, cinema, Mcdonald’s e o direito à cidade. A assistente social que trabalha comigo conseguiu ingressos grátis para o cinema em dois dias, o primeiro para os pequenos de 06 a 09 anos e o segundo para os maiores, de 10 a 14 anos. Além disso, conseguiu que todas as crianças ganhassem um lanche do Mcdonald’s, junto com um brinquedo. Parece inocente, né? Vou contar sobre os brilhos nos olhos que vi. Logo na saída, a gente já podia sentir a felicidade em passear em conjunto. Além de ser a primeira vez em que levamos todos juntos a algum lugar fora dali, dava para sentir o tanto que eles estavam animados com a possibilidade de estar conhecendo algo novo. Muitos me disseram, nos dois dias pelo caminho, que nunca tinham comido Mcdonald’s. Que nunca tinham ido ao Shopping Dom Pedro. Muitos com 13 anos, nunca tinham ido ao cinema. Pensa?”</p> <p>5. “O que mais me chamou a atenção, foi que alguns chegaram até mim e pediram para que eu os levasse na escada rolante, pois eles nunca tinham andado em uma e queriam muito conhecer. Ué, imagina só. Crianças que nunca tiveram esse tipo de acesso, ou que dirá outros, soltas em um shopping daqueles, grande, espaçoso, cheio de cor e movimento. Eles se encantavam com as águas, com as escadas, com as árvores. Tudo. E eu me</p>	
--	--	--	--

		encantava com eles. Refleti tanto sobre o acesso à cidade. Eu vibrava por dentro, pois isso sim é projeto socioeducativo. Existe um mundo fora da periferia, existe uma cidade lá fora que eles têm todo o direito de pertencer também, embora tudo aconteça para que não. Existem possibilidades”.	
--	--	---	--

Apêndice 4 – Protocolo de Análise dos Diários de Campo

ANÁLISE DOS DIÁRIOS DE CAMPO 2018 e 2019 (Parte 02)

DIMENSÃO	FONTE	UNIDADE DE ANÁLISE	INTERPRETAÇÃO
Violência	<ol style="list-style-type: none"> 1. DC3019 2. DC0419 3. DC0618 4. DC1019 5. DC2819 6. DC1119 7. DC2919 	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Hoje foi um dia daqueles. A gente tem paciência e entende as condições concretas de vida das pessoas que vivem ali, mas em alguns momentos, se torna quase surreal perceber a maneira como são consolidadas as relações humanas. Em menos de 30 minutos, tive que intervir em três brigas, as três com o mesmo menino, as três com meninos envolvidos”. 2. “Seu cotidiano anda sendo atravessado, pois o filho mais velho está endividado com alguns caras da comunidade. Disse que outro dia, teve que ouvir ele apanhar no corredor desesperada na janela sem poder fazer nada e que depois disso, ela não tem conseguido mais sair de casa direito. Isso é vida? Viver sobre essas condições parece que estamos fundamentados em um Estado de Direito? De quem? Como já diria racionais: ‘Sim, aqui vale muito pouco a sua vida, nossa lei é falha, violenta e suicida; se diz, que me diz que, não se revela; parágrafo primeiro na lei da favela; legal, assustador é quando se descobre que tudo deu em nada e que só morre o pobre; a gente vive se matando irmão, por quê? Não me olhe assim, eu sou igual a você”. 3. “Fico pensando o impacto que tem no desenvolvimento da criança já acordar apanhando. Como será que o afeto é entendido”. 4. “O que mais me chamou a atenção, foi que ela atribui uma questão ao bairro: devido às mudanças da Diretoria de Ensino, muitos moradores de lá começaram a frequentar a escola – antes, quem frequentava eram apenas os bairros vizinhos. A partir dessa 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Violência como instrumento de mediação de conflitos. 2. Violência como instrumental de organização da vida comunitária. 3. Violência impregnada nas relações humanas. 4. A não condição de moradia digna, falta de acesso aos espaços e a relação com a violência. 5. Violência como sobrevivência, violência policial e o envolvimento com o crime. 6. Morte e o impacto na vida cotidiana, consciência acerca das condições de vida e a falta de possibilidades concretas. Violência policial e tortura.

	<p>nova condição, V. diz que a violência aumentou muito. Muito! Antes, a escola não vivenciava os conflitos que vivencia agora. Me peguei muito pensativa em relação a este fato. A questão da violência é presente desde que comecei o meu trabalho, embora também sinto que ela esteja mais presente e de difícil entendimento. Mas o que será que diferencia tanto a maneira como essas crianças chegam aos espaços das demais? Pensei na moradia. Pensei em grande parte das famílias que moram em um apartamento com 10 pessoas em média. Pensei em como deve ser sair desse lugar e estar em um outro espaço. Pensei em como é morar em um lugar que não tem serviços para aquela população, só nos bairros vizinhos. Pensei em toda a negligência as quais essas pessoas estão colocadas, simplesmente por morar onde moram”.</p> <p>5. “(...) porque um amigo seu de 15 anos tinha acabado de ser assassinado pela polícia, que e levou o corpo embora, mas é claro que alegou troca de tiros. ‘Quem é que vai acreditar na nossa versão, dona?’. Conversando sobre o tráfico, ainda me diz ‘é assim que eu sei trabalhar dona, não adianta’. E é assim que eles aprendem que em algum lugar eles podem não ser invisíveis”.</p> <p>6. “Essa semana foi muito pesada. Após já ter ido ao velório da mãe de cinco crianças que frequentam o nosso Serviço e foi assassinada, não sabia que ainda teria que encarar outra morte no território. No momento, não é uma questão afetiva, pois eu não conhecia o rapaz. É uma questão de construções de vida. Um homem havia acabado de ser assassinado. Ao passarmos pela rua, vimos que o corpo estava ali, jogado. Ao retornarmos, mais uma vez, o corpo no chão. Sensação estranha essa de naturalizar. Embora eu nunca tinha visto um corpo assim, assassinado, não me assustou. Foi como se estivéssemos vivendo apenas mais um dia de trabalho. Às vezes, eu me assusto é comigo. Esse dia o bairro estava bem agitado. A polícia cercou diversas saídas, sendo que um carro parou na nossa esquina de trás e os policiais se posicionaram na estrada de terra com</p>	
--	---	--

		<p>armas na mão. As crianças começaram a perceber que alguma coisa estava acontecendo. Todos os carros que passavam por nós diziam para que tomássemos cuidado, pois a coisa estava feia. Adultos, idosos, famílias, levando suas crianças para ver o acontecimento. Todo mundo, mais um dia. O que mais me chamou a atenção nessa história toda, foi uma conversa que eu tive com duas adolescentes. Elas entraram em minha sala, visivelmente incomodadas e ficaram me olhando. ‘Como vocês estão?’, perguntei. Rapidamente, as duas começaram a chorar. “O que sobra nesse bairro pra a gente, Laura? A gente só vê morte, tiro, droga, briga... é muita violência, nem escola a gente tem. A gente não tem pra onde ir’. Queria muito falar que tudo ficaria bem e que elas têm muitas possibilidades de sair dessa situação. Mas naquele momento, eu silencieei. Eu que sempre tento dizer algo que coloca movimento na vida daquelas meninas, não consegui, só senti. Hoje não deu. Elas me abraçaram e ficamos ali, sentindo juntas”.</p> <p>7. “Normalmente, desço andando, mas como precisava levar bastante coisa fui até meu carro. Nesse momento, avistei J. vindo de longe, muito assustado. Perguntei o que estava acontecendo e ele disse que havia acabado de tomar um enquadro, que os policiais rasgaram toda a sua roupa e seu boné, que por pouco não é pior (...). Mais adiante, na rua, encontramos G. Seu braço estava sangrando. Vou me limitar aqui a dizer que foi uma abordagem policial, onde se utilizaram de uma faca para a remoção de uma tatuagem que tem um determinado significado. Seu braço estava sangrando, em carne viva. 15 anos, tortura. Seguimos”.</p>	
Resistência	<ol style="list-style-type: none"> 1. DC2019 2. DC2719 3. DC0719 4. DC2419 5. DC1819 6. DC2619 	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Nesses momentos, me pego pensando... como ainda existem pessoas que se utilizam do discurso ‘só não trabalha quem não quer’. <p>Eu mesma não sei se teria resistência para cumprir com uma demanda dessa. É claro, sobrevivência. Mas o que é sobreviver para colocar um prato de comida na mesa quando já não se vive dignamente?”.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Resistência e sobrevivência na jornada longa de trabalho. 2. Solidariedade como resistência na periferia. 3. Afeto como resistência.

	<p>2. “Percebo, cada vez mais, que o avanço mais possível para a periferia é, de fato, a solidariedade. Se a periferia não se unir e não fizer por si, muito menos os poderes públicos farão. Esse lugar é resistência. É a representação, para mim, de pessoas que estão aguentando. Esse lugar tem muito a nos ensinar como trabalhar”.</p> <p>3. “Fiquei impactada em como, apesar de todas as questões presentes naquele lugar, as pessoas demonstravam um grande afeto pela comunidade. Ela não é a primeira. Em diálogo com muitos adolescentes, eles relatam que apesar dos muitos problemas, gostam de morar ali e é interessante perceber como as crianças e adolescentes apresentam uma visão diferente dos adultos, por lá ser o lugar onde muitos estão crescendo, diferente dos pais. E eu entendo, tenho amor por aquele lugar. Mas não moro ali. Isso me fez pensar na relação de resistência que todas aquelas pessoas expressam. Claro que existem problemas. Mais do que problemas e violências, inúmeras privações. Mas o afeto, esse fica. A maneira como somos recebidos, cotidianamente, por todas aquelas crianças e pessoas que ali residem, é de encher o peito. Acho que é todo esse calor que me move até aqui, dia após dia, na busca de poder, minimamente, contribuir com a resistência. Contribuir para que de alguma forma, as dores que são tão desiguais, dependendo de onde se mora, sejam menos sofridas. Sempre me pego pensando nas crianças e em como elas são fortes. Elas seguem brincando. Em dias assim, apesar de todas as dificuldades, sinto vontade de continuar”.</p> <p>4. “A rua e seus encantos. Me divirto percebendo como se desenrola a vida por aqui. Temos uma particularidade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dessa unidade que é a rua. Como nosso espaço é extremamente pequeno e não comporta todas as crianças, tivemos que ocupar os espaços públicos para fazer nossas atividades, o que é lindo, mas traz algumas reflexões acerca dessa questão. Primeiramente, temos uma enorme dificuldade de manter as crianças juntas e próximas dos adultos quando estão todas</p>	<p>4. A relação com a rua, afeto com os elementos que estão presentes.</p> <p>5. Infância e resistência.</p> <p>6. Resistência apesar de.</p>
--	---	---

		<p>soltas pelas ruas. E aí, o que eu acho interessante, é que por mais frustrados que a gente fique, aquele é o espaço delas. Elas estão na rua o tempo todo, sabem de lugares daquele território que a gente nem imaginaria. Então, não é a rua pela rua, mas é a rua com todos os elementos possíveis que podem nos aproximar ou nos distanciar do que é o do interesse daquelas crianças. Ali, são elas que mandam. Como nosso espaço fica de frente para um pasto, um bom exemplo dessa relação são os cavalos. Não adianta competir com eles. Se alguma criança conseguir laçar algum cavalo do pasto – e é claro, nesse quesito temos aquelas que já são muito entendidas do assunto -, já era. Acabou atividade. Elas querem mesmo é andar nos cavalos, não adianta nem insistir. Quantas vezes nos pegamos feito doidos atrás de um monte de crianças que estavam atrás dos cavalos. O mesmo acontece com as árvores. Não adianta. Essas crianças são escaladoras natas. Eu subi muito em árvore, mas nada se compara às alturas que vejo algumas chegarem. É lindo! Desesperador quando se deve cumprir uma atividade, confesso. Mas lindo. Elas reinventam o próprio espaço para seguir”.</p> <p>5. “Perguntei se não havia nada ali que poderia fazer eles pararem para pensar um pouquinho em como a vida acontece e eles disseram que sim, pois aprendem algumas coisas. Respeito é uma delas. Ufa. Parece vago, né? Principalmente quando vem de um grupo que de fato não pratica o respeito ou, talvez, não como a gente construiu o que seja o respeito. Mas aí é que tá: partindo da referência de vida de cada um ali, que não cabe expor aqui, talvez eles sejam muito mais respeitosos do que poderiam ser. Como estão bem, esses meninos”.</p> <p>6. “Quem mora ali não tem o que fazer, não tem escola. Não tem lugar que dá para ir, não tem nem árvore. Não tem praça, não tem comida, mas tem droga e tiroteio. Mas o que mais falamos mesmo foi sobre a relação com a escola. Que lugar de aprendizagem é esse que nada dialoga com o cotidiano? Essas meninas ainda</p>	
--	--	--	--

		sonham em fazer uma faculdade, em exercer profissões que exigem um nível superior de estudo. Mas eu sei que a maioria nem pensa nisso. O fluxo aqui é trabalho, mão de obra. O tráfico é trabalho e mão de obra, tem que ter responsabilidade. E é aí que tá a minha grande admiração por toda essa população. No meio dessa falta toda, eles resistem. No meio de tanta violência, eles resistem. No meio de tanta opressão, eles resistem. No meio de tanta negligência, eles são solidários. Eles querem mais”.	
Infâncias	<ol style="list-style-type: none"> 1. DC0818 2. DC3219 3. DC0618 4. DC1819 	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Ela começou contando como era difícil ter 9 anos e ter tantas responsabilidades em sua casa. As meninas seguiram conversando e compartilhando episódios de muita violência e de grande responsabilidade que elas tinham por morar ali. Contaram como era viver na rua e como muitas vezes era melhor estar fora do que dentro de casa. Eu permaneci quase que o tempo todo em silêncio, só fazendo pequenas ponderações e deixando que elas falassem, eu queria ouvir elas falarem. Estava emocionada. Disse para as três que uma vez que são amigas, mais do que compartilhar risos e defesa de brigas, elas tinham muito o que se fortalecer pela vivência, pois cada uma ali sentia o cotidiano de uma maneira diferente e poderiam se ajudar nesse processo. Elas ouviram atentamente, ousou dizer que até sentiram”. 2. “Na semana seguinte, mais um encontro. Não quero aqui expor algumas discussões, porque sei do risco. O que quero dizer é sobre o diálogo que tive com algumas moradoras do que é morar ali. Muitas delas me disseram sobre como é difícil ter que se deparar com crianças, desde muito cedo, já com a vida sexual ativa e usuárias de substâncias”. 3. “Ela me diz coisas absurdamente duras para a sua idade e eu sempre me pego pensando o quanto a vida a cobrou cedo”. 4. “Falamos da escola e como eles odeiam a escola. Falei o quanto a escola é importante, embora eu tenha total consciência de que esse discurso não cola mesmo. É engraçado... parece que em 	<ol style="list-style-type: none"> 1. A responsabilização da infância dependendo onde do lugar onde se vive. Infância e vulnerabilidades. 3. Infância e diferentes realidades. 4. Infância, cobrança e o interesse naquilo que é cotidiano.

		alguns momentos a gente cobra postura dessas crianças desde muito cedo, por saber que o caminho deles vai ser muito mais difícil do que se fosse em algum outro lugar. No fundo, o que eles gostam mesmo é falar sobre cavalos. E aí vamos longe. Às vezes, fico com eles no computador vendo vídeos de cavalos e é impressionante como eles ficam prestando atenção. Bingo, cotidiano. Muitas vezes eles aparecem com cavalos na nossa porta. Se deixar, eles andam de cavalo o dia inteiro, em alguns momentos, inclusive, eles fogem das nossas atividades para ficar com cavalos. O território é rodeado por pasto e alguns animais e o cavalo é um deles. Ali sim, as crianças parecem estar extremamente interessadas, pois isso faz parte delas. Não a escola, não a atividade de jogos que apresentamos – talvez, para muitos, quem sabe, o futebol. Eles querem se tornar jogadores. Mas o cavalo...”.	
Discriminação	<ol style="list-style-type: none"> 1. DC0719 2. DC0219 	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Ela disse que gostaria de fazer uma gravação no bairro sobre como é morar ali, pois fica muito incomodada com a maneira que são vistos, afinal, morar naquele lugar também tem seu lado bom. Disse que ficava muito triste em perceber a discriminação em relação à pobreza, sendo que a produção de um documentário seria muito importante para desconstruir algumas visões”. “Não tá fácil de conseguir trabalho não, dona. Quando eles percebem no currículo que o endereço é daqui, já nem contratam’. Já ouvi isso inúmeras vezes desde quando comecei a trabalhar aqui”. 	<ol style="list-style-type: none"> 2. Discriminação da pobreza. Discriminação e relação com a busca por trabalho.
Gênero	<ol style="list-style-type: none"> 1. DC3019 2. DC2019 3. DC0519 4. DC0619 5. DC0718 	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Existe uma questão muito séria que envolve a construção da masculinidade no mundo, mas vou me atentar para dizer sobre o lugar que eu ando pisando. Como esses meninos brigam. Por tudo e nada. Sem a menor tentativa de um diálogo. É claro que não temos a intenção jamais de generalizar absolutamente nada, mas hoje eu percebo, desde os pequenos até os meninos mais velhos, como eles chegam adoecidos. Muito mais que as meninas. O complicado, é que ao longo da vida eles acabam nos adoecendo também. Eles não têm espaços para falar sobre como se sentem, na verdade, não sei 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Masculinidade e violência e a falta de espaços para enfrentamento. 2. Matriarcado. 3. Violência contra mulher e as contradições da rede de proteção. 4. O serviço público e a relação de quem depende de seu atendimento para proteção. 5. Concepções de gênero.

		<p>nem se eles podem sentir. Quando eu falo em briga, não é coisa pouca não. Até eu apanhei hoje. Não me importo em apanhar. O que me dói é perceber que eles estão completamente cegos pela raiva. E quanta raiva tem naqueles corações. Seguimos no fio de fé”.</p> <p>2. “São em momentos assim, que me entristeço profundamente e admiro com mais força essas mulheres que moram por ali. Aqui, digo mulheres, pois são elas em grande maioria que fazem a coisa andar nos espaços da comunidade, sejam públicos ou privados. Máximo respeito”.</p> <p>3. “Ela estava roda roxa e fugindo do marido que a estava agredindo, procurando ajuda porque não aguentava mais apanhar. Durante a conversa, já colocou em questão que não quer ser abrigada, pois não acha justo que os filhos tenham que sair da própria rotina de vida por conta de um erro do pai. De fato, ela tem razão. Nossas políticas são tão falhas, que em situações de violação, quem sai da casa e perde os vínculos locais são as vítimas, não os agressores – tanto em situações de violência contra a mulher, quanto em situações de violência contra a criança e o adolescente”.</p> <p>4. “O relato do escrivão dizia que ela havia se recusado a tirar foto das marcas, fato este que em momento nenhum foi questionado. Dizia também que ela não queria ser abrigada, o que embora fosse verdade, em momento nenhum foi ofertado como possibilidade. Inclusive, em conversa com a policial que fez a Medida de Proteção, ela disse que não haveria condições de que ela fosse abrigada com essa quantidade de filhos”.</p> <p>“Homem só serve para engravidar a mulher e ir embora, G., 11 anos”.</p>	
Raça	<p>1. DC0319</p> <p>2. DC0119</p>	<p>1. “Achei isso extremamente forte. Converso direto com os meninos, inclusive os que foram presos – dois saíram (brancos) e um ficou (negro) – sobre o que leva alguém a chegar no tráfico ou no crime. Me peguei pensando muito sobre as relações racistas</p>	<p>1. A questão racial frente ao sistema. Periferia e a questão de raça.</p>

		<p>muito presentes nas instituições. Sabemos e ouvimos em quem a polícia chega primeiro. Me questiono porque o menino negro não saiu até agora, sendo que era sua primeira passagem e os outros dois que são brancos já estão aqui fora. Existem muitos fatores envolvidos, eu sei. Mas identificar o racismo nessas dinâmicas, para mim, se tornou questão de fundamento enquanto enfrentamento”.</p> <p>2. “Recebo uma notícia que três adolescentes que estão com a gente foram presos. Sabe, o mundo tem diferentes formas de acontecer. Será que é esse o percurso natural daqueles que moram onde moram? Sei que não. Mas a cada passo que sigo estando junto dessa comunidade, a realidade me bate na cara, com força. O mundo assola o tempo todo aqueles que não tem muito para onde ir. A vida, pequena e frágil diante do mundo, parece escapar diante de tanta opressão. Preto, pobre e imerso em uma grande exclusão urbana. As consequências da nossa colonização seguem ecoando”.</p>	
<p>Ações da Psicologia</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. DC1219 2. DC0518 3. DC0519 4. DC2719 5. DC0819 6. DC2419 	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Como temos dificuldade de dialogar com eles e alcançar o que eles sentem, por não conhecer a maneira como vivem”. 2. “Me peguei pensando na maneira como a atividade estava organizada, na dificuldade que é para o educador ter que dar conta de tantas crianças no mesmo espaço e como a mediação da criança com o mundo pode ser um potencial ou um fracasso. As que estavam sentadas e atentas ao movimento, participaram. As que, por algum motivo, precisam de um pouco mais de aproximação para poder fazer o mesmo, acabam perdendo muita coisa pelo caminho. Me pergunto quantas crianças mais precisaremos perder pelo caminho”. 3. “Orientei o que ela precisa fazer em relação a isso, pois até então tudo o que esse Serviço disse que poderia fazer era encaminhar a menina para uma terapia. Falei para ela que embora um espaço de escuta seja importante, os problemas que envolvem sua vida estão para além de ser escutada, pois necessitam de encaminhamentos tão concretos quanto são as situações estruturais que ela vivencia em seu cotidiano”. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. A necessidade de uma Psicologia cotidiana. 2. A mediação como ação fundamental. 3. Por uma Psicologia que rompa com a Psicologia hegemônica. 4. Psicologia e a leitura crítica da realidade. 5. Perspectiva do sujeito. 6. Romper com processos de sujeito ideal.

		<p>4. “Fui convidada para fazer parte de um grupo que acontece em um dos condomínios para falar sobre depressão na adolescência, já que foi um pedido das mulheres que participam desse espaço. Foi uma tarde muito agradável de bastante conversa e desconstrução, tanto do que é adolescência, quanto do que é depressão. A minha ideia principal era tentar quebrar um pouco dessas concepções e dialogar com as mulheres no sentido de que as condições concretas de vida não são fáceis e que não dá para sintetizar toda a ausência que existe, principalmente na periferia, em depressão”.</p> <p>5. “O cotidiano se constrói e desconstrói a partir das condições objetivas. Pois bem. Em uma conversa no presente dia em que comecei a escrever este relato, P. estava aparentemente tranquilo. Eu, fazendo muitas coisas ao mesmo tempo, tive a infelicidade de falar para ele ‘e sua mãe? Anda mais legal com você?’; e ele me respondeu: ‘ela sempre foi legal’. Ai! Caramba! Claro que ela sempre foi legal. Eu queria saber se, na verdade, ela estava batendo menos nele, depois de algumas conversas que tivemos. Poxa, vacilei. Em seguida, pensei o quanto que de fato é importante nos atentarmos pela perspectiva do sujeito. Aquilo que P. é e entende de mundo é a partir de suas próprias vivências. Logo, para ele, o fato de sua mãe lhe bater demasiadamente, não implica no fato de que ela não seja legal por conta disso. Para mim, sim, que conheci outras formas de afeto. Mas não para ele. Obrigada, P., por mais esse ensinamento”.</p> <p>6. “Às vezes, acho que a gente tem que parar de tentar implicar as crianças, de maneira geral, mas especialmente essas, naquilo que cada um de nós considera como sujeito ideal. Às vezes, acho que se a gente parasse mais tempo para poder ouvir com cuidado, a gente pararia de sofrer tanto correndo atrás de criança. Às vezes, acho que a gente devia deixar que elas ensinassem para a gente e só”.</p>	
--	--	---	--